



DIÁRIO da Assembleia da República

X LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2005-2006)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 25 DE MAIO DE 2005

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Jaime José Matos da Gama

Secretários: Ex. ^{mos} Srs. Maria Jesuína Carrilho Bernardo
Fernando Santos Pereira
Artur Jorge da Silva Machado
Abel Lima Baptista

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 5 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa das propostas de lei n.^{os} 10 a 12/X, dos projectos de lei n.^{os} 81 a 88/X e dos projectos de resolução n.^{os} 32 a 34/X.

Em debate mensal com o Parlamento, sobre a situação orçamental do País, o Sr. Primeiro-Ministro (José Sócrates), após uma intervenção inicial, deu resposta a questões colocadas pelos Srs. Deputados Luís Marques Mendes (PSD), Alberto Martins (PS), Jerónimo de Sousa (PCP), Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP), Francisco Louçã (BE), Heloisa Apolónia (Os Verdes), Miguel Frasquilho (PSD), Mota Andrade (PS), Bernardino Soares (PCP), Álvaro Castello-Branco (CDS-PP), Hugo Velosa (PSD) e Maria de Belém Roseira (PS).

A Câmara aprovou o voto n.^º 10/X — De congratulação pela designação do Eng.^º António Guterres para Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados (PS).

Foram igualmente aprovados, na generalidade, os projectos de lei n.^{os} 27/X — Altera a Lei n.^º 169/99, de 18 de Setembro, que estabelece o quadro de competências e o regime de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias, bem como a Lei n.^º 27/96, de 1 de Agosto, que regula o regime jurídico da tutela administrativa (PS), 66/X — Altera a Lei n.^º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.^º 5-A/2002, de 11 de Janeiro (Estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias) (PCP) e 76/X — Alarga as competências dos órgãos deliberativos das autarquias locais (BE).

Mereceram ainda aprovação diversos pareceres da Comissão de Ética, autorizando Deputados do PSD a prestarem depoimento por escrito, como testemunhas, no âmbito de processos que correm em tribunal.

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 19 horas e 5 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas e 5 minutos.

Srs. Deputados presentes à sessão:

Partido Socialista (PS):

Agostinho Moreira Gonçalves
Alberto Arons Braga de Carvalho
Alberto de Sousa Martins
Alberto Marques Antunes
Aldemira Maria Cabanita do Nascimento Bispo Pinho
Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes
Ana Maria Ribeiro Gomes do Couto
António Alves Marques Júnior
António Bento da Silva Galamba
António José Ceia da Silva
António José Martins Seguro
António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino
António Ramos Preto
António Ribeiro Gameiro
Armando França Rodrigues Alves
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
Carlos Alberto David dos Santos Lopes
Carlos Cardoso Lage
Cláudia Isabel Patrício do Couto Vieira
Deolinda Isabel da Costa Coutinho
Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues
Elísio da Costa Amorim
Fernanda Maria Pereira Asseiceira
Fernando Manuel dos Santos Gomes
Glória Maria da Silva Araújo
Guilherme Valdemar Pereira de Oliveira Martins
Horácio André Antunes
Isabel Maria Batalha Vigia Polaco de Almeida
Isabel Maria Pinto Nunes Jorge
Jaime José Matos da Gama
João Barroso Soares
João Cândido da Rocha Bernardo
João Cardona Gomes Cravinho
João Miguel de Melo Santos Taborda Serrano
João Raul Henriques Sousa Moura Portugal
Joaquim Augusto Nunes Pina Moura
Joaquim Barbosa Ferreira Couto
Joaquim Ventura Leite
Jorge Manuel Capela Gonçalves Fão
Jorge Manuel Monteiro de Almeida
Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho
José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro
José Alberto Rebelo dos Reis Lamego
José Apolinário Nunes Portada
José Augusto Clemente de Carvalho
José Carlos Correia Mota de Andrade
José Carlos das Dores Zorrinho
José Eduardo Vera Cruz Jardim
José Luís Pereira Carneiro
José Manuel Lello Ribeiro de Almeida
Jovita de Fátima Romano Ladeira
Júlio Francisco Miranda Calha
Leonor Coutinho Pereira dos Santos
Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal
Luís António Pita Ameixa

Luís Garcia Braga da Cruz
Luís Manuel Carvalho Carito
Luís Miguel Morgado Laranjeiro
Luiz Manuel Fagundes Duarte
Manuel Alegre de Melo Duarte
Manuel Francisco Pizarro de Sampaio e Castro
Manuel Luís Gomes Vaz
Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos
Marcos Sá Rodrigues
Maria Antónia Moreno Areias de Almeida Santos
Maria Celeste Lopes da Silva Correia
Maria Cidália Bastos Faustino
Maria Cristina Vicente Pires Granada
Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa
Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina
Maria de Fátima Oliveira Pimenta
Maria de Lurdes Ruivo
Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro
Maria Helena da Silva Ferreira Rodrigues
Maria Helena Terra de Oliveira Ferreira Dinis
Maria Hortense Nunes Martins
Maria Irene Marques Veloso
Maria Jesuína Carrilho Bernardo
Maria José Guerra Gamboa Campos
Maria Manuela de Macedo Pinho e Melo
Maria Odete da Conceição João
Maria Teresa Alegre de Melo Duarte Portugal
Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmento Diniz
Maximiano Alberto Rodrigues Martins
Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque
Miguel João Pisoero de Freitas
Nelson Madeira Baltazar
Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão
Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro
Paula Cristina Barros Teixeira Santos
Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte
Paula Cristina Nobre de Deus
Pedro Manuel Farmhouse Simões Alberto
Pedro Nuno de Oliveira Santos
Renato Luís de Araújo Forte Sampaio
Renato Luís Pereira Leal
Ricardo Jorge Teixeira de Freitas
Ricardo Manuel de Amaral Rodrigues
Rosalina Maria Barbosa Martins
Rui António Ferreira da Cunha
Rui do Nascimento Rabaça Vieira
Sandra Marisa dos Santos Martins Catarino Costa
Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos
Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes
Teresa Maria Neto Venda
Vitalino José Ferreira Prova Canas
Vítor Manuel Pinheiro Pereira
Vítor Manuel Sampaio Caetano Ramalho

Partido Social Democrata (PSD):

Adão José Fonseca Silva
Agostinho Correia Branquinho
Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso
António Edmundo Barbosa Montalvão Machado
António Joaquim Almeida Henriques
António Paulo Martins Pereira Coelho
Arménio dos Santos

Carlos Alberto Garcia Poço
Carlos Alberto Pinto
Carlos Alberto Silva Gonçalves
Carlos Jorge Martins Pereira
Carlos Manuel de Andrade Miranda
Domingos Duarte Lima
Emídio Guerreiro
Feliciano José Barreiras Duarte
Fernando dos Santos Antunes
Fernando Mimoso Negrão
Fernando Santos Pereira
Gonçalo Nuno Mendonça Perestrelo dos Santos
Henrique José Praia da Rocha de Freitas
Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves
Hugo José Teixeira Velosa
Jaime Carlos Marta Soares
João Bosco Soares Mota Amaral
Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
Jorge José Varanda Pereira
Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
Jorge Manuel Lopes Moreira da Silva
Jorge Tadeu Correia Franco Morgado
José António Freire Antunes
José Eduardo Rego Mendes Martins
José Luís Fazenda Arnaut Duarte
José Manuel Amaral Lopes
José Manuel de Matos Correia
José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro
José Manuel Pereira da Costa
José Mendes Bota
José Pedro Correia de Aguiar Branco
José Raúl Guerreiro Mendes dos Santos
Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira
Luís Filipe Alexandre Rodrigues
Luís Filipe Carloto Marques
Luís Filipe Montenegro Cardoso de Morais Esteves
Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes
Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes
Luís Miguel Pais Antunes
Manuel Filipe Correia de Jesus
Manuel Joaquim Dias Loureiro
Marco António Ribeiro dos Santos Costa
Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas
Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
Mário da Silva Coutinho Albuquerque
Mário Henrique de Almeida Santos David
Mário Patinha Antão
Melchior Ribeiro Pereira Moreira
Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva
Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas
Miguel Jorge Pignatelli de Ataíde Queiroz
Miguel Jorge Reis Antunes Frasquilho
Nuno Maria de Figueiredo Cabral da Câmara Pereira
Paulo Artur dos Santos Castro de Campos Rangel
Pedro Miguel de Azeredo Duarte
Pedro Quartin Graça Simão José
Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos
Ricardo Jorge Olímpio Martins
Rui Manuel Lobo Gomes da Silva
Sérgio André da Costa Vieira
Vasco Manuel Henriques Cunha
Zita Maria de Seabra Roseiro

Partido Comunista Português (PCP):

Abílio Miguel Joaquim Dias Fernandes
 Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes
 António Filipe Gaião Rodrigues
 Artur Jorge da Silva Machado
 Bernardino José Torrão Soares
 Jerónimo Carvalho de Sousa
 José Batista Mestre Soeiro
 José Honório Faria Gonçalves Novo
 Maria Luísa Raimundo Mesquita
 Miguel Tiago Crispim Rosado

Partido Popular (CDS-PP):

Abel Lima Baptista
 Álvaro António Magalhães Ferrão de Castello-Branco
 João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo
 João Nuno Lacerda Teixeira de Melo
 João Rodrigo Pinho de Almeida
 José Miguel Nunes Anacoreta Correia
 José Paulo Ferreira Areia de Carvalho
 Luís Pedro Russo da Mota Soares
 Nuno Miguel Miranda de Magalhães
 Paulo Sacadura Cabral Portas
 Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia
 Teresa Margarida Figueiredo Vasconcelos Caeiro

Bloco de Esquerda (BE):

Alda Maria Gonçalves Pereira Macedo
 Ana Isabel Drago Lobato
 Fernando José Mendes Rosas
 Francisco Anacleto Louçã
 Helena Maria Moura Pinto
 João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes
 Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda
 Mariana Rosa Aiveca Ferreira

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes
 Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, a Sr.^a Secretária vai proceder à leitura do expediente.

A Sr.^a Secretária (Maria Carrilho): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidas, as seguintes iniciativas legislativas: propostas de lei n.^{os} 10/X — Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, o Código do IVA, a Lei Geral Tributária e o Regime Complementar do Procedimento da Inspecção Tributária, que baixou à 5.^a Comissão, 11/X — Cria a Entidade Reguladora para a Comunicação extinguindo a Alta Autoridade para a Comunicação Social, que baixou à 1.^a Comissão, 12/X — Cria o Provedor do Ouvinte e o Provedor do Telespectador nos serviços públicos de rádio e de televisão, que baixou à 1.^a Comissão; projectos de lei n.^{os} 80/X — Cria o Museu Nacional da Indústria Naval (PCP), que baixou à 8.^a Comissão, 81/X — Por forma a alargar o âmbito das reuniões públicas, altera a Lei n.^º 169/99, de 18 de Setembro, que estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias, com a redacção que lhe foi dada com a Lei n.^º 5-A/2002, de 11 de Janeiro (Os Verdes), que baixou à 1.^a e 7.^a Comissões, 82/X — Alarga a aplicação do Decreto-Lei n.^º 234/97, de 3 de Setembro, aos docentes contratados das escolas públicas de ensino especializado da música (PCP), que baixou à 8.^a Comissão, 83/X — Lei da Associação de Defesa dos Utentes de Saúde (PS), que baixou à 10.^a Comissão, 84/X — Revoga os Decretos-Leis n.^{os} 318-E/76, de 30 de Abril, 427-G/76, de 1 de Junho, as Leis n.^{os} 40/80, de 8 de Agosto, 93/88, de 16 de Agosto e 11/2000, de 21 de Junho, as Leis Orgânicas n.^{os} 2/2001, de 25 de Agosto e 3/2004, de 22 de Junho e aprova a nova Lei Eleitoral para os Deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira (PS), que baixou à 1.^a Comissão, 85/X — Alterações à Lei n.^º 4/2001, de 23 de

Fevereiro (Lei da Rádio) (CDS-PP), que baixou à 8.^a Comissão, 86/X — Consagra a integração da medicina dentária no Serviço Nacional de Saúde e a carreira dos médicos dentistas (BE), que baixou à 10.^a Comissão, 87/X — Altera a Lei n.º 40/2004, de 18 de Agosto (Estatuto do Bolseiro de Investigação), no sentido de enquadrar o bolseiro de investigação no regime geral de segurança social (CDS-PP), que baixou à 11.^a Comissão, 88/X — Altera a Lei da Rádio, aprovada pela Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro, promovendo a difusão radiofónica da música portuguesa (BE), que baixou à 8.^a Comissão; projectos de resolução n.ºs 32/X — Aprova o estatuto do pessoal docente do ensino especializada da música e da dança (PCP), 33/X — Qualidade do ar no interior dos edifícios (PS) e 34/X — Recomenda ao Governo que proceda a medidas urgentes no sentido da requalificação ambiental de todas as áreas onde funcionaram explorações mineiras de urânio (BE).

Deu ainda entrada na Mesa, e irá ser distribuído, o voto n.º 10/X — De congratulação pela designação do Eng.º António Guterres para Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados.

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos dar início ao debate mensal com o Primeiro-Ministro, sobre a situação orçamental do País.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — Sr. Presidente, caros colegas do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Prometi aos portugueses que lhes diria a verdade, toda a verdade, sobre a situação das contas públicas. É meu dever perante o País cumprir esse compromisso e chegou a hora de o fazer, com frontalidade e com coragem.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — E quero fazê-lo aqui, no local próprio, diante da Assembleia da República, representativa de todos os cidadãos.

Como sempre disse na campanha eleitoral, e aqui reafirmei no discurso de apresentação do Programa do Governo, «os portugueses têm direito a conhecer a verdadeira situação das contas públicas e o Governo precisa dessa informação para estruturar em bases sólidas a sua política e também para que possa ser julgado a benefício de inventário».

Foi por isso que andámos depressa. Dando cumprimento ao Programa do Governo e logo depois da investidura parlamentar, nomeei a Comissão presidida pelo Governador do Banco de Portugal, Dr. Vítor Constâncio, para apurar, com a maior celeridade possível, a verdadeira situação das contas públicas à data da tomada de posse do Governo que me cabe dirigir.

A Comissão fez o seu trabalho e fê-lo com independência, com seriedade e rigor técnico, mas fê-lo também com o sentido de urgência que a situação impõe.

As conclusões do relatório são claras: a situação das contas públicas é bastante mais grave do que se pensava. Segundo a Comissão, com os erros do Orçamento do Estado aprovado para 2005, e se nada for feito para corrigir a trajectória traçada, Portugal chegará ao final do ano com um défice orçamental de, pelo menos, 6,83%. Repito, 6,83.

Mas o valor do défice não é apenas mais grave do que o esperado, é também muito pior do que aquele que existia há três anos atrás. Vale a pena recordar que o valor apurado pela Comissão Constâncio, para 2001, foi de 3,5% ou, na pior das hipóteses, 4,1%. Portanto, em apenas três anos, o valor do défice real disparou de 4,1 para 6,83%.

É muito importante que todos tomemos consciência do significado destes resultados. E há duas primeiras constatações a fazer. Em primeiro lugar, é preciso dizer que um défice real de 6,83% ultrapassa em muito o que era possível prever há uns meses atrás. Ainda em Janeiro, o Governador do Banco de Portugal previa um défice real para este ano de 5,1%. A diferença é, portanto, surpreendente. O novo valor do défice revela a tremenda dimensão da fantasia inscrita no Orçamento do Estado para este ano de 2005, onde se prevê um défice de 2,9%. Afinal, ficamos a saber que para alcançar o défice previsto no Orçamento faltam mais de 5,5 mil milhões de euros. É verdade e não há engano: 5,5 mil milhões de euros! É esta diferença que torna o défice real verdadeiramente inesperado e muitíssimo superior ao previsto.

Em segundo lugar, importa reconhecer que um défice de 6,83% traduz uma situação orçamental extremamente grave. 6,83% é um resultado que torna dificilmente evitável um procedimento por défice excessivo por parte da Comissão Europeia, constitui um *record negro* na zona euro, ameaça o *rating* da República e as próprias taxas de juro que todos pagamos, para além de pôr em causa a credibilidade da economia portuguesa junto dos mercados internacionais.

Reconhecida a gravidade da situação orçamental, importa também saber tirar as devidas lições destes resultados.

É preciso aprender com os erros cometidos. E se o défice se deve, sem dúvida, a problemas estruturais das nossas finanças públicas, não é menos verdade que um défice real tão elevado, de 6,83%, constitui uma prova irrefutável do fracasso político total dos últimos três anos.

Aplausos do PS.

Um fracasso que os portugueses pagaram com sacrifícios, com desemprego e com duas recessões económicas, cujos efeitos ainda perduram.

Sr. Presidente e Srs. Deputados: Quero, pois, apresentar-vos os traços essenciais do plano de acção do Governo para dar resposta à crise das contas públicas, os quais serão desenvolvidos no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), que brevemente será entregue na Assembleia da República.

A estratégia do Governo assenta em quatro pontos essenciais. Primeiro ponto, verdade e transparência: as contas públicas têm de passar a reflectir a verdadeira situação orçamental do País. É por isso que não seguiremos a via de usar receitas extraordinárias para mascarar o valor real do défice nem recorreremos a operações de engenharia contabilística.

Aplausos do PS.

Segundo ponto, confiança e crescimento: não haverá «discurso da tanga». Repito, não haverá «discurso da tanga».

Aplausos do PS.

Nós acreditamos nas capacidades dos portugueses e das empresas para vencerem as dificuldades actuais. Não faremos cortes cegos, não abandonaremos o Novo Contrato para a Confiança nem desistiremos do nosso Plano Tecnológico, a bem da competitividade.

O nosso Programa de Estabilidade será sempre, também, um Programa de Crescimento. Na nossa proposta, e isto é fundamental, o investimento público de origem nacional vai manter-se e não será sacrificado, como contributo para o crescimento económico e para o emprego.

Aplausos do PS.

Terceiro ponto, consolidação sustentada das contas públicas. O nosso objectivo não é fingir que reduzimos o défice em apenas um ano para um nível abaixo dos 3%. Não. A nossa proposta é reduzir progressivamente o défice em três anos. Bem sei que as actuais regras só nos dão dois anos, mas, com um défice tão elevado, só é possível reduzi-lo, sem sacrificar ainda mais a economia, num prazo mais alargado de três anos. Será essa a proposta que apresentaremos à Comissão.

Quarto e último ponto, justiça e equidade: faremos o que nunca foi feito para que, de uma vez por todas, os impostos e as contribuições para a segurança social sejam pagos por todos os que devem pagá-los, a começar pelos que mais têm. Mas também já é altura de olharmos para o nosso Estado social e reconhecermos que há nele injustiças e regalias inaceitáveis que têm de acabar. Se queremos manter a sustentabilidade do nosso modelo social, se queremos garantir o futuro dos serviços públicos e das políticas sociais, então este é o momento de agir.

Fiel a estas quatro grandes orientações, o plano de acção do Governo é feito de medidas concretas.

É absolutamente fundamental que o nosso país tenha um programa verdadeiramente credível de consolidação das contas públicas. Só assim Portugal pode ver aceite em Bruxelas a pretensão de beneficiar de um período de três anos para que o ajustamento necessário ao cumprimento do PEC seja possível, recuperando a confiança dos agentes económicos.

Ora, para um programa ser credível tem de prever acções efectivas e de execução imediata. Este não é o momento para hesitar ou para adiar. É preciso agir, e agir já, sobretudo no sentido de realizar mudanças estruturais que permitam, a prazo, garantir a sustentabilidade das políticas sociais. Isto tem de ser feito, e vai ser feito.

Mas todos sabemos que, de um modo geral, as medidas para a redução estrutural da despesa levam tempo a produzir resultados. Por isso, e na actual situação de grave crise orçamental, um programa de acção só será credível se incluir também medidas que possam produzir efeitos imediatos, no curto prazo, e que permitam começar já a reduzir o défice deste ano.

Para reduzir significativamente o défice já este ano e no próximo, não bastam, infelizmente, as medidas de redução imediata da despesa ou de promoção da eficiência e da equidade fiscal que vamos adoptar. A gravidade da situação exige mais. Por isso, quero anunciar que o Governo decidiu proceder também ao aumento de alguns impostos.

Vamos, assim, ter de aumentar a taxa normal do IVA em dois pontos percentuais, de 19 para 21%, afectando a sua receita — e este ponto é fundamental — à segurança social e à Caixa Geral de Aposentações.

Procederemos também ao aumento dos impostos sobre o tabaco e sobre os produtos petrolíferos. E para que o esforço seja proporcional às possibilidades de cada um, no Orçamento do Estado para 2006 introduziremos um novo escalão de 42% destinado às pessoas com rendimentos mais altos, a partir de 60 000 euros/ano.

É certo que não propus, como outros, a baixa de impostos em campanha eleitoral. Mas assumo com total frontalidade que o plano do Governo para a consolidação orçamental não incluía o aumento de impostos. Eu próprio o afirmei por mais que uma vez. Mas quero dar aos portugueses uma explicação sincera e honesta, que espero que todos entendam: a verdade é que o défice que encontrámos é muito superior aquele que esperávamos encontrar.

Nunca acreditei no défice de 4,2% inscrito no Orçamento — várias vezes o disse nesta Assembleia. Mas o número estimado pela generalidade dos economistas e pelo próprio Governador do Banco de Portugal era de 5,1%. Esse era um número de grandeza que esperávamos encontrar. E, se assim fosse, se o défice fosse de 5,1%, seria de facto possível evitar a subida dos impostos. Seria até — digo mais — errado aumentá-los. Mas a situação agora conhecida é outra e há uma grave alteração das circunstâncias, que impõem também alteração nas decisões.

Sabemos hoje que o verdadeiro valor não é afinal de 5,1% mas de 6,8%. Faltam no Orçamento 5,5 mil milhões de euros! O Governo não tem, portanto, outra solução possível que permita obter resultados em tempo útil que não seja o aumento dos impostos. É por isso que somos forçados a tomar agora estas medidas, sem as quais nenhum programa de consolidação das contas públicas seria verdadeiramente credível e levado a sério.

Mas o essencial do nosso plano mantém-se. O essencial é combater a fraude e a evasão fiscal e reduzir a despesa.

Comecemos pela primeira. Não quero que reste a mínima dúvida: o Governo vai prosseguir um determinado combate à fraude e à evasão fiscal. Para além das acções já empreendidas, o Governo vai tomar várias medidas: a intensificação do cruzamento de dados entre o fisco e a segurança social; a utilização do levantamento do sigilo bancário para efeitos fiscais, em especial nas situações de particular risco; a implementação de um plano de acção para evitar a prescrição de dívidas fiscais; a criação de mecanismos efectivos que evitem a «lavagem» de dividendos.

Apesar destas medidas, todos temos consciência que é necessário um novo patamar de transparência fiscal no nosso País que permita dar um salto qualitativo no sentido de uma maior exigência ética no cumprimento dos deveres fiscais.

Quero por isso anunciar que o Governo, seguindo as melhores práticas europeias, vai propor, nesta Assembleia, legislação que defina as condições de limitação do sigilo fiscal, por forma a tornar públicos os rendimentos declarados ao fisco por cada contribuinte.

Aplausos do PS.

Estou bem ciente do alcance desta medida e da ruptura cultural que ela implica, mas não podemos continuar a tolerar que alguns dos mais afortunados da nossa sociedade se apresentem sempre entre os mais pobres para efeitos fiscais. Isso tem de acabar! É por isso que avançamos com esta medida, que é justa e necessária.

Tomaremos ainda outras medidas destinadas a garantir uma maior equidade fiscal. Neste domínio, o Governo decidiu eliminar ou reduzir um conjunto vasto de benefícios fiscais injustificados ou excessivos e apresentará, no último trimestre deste ano, uma proposta legislativa de revisão global destes benefícios. Mas vamos, desde já, introduzir novos limites à utilização de benefícios fiscais pelas empresas em sede de IRC, incluindo em caso de transmissão de prejuízos ou reestruturação de empresas. Por outro lado, vamos eliminar a possibilidade, introduzida no Orçamento para 2005, de reduzir, por despacho do Ministro das Finanças, a percentagem do lucro tributável das instituições de crédito e sociedades financeiras que exercem a sua actividade na Zona Franca da Madeira.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Sr.^{as}s. e Srs. Deputados: Seria um erro — e um erro grosseiro — olhar para esta crise das finanças públicas como se ela fosse um problema de tesouraria ou mais uma dificuldade conjuntural a que se pode fazer frente apenas com medidas de curto prazo. Esta crise tem razões fundas e estruturais e é tempo de as enfrentar, de uma vez por todas, como consta do nosso Programa do Governo.

O problema que se coloca é muito simples e é este: saber se Portugal vai ou não quebrar este ciclo de escalada crónica do défice orçamental a que os governos respondem com sucessivos aumentos de mais e mais impostos, sempre insuficientes para suportar todas as despesas do Estado.

Pois eu considero que o nosso dever é o de quebrar este ciclo vicioso e fazer pelo País o que deve ser feito. E fazê-lo em defesa do nosso modelo social, em que acredito.

Por isso, vamos encetar imediatamente um programa de reestruturação e modernização da Administração Pública. De três em três meses, dois ministérios entrarão num processo de auditoria e reestruturação, revendo as respectivas funções, orgânica, dimensionamento, recursos e procedimentos, num processo orientado para a melhoria da eficiência, da eficácia e da contenção da despesa.

Aplausos do PS.

Vamos também proceder à revisão do actual sistema de carreiras e remunerações na função pública. Um novo regime, mais justo e racional, deverá entrar em vigor, após negociação, até ao final de 2006. Até lá, e por imperativos de contenção da despesa, o Governo vê-se forçado a decretar, temporariamente e a título excepcional, a suspensão das progressões automáticas e das actualizações de suplementos remuneratórios na função pública, sem prejuízo da continuação dos mecanismos de progressão baseada no mérito.

Ainda para a contenção da despesa, o Governo decidiu limitar as regalias dos administradores de empresas de capitais maioritariamente públicos. No próximo ano, não serão actualizados os vencimentos dos administradores, serão limitados os prémios anuais de gestão, será restringido o direito de opção de aquisição de viatura de serviço e será limitada a faculdade de acumulação de vencimentos quando o administrador exerce outras funções em empresas participadas.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Sr. Primeiro-Ministro, peço-lhe que tenha em atenção o tempo de que dispõe e, desse modo, que passe a uma fase de conclusão da sua intervenção.

O Orador: — Sr. Presidente, mesmo tendo em atenção o tempo de que disponho, peço-lhe alguma tolerância, já que as medidas a anunciar são muitas. Preciso, por isso, de alguma compreensão da parte de V. Ex.^a e dos Srs. Deputados para que possa expor todas as medidas.

O Sr. Presidente: — Faça o favor de continuar, Sr. Primeiro-Ministro.

O Orador: — Por outro lado, vamos corrigir diversas injustiças e desigualdades na nossa Administração, como sucede com a diversidade dos subsistemas de saúde existentes ou com a situação que permite a muitos funcionários receberem o seu vencimento sem prestarem efectivo serviço público, situação em que se encontram milhares de professores com «horário 0» ou dispensados de serviço docente no ano de aposentação.

Noutra linha, vamos também tomar medidas para racionalizar a gestão do património do Estado, a logística da Administração e o sistema de compras públicas, mas vamos também adoptar medidas de fundo noutra área capital, tendo em vista o objectivo previsto no Programa do Governo de assegurar a sustentabilidade e a equidade na protecção social. É por isso que, no respeito pela Constituição, o Governo vai colocar para negociação com os parceiros sociais um ambicioso programa de reformas no sentido da convergência e da equidade dos regimes de segurança social no sector público e no sector privado.

O Sr. Alberto Martins (PS): — Muito bem!

O Orador: — Saliento apenas seis medidas. Em primeiro lugar, todos os trabalhadores que entrem a partir de agora para o sector público serão integrados no regime geral da segurança social e terão exactamente o mesmo regime de segurança social dos restantes trabalhadores.

Em segundo lugar, vamos iniciar em 2006 um processo de aproximação gradual da idade legal de reforma na função pública com a idade legal de reforma dos trabalhadores em geral. Não há hoje nenhuma razão válida para que os trabalhadores da função pública se possam reformar aos 60 anos enquanto os demais trabalhadores só se podem reformar aos 65.

Aplausos do PS.

A verdade é que esta desigualdade se transformou numa injustiça que só permanece porque ninguém até hoje teve coragem de resolver o problema. Mas é preciso fazê-lo — e nós vamos fazê-lo —, porque esta situação ameaça a sustentabilidade da protecção social em Portugal. A partir de 2006, a idade da reforma na função pública subirá seis meses por ano, por forma a que, daqui a 10 anos, seja igual à que hoje se aplica aos restantes trabalhadores.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Até que idade?! Até aos 100 anos?!

O Orador: — Nas carreiras que, por razões excepcionais atendíveis, estejam previstas idades de reforma inferiores a 60 anos, a idade de reforma será aumentada progressivamente de acordo com a mesma regra, mas o Governo criará condições para que os funcionários continuem no activo, exercendo, se assim o desejarem, funções diferentes, embora compatíveis com a sua formação.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Em terceiro lugar, salvaguardando sempre os direitos adquiridos, vamos, em nome do princípio da equidade, aproximar progressivamente o regime de cálculo das pensões aplicável aos funcionários que entraram na função pública antes de 1993 com aquele que se aplica aos funcionários que foram admitidos depois daquela data.

Em quarto lugar, vamos tornar idênticos os sistemas público e privado de protecção na doença. Mesmo considerando algumas diferenças no tratamento fiscal, não é aceitável a diferença que leva a que no sector privado uma baixa por doença seja paga ao trabalhador em apenas 55% enquanto no sector público é paga, na generalidade dos casos, a 100%. A nossa solução é eliminar estas desigualdades e fixar o ponto de equilíbrio em 65%, que passará a ser a prestação devida a todos os trabalhadores, sejam eles do sector público ou do sector privado.

Aplausos do PS.

Em quinto lugar, vamos apresentar legislação para contrariar a actual tendência para a antecipação real da idade de reforma no regime geral de segurança social.

A Sr.ª Luísa Mesquita (PCP): — Que escândalo!

O Orador: — Não é comprehensível que, numa altura em que a esperança de vida subiu de forma significativa, o Estado incentive a saída prematura do mercado de trabalho.

Em sexto lugar, é altura de pôr cobro a um conjunto de regimes de excepção que proliferam na nossa Administração Pública e que são, em múltiplos casos, absolutamente injustificados, constituindo privilégios de alguns grupos particulares, quer no que respeita à idade de reforma, quer no que respeita à fórmula de cálculo das pensões, quer ainda no que respeita a prestações excepcionais, situação que urge corrigir. Vamos apresentar propostas no sentido da moralização e da justiça, em nome do princípio da igualdade. E isto vale para todos. Vale para vários corpos especiais, mas vale também para nós, os titulares de altos cargos públicos e de cargos políticos. Esta reforma de combate às regalias excessivas ou injustificadas tem de começar pelos cargos políticos. Quero, por isso, anunciar-vos que ontem mesmo o Conselho de Ministros decidiu apresentar uma proposta legislativa que acaba com os privilégios injustificados do actual regime especial de subvenções vitalícias dos titulares de cargos políticos.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Sejam bem-vindos!

O Orador: — Sr. Presidente e Srs. Deputados: Em suma, não faremos um novo «discurso da tanga», não haverá uma nova obsessão com o défice. O nosso objectivo é o do crescimento. Não faremos cortes cegos, não vamos esquecer a economia nem o investimento.

Vozes do PSD, do CDS-PP e do PCP: — Então?! Não aplaudem?! O PS não apoia?!

Aplausos do PS.

Risos do PSD, do CDS-PP e do PCP.

O Orador: — Não vamos iludir a verdade com receitas extraordinárias e não vamos fingir que resolvemos o problema das contas públicas num ano. Porventura, há quem pense que este plano de acção se destina apenas a garantir o cumprimento do Pacto de Estabilidade e Crescimento, mas não! O que verdadeiramente está em causa neste momento não é só cumprir o pacto europeu, é a necessidade de defender o pacto subjacente à Constituição da República, que é, afinal, o pacto que sustenta o nosso Estado social.

O Governo está determinado a agir e não cederá a facilidades. Seria bom que nesta Assembleia outros pudessesem acompanhar, sem preconceitos nem calculismos, o Governo neste esforço. Mas também isso requer coragem — ficaremos hoje a saber quem a tem e quem a não tem.

Aplausos do PS.

Quero, finalmente, que os portugueses saibam que tenho a certeza de que conseguiremos vencer as dificuldades. Pela minha parte, estou determinado a cumprir o meu dever. Já vi escrito algures que este é um mau momento para estar no Governo. Pois o meu sentimento é exactamente o contrário. Srs. Deputados, considero que é uma honra poder servir o País e os portugueses num momento como este.

Aplausos do PS, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos dar início à primeira volta de perguntas. Para formular a primeira pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Marques Mendes.

O Sr. **Luís Marques Mendes** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Passado o período de campanha eleitoral, fértil em promessas e em declarações de outra natureza, e decorridos dois meses e meio sobre a sua tomada de posse, parece que o Governo comece finalmente a governar.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Congratulo-me com isso!

A verdade é que o País precisa mesmo que o Governo comece a governar. Cada dia perdido é uma dificuldade acrescida e é um problema agravado.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Por isso, é positivo que o Governo comece a governar. Desde logo, é positivo que o faça enfrentando a questão, sempre delicada, séria, grave e sensível, das finanças públicas.

Não estou aqui, Sr. Primeiro-Ministro, para falar do passado. O que os portugueses querem, sobretudo, é falar do futuro e das soluções para este. Mas vale a pena, para chegar ao futuro, perceber o breve e principal enquadramento desta questão.

O problema das finanças públicas é, como todos sabemos, sério e, sobretudo, estrutural. É um problema que tem anos e leva anos a resolver. Teve um agravamento muito significativo num período muito recente — de 1996 a 2001.

O Sr. **Álvaro Castello-Branco** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Olhe que vai por um mau caminho!

O **Orador**: — Foi o período em que, como ainda recordou recentemente o Governador do Banco de Portugal, a generalidade dos países da Europa, começando pela vizinha Espanha, aproveitou a época de grande crescimento económico para fazer ajustamentos e consolidação orçamental e para reduzir o peso do Estado.

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Isso é uma aldrabice!

O **Orador**: — Portugal, durante esse período, é um facto objectivo, fez exactamente o contrário.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Ou seja, cresceu, aumentou e «engordou» o Estado. Assim, e em relação aos países que fizeram consolidação orçamental — e o caso mais significativo é o de Espanha —, Portugal teve, a seguir, um maior desequilíbrio das finanças públicas. É um dado objectivo que é importante para que não se repitam, no futuro, erros anteriormente cometidos.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Nos últimos três anos, de 2002 a 2004, em função desta situação e em função do processo instaurado por Bruxelas, houve que tomar um conjunto de medidas várias e difíceis. É certo que hoje são muitos os que dizem que essas medidas foram insuficientes. Talvez! Mas manda a verdade que se recorde que todos os partidos da oposição, nesta Casa e fora dela, criticaram todas essas medidas,...

Aplausos do PSD.

... não por serem insuficientes mas, sim, por serem excessivas, gravosas e exageradas.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — A verdade é que a situação teria sido bem pior se não fossem essas medidas.

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, este enquadramento é importante para se chegar, de facto, ao futuro. O problema existe e deve ser enfrentado por todos, a começar pelo Governo, com coragem.

E qual é a raiz do problema? É a existência de um Estado demasiado grande, um Estado que gasta demais, um Estado em que há, claramente, excesso de despesa pública. Qual tem de ser, por isso, a solução estrutural? Diminuir seriamente a despesa do Estado!

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — E como deve ser alcançado tal desiderato, Sr. Primeiro-Ministro? Do meu ponto de vista, estabelecendo um programa plurianual de redução da despesa, com objectivos perfeitamente definidos a quatro ou a cinco anos.

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Já chega atrasado!

O **Orador**: — Mas, ao mesmo tempo, com *plafonds* anuais, ou seja, com limites, ano a ano, de crescimento da despesa em relação ao crescimento da riqueza nacional.

Mas mais, Sr. Primeiro-Ministro: julgo que este programa global e plurianual só faz sentido com o objectivo exigente e simultaneamente saudável de que, ano a ano, as despesas do Estado não cresçam mais do que 50% da riqueza nacional, da riqueza que o País produz. Isto é, queremos que haja um «tecto» previamente definido para cada ano, monitorizado e rigorosamente cumprido. Se, por exemplo, a riqueza nacional cresce 2% num determinado ano, a despesa não poderá ir além de um crescimento de 1%. É um critério e um objectivo exigente, mas é saudável.

Por isso é que tenho pena, Sr. Primeiro-Ministro, que, sem prejuízo do conjunto de medidas que anunciou, tenha faltado na sua intervenção a calendarização e a quantificação de objectivos neste domínio, obedecendo a uma lógica plurianual bem definida, para que possa haver monitorização e para que este seja um factor de credibilidade e de disciplina para o Estado, para os agentes económicos e para a sociedade em geral.

Aplausos do PSD.

À luz destes princípios, Sr. Primeiro-Ministro, quero dizer-lhe que analisaremos com toda a atenção e todo o cuidado as várias medidas que apresentou. Digo-lhe, no entanto, que teremos, perante todas estas medidas e outras, uma atitude de abertura e de compreensão por todas as iniciativas que tenham por objectivo a redução da despesa pública. Tal vale por dizer que faremos, no futuro, exactamente o contrário do que fez o Partido Socialista quando esteve na oposição. É, para nós, uma questão de coerência e de responsabilidade.

Aplausos do PSD.

Penso, todavia, que há duas ou três omissões que me preocupam na sua intervenção, e uma delas está directamente relacionada com o cerne da questão da despesa. Refiro-me à questão das SCUT, que é uma omissão grave e preocupante. Sr. Primeiro-Ministro, penso que essa é a manutenção de um despesismo que não é aceitável. A manutenção das SCUT custa ao erário público, já este ano, 521 milhões de euros e 700 milhões de euros de 2007 a 2013. Este é um despesismo inaceitável e é uma situação de iniquidade.

Sr. Primeiro-Ministro, pedir aos portugueses que suportem sacrifícios de mais aumentos de impostos enquanto o Estado perdoa o pagamento de portagens é dizer que o Estado não tem ética, moral ou critério de justiça!

Aplausos do PSD.

A segunda omissão, que tem ainda hipótese de corrigir, está relacionada com o domínio da função pública. Sem prejuízo das medidas apresentadas, que não deixaremos de analisar com o cuidado e o espírito de abertura que aqui já reafirmei, penso ser importante dar uma atenção privilegiada ao problema central da produtividade da função pública. A verdade, neste caso, é que, havendo muitas decisões e medidas a tomar, os funcionários públicos são, muitas vezes, as vítimas do sistema. Ora, enquanto o Estado, que gere o sistema, não alterar as regras do seu funcionamento, é óbvio que o problema da produtividade e da própria motivação dos funcionários públicos não será resolvido. Assim, a reforma da Administração Pública torna-se mais complicada.

A terceira e última omissão está relacionada com um problema muito discutido no plano académico mas pouco analisado no debate político. Um problema estrutural na despesa pública implica diminuir o Estado e

rever as suas funções. Hoje, o Estado é grande demais, é omnipresente, é Estado-patrão, empresário, prestador, regulador e financiador. O Estado tem a tentação de intervir em tudo e acaba por não fazer bem e, sobretudo, a tempo e horas aquilo que só a ele, Estado, compete fazer. Por isso mesmo, Sr. Primeiro-Ministro, penso que, para além de tudo quanto foi dito, há um debate político que deve ser feito relativamente a áreas, funções e sectores do Estado que, hoje em dia, com maior vantagem devem ser desempenhadas pela iniciativa privada ou pela iniciativa social. Portanto, queria aqui sugerir e propor que esse debate, para o qual estamos disponíveis, fosse feito e que as decisões correspondentes fossem tomadas.

Digo-o por uma razão simples e muito importante: é que se isto não for feito, Sr. Primeiro-Ministro, daqui a uns anos estamos aqui a falar outra vez de mais impostos ou de mais receitas porque o problema estrutural do Estado não se resolveu. Julgo que era importante que V. Ex.^a corrigisse essa omissão.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Primeiro-Ministro, quanto à questão das receitas, temos uma atitude diferente, já que não podemos subscrever ou apoiar a proposta de aumento de impostos como o IVA e o imposto sobre os combustíveis. No caso dos impostos sobre o vício não teremos objecções, mas não podemos estar de acordo no que respeita ao aumento do IVA porque, com o aumento decretado há três anos atrás, o espaço de manobra que Portugal tinha esgotou-se.

O Sr. Presidente: — Queira concluir, Sr. Deputado.

O Orador: — Concluo já, Sr. Presidente.

Hoje, a vizinha Espanha — e saliento que estamos numa economia global, mas, sobretudo, numa economia ibérica — tem taxas claramente inferiores às nossas. Desta forma, a competitividade das nossas empresas e da nossa economia fica ainda afectada.

O Sr. António Montalvão Machado (PSD): — Muito bem!

O Orador: — E o mesmo se pode dizer quanto aos impostos sobre os combustíveis, particularmente gravoso para a competitividade dos sectores dos transportes e da indústria.

Concluindo com a matéria fiscal, Sr. Primeiro-Ministro, manifesto todo o apoio a medidas de combate à evasão fiscal. Porém, quero dizer-lhe o seguinte: julgo que, neste domínio, o importante é passar rapidamente das palavras aos actos. Todos os governos, ao longo dos anos, foram muito conservadores nesta área e têm de ser, de facto, mais ousados. Tenho dito — voltei a dizê-lo ontem e quero aqui insistir — que, para nós, a questão essencial neste domínio é a da quebra do sigilo bancário de uma forma muito mais clara, em matéria de investigação no combate à fraude e evasão fiscais.

Consideramos que este é um caminho corajoso, que corta com o conservadorismo, com as rotinas. Mas, numa palavra, quem como eu tantas vezes disse que são gravíssimas as fugas e as fraudes no rendimento mínimo garantido tem de ter toda a autoridade e toda a coragem para dizer que são ainda muito mais graves no domínio da evasão fiscal, no domínio daqueles que fogem aos impostos.

Aplausos do PSD.

Por isso, termino, Sr. Primeiro-Ministro, dizendo que somos oposição, mas estamos aqui, como viu, e como verá, com uma atitude responsável, em obediência aos princípios da coerência e do sentido de responsabilidade.

Sempre dissemos que a despesa é o problema, a solução é combatê-la; na oposição, não vamos dizer o contrário do que antes dizímos.

Referi-me ao sentido de responsabilidade porque é o País, em primeiro lugar, que nos motiva e que nos orienta.

Foi também assim que coloquei a questão há um mês, quando me disponibilizei para fazer um entendimento alargado sobre esta matéria e V. Ex.^a recusou. Mas continuaremos com esta postura de coerência, de autoridade e de sentido de responsabilidade. O País está primeiro!

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, pedindo-lhe que se circunscreva a 7 minutos, para não exagerar a partir daqui as tolerâncias iniciais dadas ao Sr. Primeiro-Ministro e à primeira pergunta feita por cada líder parlamentar.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, vou fazer exactamente como sugere.

Sr. Deputado Luís Marques Mendes, em primeiro lugar, quanto à ideia de adiamento, o Sr. Deputado sabe que, quando estávamos em campanha eleitoral e quando tomámos posse, o procedimento que adoptámos

para a elaboração de um plano que permitisse responder ao problema das finanças públicas, englobado numa estratégia mais vasta para o crescimento económico, foi o de dizer ao País a verdade sobre as contas públicas. O Sr. Deputado veio agora dizer que o Governo andou, apesar de tudo, lento de mais, porque a Comissão esteve, durante dois meses, a trabalhar para revelar esta verdade. Mas teria sido muito simples: se o PSD tivesse aprovado a proposta que inúmeras vezes o Partido Socialista apresentou para que esta Comissão já tivesse feito a auditoria, que agora fez, teríamos começado a trabalhar muito mais cedo!

Aplausos do PS.

O Sr. Deputado não quer falar do passado. Que diferença de há três anos! Compreendo muito bem que não queira falar do passado, mas, Sr. Deputado, não considera que já é um bocadinho ridículo vir dizer, numa altura destas, que a culpa do défice de 6,83% é da responsabilidade do ex-Primeiro-Ministro António Guterres?!

Aplausos do PS.

Não considera que isso carece de um mínimo de seriedade?! Sr. Deputado, os portugueses sabem muito bem o que aconteceu.

Vozes do PSD: — Sabem, sabem!

O Orador: — Quando os senhores chegaram ao governo o défice era de 4,2 %. Os senhores saíram do governo e o défice é de 6,83%!

Sr. Deputado, quero referir-lhe, porque talvez o Sr. Deputado não tenha ouvido bem, a diferença estratégica entre a proposta do Governo e aquilo que foi feito há uns anos.

Em primeiro lugar, não vim aqui fazer um ajuste de contas com o passado, nem vim aqui fazer o «discurso da tanga», dizendo que o País estava «assim ou assado». Vim propor as soluções, de acordo com aquela que é a responsabilidade do Governo. Temos, portanto, em consideração que a confiança é absolutamente fundamental para podermos vencer as dificuldades.

Também não vim aqui propor um plano de fingimento, fingindo que resolvíamos o défice à custa de receitas extraordinárias. O Sr. Deputado não se referiu a isso. Ou acha que, quanto ao passado, não tem nada a dizer aos portugueses? Acha que esse procedimento do passado foi correcto?

Não vim também aqui propor cortes cegos no investimento. Não! Ao contrário, o nosso plano prevê que o investimento público de origem nacional se mantenha nos próximos quatro anos, porque isso é absolutamente fundamental.

Aplausos do PS.

Não vim aqui dizer que o investimento público é um desperdício. Não! Nós acreditamos no investimento público para o crescimento da nossa economia.

Também não vim aqui com medidas paliativas. Vim aqui com medidas que não se destinam apenas a resolver esta crise conjuntural mas a actuar naquilo que é estrutural, por forma a que estas crises não se repitam.

É esta a diferença relativamente ao passado.

Mas o que é absolutamente espantoso é que o Sr. Deputado tenha uma intervenção neste debate dando sugestões e dizendo qual é a receita para o problema! Sr. Deputado, todos os portugueses têm certamente na cabeça esta pergunta: mas se o Sr. Deputado sabia qual a receita, por que é que, afinal de contas, não a aplicou quando estava no governo?

Aplausos do PS.

Sr. Deputado, entendamo-nos, porque só como caricatura ou como exercício de banda desenhada é que o Sr. Deputado pretende vender ao País a ideia de que tudo isto derrapou apenas nos últimos seis meses! Não, Sr. Deputado! Estes 6,83% são uma consequência das políticas dos últimos três anos.

O Sr. Deputado bem pode andar a dizer que só nestes últimos seis meses é que as coisas correram mal e que até estava contra essa política, mas quero recordar-lhe, Sr. Deputado Luís Marques Mendes, que, no início de 2004, o Sr. Deputado anunciou ao País que a recessão já lá ia, que agora era altura de retoma. Disse o Sr. Deputado: «Acabou a recessão, iniciou-se a retoma. Iniciou-se a recuperação!». No início de 2004 a única retoma que aconteceu foi a retoma do défice, Sr. Deputado!

Aplausos do PS.

Sr. Deputado, há várias diferenças de perspectiva entre nós, e assumamo-las. Eu não vejo a despesa pública como inútil, como «gordura» e como coisa a evitar. A despesa pública é absolutamente essencial para mantermos o nosso estado social. Eu não faço disso um objectivo cego, acho é que devemos cortar na despesa que não esteja ao serviço dessa sustentabilidade, e as medidas que aqui apresentei não são contra o social, são medidas a favor do essencial, são medidas contra os privilégios e contra as injustiças do nosso Estado social!

Aplausos do PS.

O Sr. Deputado disse depois que é contra o aumento dos impostos. O Sr. Deputado tem que dar resposta aos portugueses a esta pergunta muito simples: por que é que o Sr. Deputado, quando o défice era de 4,2% considerou que devia subir o IVA em dois pontos e agora, que é 6,83%, considera que não?

O Sr. Deputado pensa que há nisto alguma coerência? Considera que há nisto alguma lógica? Não, Sr. Deputado! O que há é um exercício de oportunismo político, que está bem claro aos olhos de todos, Sr. Deputado! É apenas essa a razão.

O Sr. Deputado deve entender o seguinte: se o défice fosse de 5%, 5,1% ou 5,2% este exercício podia e devia ser feito sem recurso àquilo que representam os impostos, porque se trata de uma receita que tem consequências na economia, como teve, aliás, há três anos.

A verdade é que não resta ao Governo outra solução, porque temos que chegar ao fim do ano já com um défice muito reduzido, e se fosse de 5% poderíamos apenas reduzir parte em função dos cortes na despesa que vamos anunciar.

O Sr. Deputado falou nas SCUT. Sr. Deputado, assumimos esta divergência. Não queremos, apenas para reduzir o défice e combater despesas completamente injustificadas, prescindir do desenvolvimento regional. Queremos que, em Portugal, haja uma política que apoie a coesão territorial, e é por isso que as SCUT vão continuar sem portagens!

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Queira concluir, Sr. Primeiro-Ministro.

O Orador: — Finalmente, Sr. Deputado, quanto à função pública, quero também dizer-lhe que há uma diferença entre a proposta do Governo e a vossa. Nós acreditamos na Administração Pública e nos serviços públicos! Nós queremos uma Administração Pública mais qualificada, mais eficiente. Nós queremos serviços públicos de qualidade, e é em nome dessa qualidade que estamos a fazer estas reformas. E há uma diferença entre a nossa e a vossa resposta, que se mede, por exemplo, pelo facto de nós não congelarmos os salários na função pública. Não! O que fazemos é suspender as progressões automáticas, que são um factor de injustiça na Administração Pública.

Espere que tenham ficado bem claras as diferenças entre a nossa resposta de hoje e a de há três anos!

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para replicar, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Marques Mendes, dispondo de 3 minutos.

O Sr. Luís Marques Mendes (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, serei breve.

O Sr. Primeiro-Ministro também começou por dizer, da tribuna, que não queria falar do passado, mas terminou a falar do passado. Devo dizer-lhe que não tenho problema algum em falar do passado, hoje ou quando V. Ex.^a quiser, mas não me parece que seja o mais importante para resolver as questões.

De qualquer forma, até lhe sugeria que quando o Sr. Primeiro-Ministro quisesse falar do passado viesse de braço dado com o Eng.^o Guterres ou, então, que assumisse por ele as responsabilidades, que eu assumo as minhas, e discutiremos tudo aos olhos de toda a gente. Não me parece ser o mais importante, mas se quiser fazemo-lo.

Aplausos do PSD.

Protestos do PS.

Sr. Primeiro-Ministro, quanto às questões do adiamento, não falei sequer de adiamento, mas considero positivo que se avance rapidamente neste domínio. Direi, com sentido construtivo, uma vez mais, ao Sr. Primeiro-Ministro que, apesar de seguramente terem uma explicação, o facto de um governo que toma posse no dia 12 de Março, julgo, fazer aprovar aqui o orçamento rectificativo apenas a 29 de Junho, isto é, mais de três meses depois, com toda a franqueza, só pode ser visto como protelamento ou adiamento.

Sr. Primeiro-Ministro, e se quer falar do passado, lembro-lhe que no passado se apresentou o orçamento rectificativo no espaço de um mês.

Tem todo o direito de o fazer dessa forma, Sr. Primeiro-Ministro, mas se fosse mais rápido seria melhor!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É tão simples quanto isto. Penso que qualquer pessoa entende.

Em terceiro lugar, considero que a situação orçamental é grave, já o disse. Sou da oposição, mas considero-me sério e honesto e com espírito de abertura para ajudar a resolver as questões. Mas, Sr. Primeiro-Ministro, não confundamos coisas que não devem ser confundidas: não confundamos défice estimado com défice verificado, uma vez que são realidades completamente distintas, o que, insisto, não altera a gravidade do problema. De qualquer forma, devemos ser rigorosos, ainda por cima se estamos a falar de contas.

Em quarto lugar, há uma falha que não considero grave, mas gravíssima, quanto ao que o Sr. Primeiro-Ministro disse na primeira e segunda intervenções quanto à questão das SCUT. Vou voltar a dizer-lhe, ainda com mais força, que considero que um Governo que não impõe portagens onde elas devem existir, em obediência ao princípio do utilizador-pagador, mas pede mais sacrifícios aos portugueses com mais impostos é um Governo que não tem autoridade nem coragem!

Aplausos do PSD.

Sr. Primeiro-Ministro, como vê, não estou a ir pelo caminho mais fácil, que é o de dizer que não deve haver portagens. Não! Considero que o Sr. Primeiro-Ministro, que gosta muito de falar de coragem, perdeu aqui uma grande oportunidade, porque não se trata apenas de uma questão de combater o despesismo, não se trata apenas de uma questão de iniquidade — porque é uma questão de iniquidade —, é mais do que isso, Sr. Primeiro-Ministro: é um sinal que o Estado e o Governo deviam dar e que não têm coragem para dar.

O Sr. Presidente: — Queira concluir, Sr. Deputado.

O Orador: — Concluo, Sr. Presidente.

Por último, Sr. Primeiro-Ministro, tenho todo o direito de ter opiniões diferentes das que tive no passado e que vou ter sempre ao longo dos tempos. Por exemplo, há muitos anos defendo o sigilo bancário como instrumento de combate à evasão fiscal e, em coerência, estou agora a dizer que apoio esta iniciativa do Governo ou então que a tomarei. Por isso, fiz uma sugestão construtiva ao Sr. Primeiro-Ministro, sobre a qual gostava de o ouvir falar, que é a seguinte: *plafonds* anuais, para haver disciplina, rigor, credibilidade, em que o crescimento da despesa não seja superior a metade do crescimento da riqueza nacional, por forma a que, de ano a ano, se possa monitorizar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É dessa forma que se dá credibilidade aos agentes económicos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Primeiro-Ministro podia e devia seguir esta sugestão, porque penso que é construtiva.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o tempo de que dispunha terminou.

O Orador: — Vou terminar, Sr. Presidente.

Nesta linha, Sr. Primeiro-Ministro, penso que o problema se coloca fundamentalmente do lado da despesa, e julgo que é do lado da despesa que temos de ser ainda mais rigorosos e disciplinadores.

E a diferença em relação ao passado, Sr. Primeiro-Ministro, é esta: no passado, o senhor também esteve contra o aumento do IVA.

Vozes do PSD: — Exactamente!

O Orador: — Na altura, até chamou a essa medida um «crime económico».

Eu considero que é um erro chamar-lhe um «crime económico», não sou tão exagerado! Mas há uma diferença entre nós dois, que é a seguinte: o senhor esteve contra todas as medidas do governo do meu partido, fossem em relação à despesa ou à receita...

Vozes do PSD: — Exactamente! Todas!

O Orador: — Todas!

Sr. Presidente, demorarei apenas mais alguns segundos.

Sr. Primeiro-Ministro, não se lembra, por exemplo, do fim da medida do crédito bonificado da habitação jovem,...

Vozes do PSD: — Exactamente!

O Orador: — ... que foi uma medida estrutural importante, e que agora está a dar resultados?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O senhor foi sempre contra essa medida!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Mas eu penso de maneira diferente! No que diz respeito à receita, considero que o aumento dos impostos é um erro. Não penso que seja um crime, mas é um erro! Quanto à despesa, tenho uma postura diferente da que V. Ex.^a teve no passado: estaremos ao lado do Governo porque, nessa matéria, se o Governo cumprir estará a realizar o interesse nacional. E nós somos oposição ao Governo, mas não somos oposição ao País!

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para responder, dispondo de 3 minutos, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luís Marques Mendes, não posso vir aqui de braço dado com o Eng.^º António Guterres porque ele é agora Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados.

Aplausos do PS.

O que constitui, sem dúvida, motivo de orgulho, que acrescenta prestígio a Portugal.

Sr. Deputado, só numa visão muito infantil é que alguém pode achar que as medidas ontem aprovadas no Conselho de Ministros foram apenas baseadas num trabalho de 24 horas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Há muito tempo que o Governo estava a trabalhar nestas medidas.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Ora, aí é que está!

O Orador: — Acontece que o Governo sempre disse que apresentaria o seu plano depois de saber da gravidade e da dimensão do problema.

O Sr. António Filipe (PCP): — Também já desconfiava!

O Orador: — Só assim é que era possível ao Governo apresentar um plano coerente, um plano diversificado, que respondesse à totalidade do problema.

Diz o Sr. Deputado que este é apenas um défice «estimado», tentando desacreditar os resultados da Comissão?!

Protestos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Deputado chama a isso um défice «estimado»? Um Orçamento que previa um défice de 2,9 e quatro receitas extraordinárias, não existindo nenhuma delas?!

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Não sabe o que está a dizer!

O Orador: — Três receitas eram inviáveis e uma outra pura e simplesmente nem sequer existia! Talvez nos queira recordar com que base é que o Sr. Deputado aprovou aquele Orçamento.

O Sr. Álvaro Castello-Branco (CDS-PP): — Mais uma ignorância!

O Orador: — E o que dizer sobre as despesas de saúde? E o que dizer também daquilo que foi este Orçamento, que previa aumentos nas pensões que, depois, não foram orçamentadas?

Deixe-me perguntar-lhe, com franqueza, Sr. Deputado: não lhe parece que também deve uma explicação aos portugueses?

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Ninguém, no PSD, acha que deve uma explicação aos portugueses sobre o que aconteceu?

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Pois eu acho que essa explicação é devida!

Aplausos do PS.

Sr. Deputado, voltemos à questão das SCUT. O Sr. Deputado esteve num governo que, durante três anos, disse que era contra as SCUT e que ia pôr portagens nas SCUT. Mas, ao fim de três anos, não havia uma portagem nas SCUT! Ao fim de três anos, não havia solução técnica para as portagens nas SCUT! Ao fim de três anos, não havia negociações, nem concluídas nem iniciadas, com os concessionários!

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Isso é falso!

O Orador: — Não havia estudos financeiros sérios nem credíveis, nem havia calendário!

O Sr. António Montalvão Machado (PSD): — Isso não é verdade!

O Orador: — Sr. Deputado, três anos a sustentar essa promessa e, afinal de contas, deu no que deu!

Sr. Deputado, quero apenas dizer-lhe o seguinte: a vossa última proposta para as SCUT dava como consequência que apenas pagariam portagem 30% das pessoas que passam nessas auto-estradas. Ora, duvido que com essa proposta se pudesse, sequer, equilibrar o investimento da colocação dessas portagens.

A questão é política, Sr. Deputado. É que nós temos uma política para o desenvolvimento das regiões que têm um rendimento *per capita* inferior à média nacional. É por isso que não colocaremos portagens nessas auto-estradas, porque elas são um factor de desenvolvimento e de solidariedade regional.

Aplausos do PS.

Em breve, o Sr. Deputado terá aqui para discussão o Programa de Estabilidade e Crescimento, que prevê esse calendário. O Sr. Ministro das Finanças irá apresentá-lo já na próxima semana.

Quem esteve no governo sabe perfeitamente que não se elabora o Programa de Estabilidade e Crescimento em apenas meia dúzia de dias. Esse Programa está a ser trabalhado já há muito tempo.

O Sr. Presidente: — Sr. Primeiro-Ministro, o tempo de que dispunha terminou.

O Orador: — Vou terminar, Sr. Presidente.

Quero ainda chamar a atenção do Sr. Deputado Luís Marques Mendes para o seguinte: o Sr. Deputado já falou por duas vezes e ainda não foi capaz de dizer se é a favor de alguma medida que apresentei.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Não é verdade!

O Orador: — Não disse se era a favor de alguma.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Não ouviu nada!

O Orador: — Não, não! Eu ouvi bem! O Sr. Deputado ainda não disse se era a favor de alguma delas!

Protestos do PSD.

Pois se é a favor tenha a coragem de o dizer. Este é o momento de dizer se é a favor, se é contra ou se se encontra apenas na posição fácil de quem diz que vai para casa estudar o assunto.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alberto Martins.

O Sr. Alberto Martins (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O défice de 6,83% traduz uma situação orçamental muito grave. Traduz, manifestamente, um fracasso da anterior coligação no governo, por isso esperamos, com expectativa, que os autores do fracasso assumam as suas responsabilidades.

V. Ex.^a já nos disse que não está particularmente motivado para equacionar o passado, mas é bom que o passado se equacione, porque 6,83 é um número referencial, é um número que não podemos esquecer, é um número que tem um rosto, tem imagens, tem autores, tem responsáveis, tem cúmplices, e portanto é bom que as pessoas assumam as suas responsabilidades.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A situação grave em que se encontram as finanças públicas e a economia portuguesa tem responsáveis directos, autores materiais e cúmplices. E estes têm de assumir as suas responsabilidades!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, não podemos deixar de nos identificar com as medidas que aqui propõe. Elas são credíveis, têm uma eficácia imediata para responder aos problemas internacionais — desde logo, às exigências do Pacto de Estabilidade e de Bruxelas — e têm um sentido que não é demais relevante. Têm um sentido estrutural, estratégico, são medidas que continuam a inscrever como objectivo central o crescimento económico e uma lógica de desenvolvimento moderno do País, num quadro de combate ao desemprego e procurando medidas de coesão social. São, por isso, medidas fiáveis.

O prazo das propostas que nos apresenta, que é um prazo de três anos para garantir um mínimo de défice orçamental exigível de 3%, é um prazo ajustável, de forma a que os sacrifícios pedidos aos portugueses possam ser pedidos de forma equitativa, socialmente justa, sem pôr em causa o futuro do nosso país e, desde logo, das gerações futuras, e sem pôr em causa algo que nos é muito caro, que é o estado social e as políticas sociais essenciais no domínio da saúde, da educação e da segurança social, com vista a atingir o objectivo que V. Ex.^a enunciou de evitar a recessão económica.

Nesse sentido, gostaria de transmitir a ideia de que é necessário, como V. Ex.^a salientou, que haja verdade. Verdade, verdade, verdade é um instrumento essencial da confiança política.

O Sr. José Junqueiro (PS): — Muito bem!

O Orador: — Estamos fartos! Todos fomos vítimas, no passado — o Estado português, os políticos portugueses, a sociedade portuguesa —, de malabarismos que tiveram nestes três últimos anos uma expressão absoluta, quando foram pedidos sacrifícios que afinal eram inúteis.

Aplausos do PS.

Os autores do fracasso têm um rosto. O Dr. Luís Marques Mendes é um dos rostos expressivos desse fracasso!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A Dr.^a Manuela Ferreira Leite é também um rosto desse fracasso!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O Dr. Durão Barroso, o Dr. Paulo Portas são rostos desse fracasso! E o sacrifício foi inútil!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O mais grave é que os portugueses, hoje, percebem que o congelamento dos salários da função pública, a recessão económica, o não desenvolvimento da economia, a marcha atrás no nosso desenvolvimento teve um efeito «zero». Ora, isto é gravíssimo, e esta situação não pode repetir-se!

Por isso, é fundamental que V. Ex.^a assuma, com confiança, a urgência de responder a estas questões com um sentido de salvaguarda do Estado social, das políticas sociais, do nosso modelo social e, sobretudo, fazendo aquilo que há pouco foi referido, que é a reforma do Estado.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Não há reformas do Estado milagrosas!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Está para nascer o ser milagroso que as faça!

Por isso, as reformas devem ser feitas no sentido que aqui é apontado, que é no sentido da qualidade dos serviços públicos, como V. Ex.^a referiu, da eficácia e da racionalidade dos serviços públicos, mas com o objectivo, que apontou, de não promover o despedimento público. Isto é muito importante! Não há despedimento público, não há congelamento salarial, não há encerramento de serviços públicos sociais e essenciais.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Uma última nota relativamente à intervenção que V. Ex.^a aqui fez, que é uma nota de grande credibilidade, uma nota exigível na acção pública. Trata-se da ideia do rigor, da moralidade do exercício público, do repartir das exigências por todos os titulares de altos cargos públicos e cargos políticos, sobretudo com o fim dos regimes especiais, que não são prerrogativas de estatuto, mas que têm sido particularmente privilégios estatutários socialmente inaceitáveis.

Esse é um bom caminho, é uma boa bandeira política. Só com essa autoridade moral e cívica V. Ex.^a pode conduzir políticas convincentes, efectivas, fiáveis, estruturais, de longo prazo, em termos dos resultados que são necessários para Portugal.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Concluindo, direi que pensamos que os portugueses perceberão o rigor, a exigência e a racionalidade dos sacrifícios se os mesmos forem para todos e para um futuro melhor para Portugal.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Alberto Martins, o passado apenas deve ser invocado para que aprendamos à custa dele. O mais importante é que não se repitam os erros do passado. O passado serve, portanto, para que dele possamos tirar lições.

É por isso que gostaria, mais uma vez, de sublinhar as diferenças em relação ao passado.

Em primeiro lugar, o Governo não faz da questão das finanças públicas o «alfa» e o «ómega» das suas políticas económicas. Esta matéria é um instrumento ao serviço do crescimento.

Disse aqui, no discurso de investidura parlamentar, que a política económica do Governo assentava num contrato de confiança, no relançamento do investimento, na promoção de condições de concorrência na nossa economia, que se baseava na inovação, no conhecimento, na tecnologia, com o nosso plano tecnológico, mas que pressupunha também um equilíbrio das contas públicas ao serviço desse crescimento.

Sei bem que resolver o problema do défice não resolve o problema da economia! Aí é que está o nosso problema! Mas sei também que se não resolvemos o problema do défice este irá criar problemas adicionais à nossa economia. É por isso que o queremos resolver e não o evitamos!

Mas o nosso plano não prevê cortes cegos na Administração Pública, porque esse foi um erro do passado, que não conduziu, aliás, a qualquer reforma que tivesse o mínimo sentido. Também não prevê cortes no investimento público, porque acredito no investimento público e porque a nossa economia precisa do investimento público para que possa aspirar de novo ao crescimento e para que possa também criar emprego, porque o emprego é uma das nossas prioridades em termos de matéria de política económica.

Aplausos do PS.

Quero também sublinhar que as receitas da subida de dois pontos percentuais do IVA ficam afectas à Segurança Social e à Caixa Geral de Aposentações, para que fique absolutamente evidente que esse acréscimo de receitas fica alocado ao nosso Estado social e à sustentabilidade do sistema de segurança pública em Portugal.

Aplausos do PS.

Evidencio ainda que a proposta do Governo é no sentido de congelar temporariamente as progressões automáticas, porque elas baseiam-se apenas no tempo, mas queremos que continuem as promoções efectivamente baseadas no mérito e na competência dos funcionários públicos.

Aplausos do PS.

Queremos também acabar com os regimes especiais — é verdade —, aqueles regimes especiais que não têm fundamento nem justificação. Mas há outros que os têm e que devem permanecer, porque a nossa ideia não é tornar igual aquilo que é desigual mas, sim, tratar de forma desigual aquilo que é, efectivamente, desigual e tratar de forma igual aquilo que é objectivamente igual.

E não poderíamos, porque não teríamos autoridade moral para o fazer, começar pela revisão dos privilégios especiais dos corpos especiais da Administração Pública, que são muitos e muito diversificados, se não começássemos, desde logo, pelos titulares de cargos políticos. Não quero disfarçar o problema, porque há aqui um problema político: esta reforma tem de começar por nós próprios. Por isso, aprovámos ontem, em Conselho de Ministros, a extinção daqueles privilégios absolutamente injustificados de que os titulares dos cargos políticos dispõem e que não têm justificação.

Finalmente, Srs. Deputados — o Sr. Deputado Luís Marques Mendes falou na questão do sigilo bancário e eu, há pouco, não me referi a isso e aproveito agora para fazer uma referência —, quero esclarecer a Câmara que aquilo que fundamentalmente diz respeito ao sigilo bancário para efeitos fiscais é uma porta já muito aberta.

O Sr. António Montalvão Machado (PSD): — Não chega!

O **Orador**: — Quero recordar que a administração fiscal tem já a possibilidade, havendo indícios da prática de crime, de, sem conhecimento do contribuinte e sem autorização judicial, ter acesso às contas bancárias.

O Sr. António Montalvão Machado (PSD): — Isso já a gente sabe!

O **Orador**: — E mais: a administração fiscal, sem autorização judicial e com o conhecimento do contribuinte, mas sendo irrelevante a sua oposição, isto é, com recurso judicial sem efeitos suspensivos, tem também acesso às contas bancárias.

É possível ir mais longe? É! Em particular, orientando o levantamento do sigilo bancário para aquela zona de risco onde tudo indica que os problemas são maiores na evasão fiscal.

Mas quero sublinhar aquela que foi a proposta do Governo, em relação à qual ainda não vi ser dada uma resposta elucidativa, e gostava de ter uma reacção da Câmara. Nós propusemos, e vamos apresentar aqui para discussão, uma proposta de lei que visa limitar o sigilo fiscal. Queremos o seguinte: que o rendimento declarado de todos os contribuintes portugueses seja público, porque se trata de uma matéria de transparência fiscal e porque essa é, certamente, uma acção que se destinará a uma punição social de todos aqueles que, sendo ricos, se apresentam sempre pobres quando se trata de pagar os seus impostos.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para replicar, tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Martins.

O Sr. Alberto Martins (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, as considerações que acaba de fazer, desde logo sobre o Estado e a Administração Pública, configuraram uma visão estratégica da necessidade de resposta ao serviço público e aos serviços sociais e envolvem uma ideia de qualificação progressiva desses mesmos serviços.

Enunciou uma ideia que me parece essencial, a da garantia da manutenção das políticas sociais enquanto instrumento do crescimento e do desenvolvimento económico, a ideia de que o crescimento e o desenvolvimento se fazem de par com o Estado ético, com o Estado que não permite prerrogativas para além daquilo que é socialmente justo e a ideia de que tal envolve não só exigências do serviço público, mas que a qualificação e avaliação dos agentes do serviço público, a avaliação e progressivo prestígio da natureza daquilo que é prestado ao cidadão enquanto serviço é um caminho necessário e fundamental.

V. Ex.^a não cai na tentação — aliás, não poderia cair, dada a perspectiva que sempre defendeu — de um Estado mínimo e um mercado máximo. Essa é uma solução neoliberal, que é contrária a toda a ideia do Estado social,...

Aplausos do PS.

... que é, fundamentalmente, como disse, um Estado regulador, um Estado que vem apurando as suas qualificações e as suas respostas públicas, mas também um Estado que tem, naturalmente, preocupações sociais.

Não é possível, numa comunidade, não defender uma visão estrutural do desenvolvimento económico, de coesão e de resposta aos problemas da competitividade internacional e, ao mesmo tempo, a necessidade de garantir valores comunitários essenciais da vida da colectividade.

Por isso, creio que estamos todos no bom caminho. O caminho da verdade, que V. Ex.^a escolheu, é o caminho certo para o nosso desenvolvimento.

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — E é preferível esse caminho da verdade com dificuldades do que o caminho da mentira, da ilusão e das pantomimas que verificámos com a facilidade de previsão que foi feita sobre a ideia do défice zero em 2004,...

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Bem lembrado!

Aplausos do PS.

O **Orador**: — ... previsão essa do Dr. Durão Barroso. O Dr. Durão Barroso previu défice zero em 2004...

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Deputado.

O **Orador**: — ... e previu que, nesse ano, Portugal cresceria mais do que a média europeia. É isto que um político sério não pode fazer.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Congratulamo-nos, por isso, com a verdade que V. Ex.^a aqui nos traz.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Alberto Martins, saliento dois pontos absolutamente essenciais: o nosso objectivo não é apenas o de responder a este momento, não é uma resposta que pretenda ser conjuntural, politicamente adequada às circunstâncias. Porventura, seria mais fácil reduzir o défice recorrendo a receitas extraordinárias, porque haveria sempre criatividade para as procurar, mas isso seria, verdadeiramente, iludir os portugueses e, pior do que isso, não responder àquilo que é a nossa obrigação política. Aqueles que defendem o Estado social devem preservá-lo destas crises cíclicas que o ameaçam, que o enfraquecem e que o tornam vulnerável à argumentação política da direita, que está sempre disponível para ver no Estado um inimigo da economia.

Aplausos do PS.

É assim que encaro a questão orçamental e é assim que vejo a crise orçamental. Vejo-a como se fosse um momento em que todos aproveitam para desprestigar e atacar o Estado e para diminuir aquelas que são as funções sociais do Estado. E aqueles que querem defender esse Estado têm a obrigação de perceber que há alguma coisa a fazer para transformar o nosso Estado social num Estado mais justo. E esta é a oportunidade.

Em muitos outros momentos olhámos para o lado — todos nós conhecemos situações que verdadeiramente escandalizam muitas consciências — e não fizemos aquilo que deveríamos fazer. Este é o meu sentimento. Este é o momento de olharmos para esses problemas e de os corrigir, em nome daquilo que é uma visão de esquerda para o Estado social moderno.

Aplausos do PS.

E, como o Sr. Deputado disse, isso exige verdade, exige não recorrer a nenhuma ilusão. Por isso é que este relatório, que, na sua crueza, é elucidativo, coloca um desafio aos portugueses e ao Estado português.

Não queremos que qualquer destas medidas ponha em causa aquilo que é a debilidade da nossa economia, queremos que estas respostas tenham o mínimo de componentes recessivas.

Percebemos que este problema tem a ver fundamentalmente com o Estado, não com as empresas, pelo que o nosso objectivo é o de que as receitas para responder a este problema deixem que a economia portuguesa possa crescer, porque somos daqueles que acreditam no crescimento e que só com o crescimento é possível criar mais emprego e dar melhores esperanças aos portugueses que estão no desemprego. É esse o nosso objectivo.

É por isso que não faremos aquilo que nos propõem muitos daqueles que advogam uma receita de emagrecimento, de corte cego nos serviços sociais. O que nos propomos fazer é aquilo que é a obrigação

moral dos que hoje estão no Governo, que querem preservar o Estado social para o futuro e para as futuras gerações.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para uma pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, já prevíamos que a dramatização e toda a encenação que se criou em torno do défice «trazia água no bico». Diria mesmo, com algum risco, que a surpresa que aqui colocou não era genuína, era e é a preparação para fazer os mesmos de sempre pagarem. Quer queira quer não, apesar dessas afirmações e desses arroubos de esquerda, vai fazer com que sejam os mesmos a pagar, ou seja, os trabalhadores, os reformados e os pequenos empresários, consequência das políticas desastrosas que têm vindo a ser aplicadas em Portugal nos últimos anos.

E nem a medida de eliminação do subsídio vitalício para cargos políticos — proposta que foi feita durante anos pelo Partido Comunista Português, contra a opinião da sua bancada — suaviza a dureza das medidas em relação aos principais destinatários que vão pagar o grosso da «factura».

Quero aqui manifestar o nosso inteiro desacordo com o essencial das medidas e das opções do combate ao défice que apresentou. Elas são dirigidas, no essencial, contra as camadas da população que vivem dos rendimentos do trabalho e libertam escandalosamente os grandes interesses, a grande riqueza de contribuir para a resolução daquilo que V. Ex.^a diz ser um problema nacional, mas que não é.

V. Ex.^a, naquilo em que foi concreto — sublinho «naquilo em que foi concreto» —, apresenta as mesmas medidas e faz as mesmas opções da direita.

Depois das conclusões da «Comissão Constâncio», aumenta o IVA — o imposto mais cego e mais injusto, conforme disse, no passado, um Deputado da sua bancada —, como fez Durão Barroso, agravando a injustiça fiscal. Na altura, o PS era contra e o PSD a favor. Agora o PS é a favor e o PSD contra.

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — «Vira o disco e toca o mesmo!»

O Orador: — Creio que podemos tirar disso alguma ilação.

Ataca os direitos dos trabalhadores da função pública com as mesmas medidas, pelo menos com medidas complementares, apresentadas pelo governo de direita: Durão juntou aos 36 anos de serviço para a reforma o critério dos 60 anos de idade; o Governo de V. Ex.^a agrava agora essa idade para os 65 anos, embora de uma forma faseada. O executivo de Durão Barroso congelou os salários; o seu Governo congela as carreiras.

Estamos perante receitas parecidas, que conduziram — e isto é que é importante — a piores salários, menos direitos, mais desemprego, mais pobreza, mais atraso económico e mais défice orçamental.

É inaceitável que nestas medidas fiquem de fora — ou, quando muito, lá mais para o Inverno o Governo dirá alguma coisa — os grandes interesses dos senhores do dinheiro, mantendo intocáveis os fabulosos lucros das grandes empresas. Lembro, Sr. Primeiro-Ministro, que, só no ano passado, no tal tempo da crise, a banca arrecadou 1,7 mil milhões de euros e que a banca privada, neste trimestre, apresenta mais 42,6% de lucro.

Os mesmos — e sublinho isto, Sr. Primeiro-Ministro — que estão a viver à conta das privatizações e das empresas privatizadas, na sua administração e nos seus executivos, são os mesmos que vêm agora à praça pública pedir mais desemprego, mais flexibilidade no desemprego, mais despedimentos, aumento da idade da reforma, mais penalização para quem trabalha!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Pois é! Aqui está um exercício excelente de «pedagogia das dificuldades», como afirmava o Sr. Governador do Banco de Portugal.

É que a crise não é para todos, mas só são chamados a resolvê-la os trabalhadores, os reformados e as pequenas empresas.

A Sr.^a Manuela Melo (PS): — Não é verdade!

O Orador: — E porque isto geralmente lhe provoca alguma «urticária» nos encontros que temos tido, por entender que, por exemplo, os grandes grupos económicos e o sector financeiro devem ser fortes, poderíamos até dizer: são lucros fabulosos — e são! —, mas estão a investir na criação do emprego. Mas não, o desemprego continua a aumentar assustadoramente, enquanto as grandes empresas têm mais lucros e empregam menos trabalhadores.

Poderíamos, até, dizer: sim, são grandes lucros mas, com a sua iniciativa, estão a reinvestir na dinamização da nossa economia, relançando o crescimento...

Vozes do PCP: — Zero !

O Orador: — Mas sabe que não é assim. Os lucros crescem exponencialmente, a economia cresceu apenas 1% no ano passado e a perspectiva, segundo dizem os entendidos, é a de crescer menos este ano.

Poderíamos dizer: sim, os lucros são fabulosos, mas estão a investir, a contribuir para tornar Portugal mais competitivo... Mas não. Acabamos de saber que, apesar dos grandes lucros, dos fabulosos resultados, Portugal desceu, nos últimos anos, 13 pontos no *ranking* da competitividade, porque não se arrisca «um chavo» nos sectores onde há concorrência internacional, porque vivem apenas de sectores protegidos,...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exactamente!

O Orador: — ... porque estão à espera que os senhores privatizem mais hospitais, que privatizem a segurança social.

Assim, Sr. Primeiro-Ministro, capitalistas éramos todos nós!

Aplausos do PCP.

Creio, Sr. Primeiro-Ministro, que não estamos condenados ao atraso nem devemos impor sempre os mesmos sacrifícios aos mesmos. Não há uma solução sustentada sem crescimento económico, sem se aumentar a riqueza, sem se aumentar a produção nacional, sem se defender e modernizar o nosso aparelho produtivo nacional, sem se combater os outros défices estruturais que são sempre esquecidos: no plano agro-alimentar, no plano tecnológico e também no plano energético.

Sejamos francos: não estou a ver como é que V. Ex.^a vai promover o crescimento da economia, aceitando as soluções monetaristas e ultraneoliberais que, no fundamental, se mantêm com a revisão do Pacto de Estabilidade e Crescimento. Amanhã, estarão aqui novas e mais gravosas facturas para o povo português pagar.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Mas há outras medidas de combate ao défice, que poderiam ser tomadas, mas não são, porque não há coragem.

Falou-se muito aqui sobre a coragem. É fácil ter coragem de carregar sempre nos mesmos, naqueles que não têm voz, nos que já não têm capacidade reivindicativa, como os reformados, nos que dependem apenas do seu salário, ameaçados muitas vezes de perder o seu emprego... É fácil ter coragem para aplicar sanções e penalizações sobre esses.

Ter coragem seria desafiar o poder dos intocáveis, o poder dos grandes grupos económicos, o poder do sector financeiro. Essa, sim, é que seria a coragem que este Governo não revela aqui, neste debate.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Para isso é que é preciso ter coragem!

O Orador: — Sr. Presidente, o meu tempo está a terminar, mas com alguma complacência sua...

O Sr. **Presidente**: — Terá uma tolerância idêntica à dos oradores que o antecederam, Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

O Orador: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

A terminar, Sr. Primeiro-Ministro, dir-lhe-ei que continuamos a considerar ser possível combater o défice pelo lado das receitas, aprofundando o regime de tributação das empresas financeiras e seguradoras. É que não há volta a dar: enquanto um pequeno ou médio empresário pagar mais de taxa do que um grande banqueiro, não há justiça fiscal.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Em relação à evasão e fraude fiscais, como sabe, as receitas dos impostos sobre o património representam cerca de metade. Nesse sentido, propomos: a eliminação dos benefícios fiscais em operações de financiamento e o fim da lavagem dos cupões; a criação do imposto sobre o património mobiliário — acções, entre outros; a imposição em sede de IRS em princípio do enquadramento das mais-valias resultantes das participações sociais relativas a outros valores mobiliários; a tributação dos títulos da bolsa; a revisão dos privilégios das zonas francas, dos offshores. Lembro que esta verba, muito apetecível, resolveria metade dos problemas: em números de 2 de Março de 2004, trata-se de 4000 milhões de euros em isenções e mordomias.

Por último, Sr. Presidente, também consideramos que o défice orçamental não é o problema; o problema é a nossa economia. Mas é um problema, admitimos.

Nesse sentido, consideramos que seriam necessárias medidas tais como: a restrição das despesas dos gabinetes dos membros do Governo; a restrição da publicidade não obrigatória — quanto é que se gasta em publicidade não obrigatória? Quanto é que pagam, por exemplo, à Microsoft...

Risos de Deputados do PS.

Os senhores riem-se, mas estão a ser feitas fortunas à conta do Estado!

Protestos do PS.

Em relação à questão da despesa excessiva com a contratação exterior de serviços, estudos e pareceres há notícias que demonstram haver muita gente a contar com esses estudos, com esses pareceres. Desvaloriza-se o papel dos quadros da função pública, que eram muito bem capazes de fazer esses relatórios,...

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — ... esses diagnósticos, essas análises que estão a ser feitas no sector privado, «enchendo os bolsos» de alguns.

Por último, Sr. Primeiro-Ministro, porque é preciso combater a derrapagem das obras públicas, gostaria que tomasse nota do seguinte: é um escândalo que uma obra seja orçamentada numa verba e que, depois, duplique, triplique, custando às vezes, quando chega ao fim da obra, 10 vezes mais, com ganho da banca, dos grandes empreiteiros, mas com prejuízo do Estado e do País.

Dou-lhe apenas alguns exemplos daquilo que também deveria ser feito — e que, infelizmente, não ouvimos da parte do Sr. Primeiro-Ministro — para se resolver o problema do défice em Portugal.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, dispondo de 7 minutos.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, assumamos uma divergência. O meu ponto de vista é este: é que se o Governo nada fizer e se render à situação do desequilíbrio orçamental, isso trará mais desemprego, menos crescimento económico e mais pobreza.

É justamente em nome desses valores — os do crescimento económico e do emprego — que o Governo está a agir.

A ideia de que podemos disfarçar a situação de um défice orçamental de 6,83%, não pode ser mantida com base numa análise lúcida. É que este número afecta a credibilidade do Estado português, transforma Portugal numa espécie de Estado marginal relativamente ao cumprimento das normas e das obrigações, afecta a consideração dos mercados financeiros.

Repto mais uma vez: a verdade é que as nações que devem dinheiro não são absolutamente livres. Nós temos uma dívida, mas não respondermos à situação significaria que as agências de rating alterariam o custo dos juros. E isso, sim, constituiria um grave problema para Portugal, um grave problema para as finanças públicas, um grave problema também para o sistema financeiro e, finalmente, um grave problema para as empresas e para as famílias, já que as taxas de juro iriam aumentar. É assim que vejo esta situação.

Em segundo lugar, Sr. Deputado, não dramatizei nada.

Protestos do PCP.

A única dramatização que existe é a do número: o número «6,83» é que é um drama para o País e para o Estado social!

Aplausos do PS.

Lamento dizer-lhe, Sr. Deputado, isso é dramático para o Estado social!

E o Sr. Deputado deve compreender que o Estado português não pode viver com crises cíclicas — a dos 4,2% no passado e agora a dos 6,83% — porque isso desprestigia o Estado português.

O Sr. Deputado há-de convir que falarei em esquerda quantas vezes me apetecer, pela simples razão de que sou de esquerda.

Vozes do PCP: — Não parece!

O Orador: — A esquerda não é propriedade nem do Partido Comunista nem do Sr. Deputado!

Aplausos do PS.

Não se trata de nenhum arroubo, Sr. Deputado Jerónimo de Sousa; é a minha perspectiva e, tal como respeito a sua, espero igualmente que respeite a minha.

Protestos do PCP.

O Sr. António Filipe (PCP): — Não dramatize!

O Orador: — Não, não. Sempre gostei da diversidade, que é também um valor muito de esquerda.

Mas, Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, é muito importante para mim que acredite num ponto: sou genuíno e estou a ser honesto quando lhe digo que, durante a campanha eleitoral, todos os economistas que consultei (todos aqueles que aconselhavam o Partido Socialista, que faziam parte do seu conselho económico, incluindo o Governador do Banco de Portugal) eram unâmines em recusar a fantasia que estava inscrita no Orçamento do Estado, mas todos eram absolutamente unâmines em dizer que o défice andava à volta de 5%. Este era o número que eu tinha na minha cabeça.

Protestos do PCP.

Sr. Deputado, quero garantir-lhe o seguinte: com um défice de 5%, aumentar os impostos seria um erro,

Tenho bem consciência das consequências decorrentes do aumento dos impostos, mas este aumento é feito apenas porque o défice é de 6,83%, o maior da zona euro!

Portugal não pode aceitar apresentar um Programa de Estabilidade e Crescimento com um défice para o final deste ano de redução de apenas 2 pontos percentuais. Mas se tivéssemos um défice de 5,1% isso seria possível, teria sido essa a nossa estratégia.

Não queremos, como no passado, sacrificar tudo em nome do défice, mas não podemos deixar de fazer aquilo que devemos, em ordem também a obter maior flexibilidade quando da aprovação, em Bruxelas, do Programa de Estabilidade e Crescimento.

O Sr. Deputado diz que estou a cumprir as regras europeias. Quero chamar-lhe a atenção para o seguinte: as regras impõem dois anos, mas a nossa proposta vai ser de três anos. Penso, honestamente, e em consciência, que qualquer solução que passasse por reduzir o défice em dois anos, com a economia portuguesa na situação em que se encontra, com o crescimento medíocre dos últimos quatro anos, produziria um efeito recessivo que a nossa economia e o nosso emprego não estão em condições de suportar.

Concordo consigo, Sr. Deputado, que os gabinetes ministeriais gastam demais e penso que se gasta demais em publicidade, mas não tive tempo de enumerar todas medidas, porque o tempo era escasso. Mas garanto-lhe uma coisa: vamos tomar medidas para reduzir os gastos em promoções e em publicidade no Estado e também nos gabinetes ministeriais. Isso não escapará, porque temos bem consciência do que estamos a fazer.

O que estamos a fazer destina-se a reparar injustiças no interior do próprio Estado social, mas queremos começar também por dar o exemplo e quem deve dar o exemplo é também o Governo.

Por outro lado, Sr. Deputado, não posso deixar de concordar consigo relativamente aos sectores protegidos — posso apontar-lhe este ponto de acordo. Também eu gostaria que os nossos grupos económicos apostassem mais na internacionalização da economia portuguesa, não em sectores protegidos. Também penso que a obrigação desses grupos empresariais é lançarem-se na economia global, não nos sectores onde as regras são de tal forma definidas que se transformam em quase monopólio. É por isso que um dos pontos do nosso programa económico está bem claro nas minhas declarações e em todos os documentos, sendo evidente que queremos mais concorrência em sectores fundamentais.

Se quer um exemplo dou-lho: na energia, o modelo que vamos definir será baseado nesta orientação. Queremos mais concorrência na energia porque esta é a melhor forma de servirmos os consumidores e também de garantirmos a eficiência das empresas.

Vozes do PCP: — E a Iberdrola?

O Orador: — Finalmente, ao contrário do Sr. Deputado, não penso que estejamos a pôr em causa qualquer direito dos trabalhadores. Ao contrário, todos os direitos adquiridos pelos trabalhadores serão respeitados, mas, a partir daqui, temos de ser mais exigentes nas condições de justiça e nas equidades no nosso Estado social. E espero também uma palavra sua para condenar aquilo que são abusos de muitos sectores a propósito do nosso Estado social.

A terminar, Sr. Deputado, deixo-lhe uma pergunta e gostaria que me respondesse: qual é a posição do seu partido relativamente à proposta que aqui apresentei no sentido de criar condições de limitação ao sigilo fiscal,

de forma a tornar possível que o rendimento declarado de todos os cidadãos portugueses seja público e não esteja coberto pelo sigilo fiscal?

Espero que o Sr. Deputado me possa dar a sua resposta.

O Sr. **Presidente**: — Para replicar, tem a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, quanto às divergências, elas são assumidas, mas depois têm de ser avaliadas e analisadas perante as situações concretas.

O Sr. Primeiro-Ministro colocou aqui a questão do IVA dizendo que era para impedir mais falências, mais desemprego — «do seu ponto de vista»! Não sou um emissário, mas um pequeno empresário da restauração — e não é nenhum perigoso agitador, nem um façanhuso comunista —...

O Sr. **Alberto Martins** (PS): — Já não há!

O **Orador**: — ... disse-me: «— Vá ao Sr. Primeiro-Ministro dizer que não nos aumente o IVA, porque assim nós não aguentamos e haverá despedimentos no nosso restaurante.».

Vozes do CDS-PP: — Pois é!...

O **Orador**: — Nesse sentido, quando nos preocupamos em ver aquilo que é concreto quanto o IVA, no que toca aos trabalhadores e às famílias, foi claro no plano da substância das medidas, mas já em relação aos sectores mais intocáveis, enfim, ouvimo-lo dizer que vão haver limitações, medidas restritivas, que no último trimestre deste ano serão apresentadas medidas, mas tudo de uma forma muito difusa...

Sr. Primeiro-Ministro, estamos aqui há tantos anos, já ouvimos tantas vezes esse discurso e verificámos, depois, que os resultados eram totalmente diferentes... Bom, isso não é uma razão para desconfiarmos da sua sinceridade, mas permita que no plano político assumamos que as medidas que referiu acabarão por ser contraproducentes e não resolverão os problemas nacionais!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — Em relação ao sigilo fiscal, estamos de acordo quanto a essa transparência. Contudo, só a transparência não chega, esperamos que depois se adoptem outras medidas para que, particularmente em relação à possibilidade de aumento da receita, este seja o tal Governo corajoso que o povo português considera não existir e que exige neste momento!

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, a intenção do Governo, mais uma vez, é tomar as medidas adequadas, mas com cuidado, para que se evitem consequências recessivas na nossa economia.

A nossa preocupação é com o crescimento económico...

Protestos do Deputado do PCP Honório Novo.

... e essa foi uma das razões que nos levou a não aumentar a taxa intermédia de que falou.

O pequeno empresário de restauração que referiu estava a falar da taxa intermédia que continuará a ser de 12%, nós não a mudámos — essa seria uma das hipóteses — justamente porque ela é uma condição de competitividade, principalmente para a indústria turística nacional.

Aplausos do PS.

E se a mudássemos já não poderíamos voltar atrás.

Por isso, quero que o Sr. Deputado acredite que todas as possibilidades foram analisadas e medidas, mas nós escolhemos a que permitirá a Portugal recuperar a credibilidade internacional e mostrar determinação na resolução dos problemas adoptando as medidas que têm o mínimo impacto possível na economia portuguesa.

Depois, Sr. Deputado, temos uma divergência quanto à matéria europeia. Bem sei, é uma matéria que vem de trás..., mas mesmo aí, Sr. Deputado, pedia-lhe que considerasse que o facto de o Estado português andar permanentemente de crise em crise não tendo as receitas fundamentais para que as tarefas sociais do Estado sejam cumpridas não é bom para a ideia do Estado social.

Ponhamos de lado a Europa e o Programa de Estabilidade e Crescimento de lado; mesmo sem isso penso que se exige uma resposta a este problema. E a resposta deve ser orientada não apenas para resolver este problema imediato mas para que estas crises não sobrevenham no futuro.

Sr. Deputado, pode não estar de acordo comigo, mas quero que aceite o seguinte: faço isto tudo absolutamente convencido de que estou a defender um princípio em que acredito, o do Estado social ao serviço das actuais e das futuras gerações!

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para formular a sua pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, quem ouvir V. Ex.^a ficará convencido de que o défice em Portugal é de 6,8%, só que, como sabe, o valor do «Relatório Constâncio» refere-se a uma previsão do défice que ocorrerá em 31 de Dezembro de 2005. Mas, em 31 de Dezembro de 2005, o défice será o resultado de 10 meses de governação socialista e de 2 meses de um governo de gestão da então maioria do CDS-PP e do PSD,...

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

Protestos do PS.

O Orador: — ... o que significa que no final do ano o défice até poderá ser de 6,8%, de 2,8% ou de 10% dependendo, em primeiro lugar, da capacidade de V. Ex.^a, do Governo de V. Ex.^a e das medidas que implementar para o controlar!

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Só que isso, Sr. Primeiro-Ministro, implica acção, implica que V. Ex.^a e o Governo, como vos compete, não agitem fantasmas, não causem o medo ou até tentem pintar um cenário muito negro, para que depois qualquer melhoria que consigam até se apresente como uma grande vitória do Partido Socialista.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Só que, Sr. Primeiro-Ministro, aqui a memória não pode ser curta, muito menos em relação àquilo que pelo PS e até por V. Ex.^a, em particular, vinha sendo dito e escrito, porque por razão de coerência e até de idoneidade V. Ex.^a não pode ser agora o oposto do que se revelou aos portugueses quando estava na oposição e até no momento em que lhes pediu o voto. E se há coisa que V. Ex.^a aqui não pode fazer é um discurso catastrofista. E se aumentar impostos, congelar salários, vetar promoções na Administração Pública e muito mais que aqui nos trouxe não é o «discurso da tanga» então, Sr. Primeiro-Ministro, não sabemos o que é o «discurso da tanga»!

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — E recorda-se o Sr. Primeiro-Ministro como, dirigindo-se ao então primeiro-ministro Durão Barroso, V. Ex.^a o acusava? E cito-o para que a memória não me traia: «Quando o Sr. Primeiro-Ministro chegou ao Governo a primeira coisa que fez foi pôr na gaveta as suas promessas para consumo eleitoral e apresentar a sua verdadeira política económica, o discurso catastrofista, o já célebre 'discurso da tanga': aumentos de impostos e cortes no investimento.».

Sr. Primeiro-Ministro, o primeiro teste à credibilidade de V. Ex.^a passa, desde logo, pela sua demonstração de coerência e de verdade, porque alguém que está hoje no poder não pode ser diferente do que foi na oposição.

Durante a campanha eleitoral, V. Ex.^a assinou um contrato de confiança com os portugueses, que agora está a trair: garantiu que não iria aumentar os impostos. E não diga agora, Sr. Primeiro-Ministro, que a previsão do défice, que aqui nos traz e que o «Relatório Constâncio» afirma, altera esse estado de coisas, porque já durante a campanha eleitoral V. Ex.^a afirmou repetidamente que o défice nunca seria inferior a 5%...

Vozes do PS: — Exactamente!

O Orador: — ... e, apesar de saber dessa realidade, garantiu que não aumentaria os impostos,...

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — ... que nada faria do que hoje afirmou aos portugueses ser iniciativa do seu Governo! Ou seja, V. Ex.^a apresentou, hoje, aos portugueses medidas para o país que são contrárias ao que prometeu!!

E para que não me acuse de parcialidade na apreciação, vou citá-lo mais uma vez, Sr. Primeiro-Ministro. Em 10 de Julho de 2002, poucos meses depois da tomada de posse do governo PSD/CDS-PP, em circunstâncias equivalentes às de agora, porque o seu Governo também tomou posse há pouco mais de 2 meses, dizia V. Ex.^a: «Sr. Primeiro-Ministro, nada alterou mais a relação de confiança do que um Governo que prometeu baixar os impostos e os aumentou; nada afectou mais a confiança dos portugueses do que o discurso negativista, pessimista e deprimente feito pelo Sr. Primeiro-Ministro.». Recordo-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, que na altura a justificação do discurso, então do Dr. José Manuel Durão Barroso, foi precisamente a existência de uma realidade orçamental que não correspondia à que era afirmada por VV. Ex.^{as}! Hoje, V. Ex.^a afirma que a realidade orçamental não corresponde à que nós afirmávamos! Então, não use hoje do procedimento que tanto criticou no passado!

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Já para não falar, Sr. Primeiro-Ministro, da bondade das soluções em concreto, a começar pela do aumento do IVA. Ontem, quando a comunicação social adiantou essa possibilidade, eu não quis acreditar, porque me lembra do que sobre isso diziam há tão pouco tempo, mas a verdade é que o IVA vai mesmo ser aumentado em dois pontos percentuais e isso deixa-nos estupefactos.

E para que quanto a isto também não seja acusado de parcialidade passarei a citar dois ilustres socialistas, tantas vezes referenciados por V. Ex.^a.

Primeira citação: «Não vale a pena, Sr. Primeiro-Ministro, estar preocupado com as questões do desenvolvimento quando, relativamente ao controlo do défice, a única política que fazem é a do aumento das receitas através não do controlo e da fiscalização sobre os impostos mas do IVA, dos dois pontos percentuais que introduziram na economia. E não é despicienda a vários títulos, porque, de facto, a subida da taxa do IVA provoca inflação, provoca uma tendência para o acréscimo dos salários. Isto é, a consequência última da aposta no aumento da receita no IVA é que há pressões inflacionistas que serão corrigidas através de uma revisão em baixa do salário dos portugueses em lugar de se fazer uma revisão em alta associada a uma dinâmica de produtividade. Isto é grave internacionalmente para a posição de Portugal, é grave para a competitividade e é grave para o futuro do país numa economia alargada.». Reza o *Diário da Assembleia da República*: «Aplausos do PS»:

Sabe quem disse isto, Sr. Primeiro-Ministro (e na altura V. Ex.^a também era Deputado do Partido Socialista)? Foi a Deputada Elisa Ferreira.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Sabe o que dizia o actual Presidente da Comissão de Assunto Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional, Eng.^o João Cravinho? Dizia o seguinte: «A medida do IVA é uma medida fácil, mas claramente injusta. A subida do IVA é uma medida de sobrecarga, sobretudo dos portugueses com menores recursos; o IVA é um imposto muito mais pesado para os pobres do que para os ricos e o aumento do IVA fará subir os preços e reduzirá o poder de compra dos salários. A subida do IVA vai diminuir a competitividade face à Espanha de uma grande gama de empresas nas mais diversas actividades». Mais uma vez se registaram «Aplausos do PS» e também do Deputado João Cravinho, que hoje aplaudiu aqui, curiosamente, o discurso exactamente contrário...!

Risos do CDS-PP.

Só que — e o Sr. Primeiro-Ministro sabe-o — o aumento do IVA não pode ser bom ou mau conforme seja determinado por um governo do Partido Socialista ou de outra maioria qualquer!

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — E eu gostava que V. Ex.^a explicasse por que é que o aumento do IVA já não é grave para a competitividade e para o futuro do país, já não provoca inflação ou tendência para o acréscimo dos salários, já não é mais pesado para os pobres do que para os ricos, já não faz subir os preços, já não reduz o poder de compra dos portugueses e já não diminui a competitividade face à Espanha! Por que é que há um ano atrás esta medida era tão má e tão gravosa para Portugal e hoje V. Ex.^a a apresenta, aqui, como a solução para todos os problemas? Tem de explicar porquê e muito bem, Sr. Primeiro-Ministro!

Aplausos do CDS-PP.

O importante era que V. Ex.^a nos apresentasse as medidas que adoptou nos dois meses de governação para procurar solucionar esse problema.

Vozes do CDS-PP: — Exactamente!

O Orador: — V. Ex.^a já governa há dois meses e não lhe conhecemos, aqui, uma única medida! Pelo contrário, temos tido alguns exemplos preocupantes de governação! E deixo-lhe um desses exemplos: há cerca de um mês, o Governo anunciou com muita pompa e circunstância, como medida moralizadora, a apresentação de uma proposta de lei relativa às formas de nomeação para cargos na Administração Pública. É uma questão que nos preocupa e até apresentámos um projecto de lei sobre essa matéria, cuja discussão, curiosamente, está marcada para a próxima sexta-feira.

E o Governo fez saber que, salvo casos excepcionalíssimos, não faria nomeações até que essa discussão sucedesse. Mas, Sr. Primeiro-Ministro, o Governo tem uma estranha forma de encarar o rigor com que por essa via atacaria a despesa pública: sabe quantas nomeações é que o Governo socialista já fez até ao presente momento, antes de proceder a essa discussão? 657 nomeações. E sabe o que é mais curioso? É que grande parte dessas nomeações ocorreu nos ministérios que são responsáveis, de acordo com o tal «Relatório Constâncio», pela maior parte do défice que ocorre em Portugal.

Vozes do CDS-PP: — Exactamente!

O Orador: — Essa é outra coisa que V. Ex.^a poderia explicar, tal como outras que passarei a questionar.

Como é que este controlo da despesa é compatível com as SCUT, como aqui foi referido, com 2000 milhões de contos de despesa num prazo de 25 anos, e com a construção do aeroporto da Ota? Para quando será essa construção?

Quanto é que vai gastar com a compra de uma participação na Varig pela TAP? O que tem a dizer-nos sobre esse projecto?

Quanto é que o Estado vai ter de desembolsar com o fim dos hospitais SA, tendo em conta a sua implicação para efeitos de contagem orçamental?

E as alterações às regras do rendimento mínimo garantido? Sr. Primeiro-Ministro, essas alterações são, mais do que um estímulo à preguiça, uma forma directa de aumento da despesa! Sabe o que é que V. Ex.^a propõe nessa alteração legislativa, entre outras coisas? A renovação automática, ao fim de 12 meses, das situações que justificam o pagamento da prestação,...

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — É uma vergonha!

O Orador: — ... enquanto que o governo anterior preconizava que ao fim de 12 meses as situações tinham de ser reavaliadas, como é de elementar justiça!

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Com seis meses de burocracia e de espera!

O Orador: — Se é um subsídio de carência, ao fim de 12 meses reavalia-se a situação e, se for caso disso, volta-se a conceder!

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — V. Ex.^a não faz a reavaliação, a concessão é automática! E mais: para efeitos de prova é apenas preciso que se demonstre a situação de pobreza do mês anterior! V. Ex.^a avalia uma situação de pobreza com base em apenas um mês? É assim que combate a despesa? É assim que promove o trabalho?

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — E já agora, Sr. Primeiro-Ministro, o que no diz acerca dos 150 000 empregos que tão afincadamente afirmou que nos traria, aquando do debate eleitoral, e que agora, ao que parece, esqueceu? Relembre-se, Sr. Primeiro-Ministro! Traga-nos essa discussão!

O Sr. Presidente: — Queira concluir, Sr. Deputado.

O Orador: — Vou concluir, Sr. Presidente.

Essa promessa, Sr. Primeiro-Ministro, para já, a 96 empregos por dia, até hoje, teria de ter dado lugar a 7680 empregos criados. Certamente terá algo a dizer-nos, Sr. Primeiro-Ministro... E confesso que não percebo por que é que, neste debate, não foi tão insistente nessa criação de emprego. Por que é que essa grande «bandeira», de repente, logo após a tomada de posse, foi esquecida?!

Vozes do CDS-PP: — Exactamente!

O Orador: — Estas é que são as respostas importantes que o País tem de ouvir, como em relação a vários outros aspectos que, certamente, lhe suscitarei em direito de réplica, já que, infelizmente, o tempo não dará para mais.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, vou explicar-lhe a diferença entre 4,2% e 6,83%:...

Risos do PS.

... são 2500 milhões de euros. É esta a diferença!!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — E o Sr. Deputado, pelo que disse, merece esta resposta: só há aqui uma mentira, que é a mentira do Orçamento do Estado para 2005. Esta é a única mentira que há aqui!

Aplausos do PS.

Nunca acreditei no défice previsto no Orçamento do Estado para 2005, nunca acreditei nesses 4,2%.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Em 2002 deve ter acreditado!...

O Orador: — Todos os economistas eram unâmes em dizer que o défice era de 5,1% ou à volta de 5%.

A diferença é que eu fiz uma campanha pensando que o défice era de 5,1% e, afinal, é de 6,83%, enquanto o Dr. Durão Barroso fez uma campanha a pensar que o défice era de 5%, como teve ocasião de dizer durante a mesma, e, afinal, era apenas de 4,2%. Esta é a diferença, Sr. Deputado!

Aplausos do PS.

Mas há aqui uma encenação à qual o Sr. Deputado tem de responder, e tem de responder ao País.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — O Sr. Primeiro-Ministro é que está a responder!

O Orador: — Faça, então, o favor de dizer...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — O Sr. Primeiro-Ministro é que tem de responder!

O Orador: — Não, não! É o Sr. Deputado que tem de responder pelo Orçamento de Estado que aqui aprovou. O Sr. Deputado aprovou aqui um Orçamento que previa quatro receitas extraordinárias; o extraordinário dessas receitas extraordinárias é que nenhuma delas existe!!

O Sr. Mota Andrade (PS): — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Deputado aprovou aqui um Orçamento, feito pelo Ministro das Finanças, do seu partido, que não previa os aumentos de pensões que vocês propagandearam na vossa bancada, nesta Assembleia!! Aumentaram as pensões, mas esqueceram-se de o inscrever no Orçamento!

Risos do BE.

Sr. Deputado, V. Ex.^a talvez devesse dar uma explicação ao País, no sentido de esclarecer por que é que, pela primeira vez, na história da República, pelo menos em democracia, os gastos com saúde, neste Orçamento para 2005, estavam orçamentados em menos, nominalmente, do que as despesas do ano anterior. O «buraco» na saúde é de 1500 mil milhões de euros. O Sr. Deputado não entende que deve também uma explicação aos portugueses? Ou parece-lhe que nos devemos contentar com a explicação do anterior ministro da Saúde, que considera que a responsabilidade é toda do Sr. Ministro das Finanças? O Sr. Deputado, sinceramente, não entende que deve uma explicação aos portugueses sobre a razão por que o défice previsto para este ano é de 6,83%? Ou considera que isto nada interessa e que, agora, interessa apenas falar do futuro?

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — E a resposta às questões que lhe foram colocadas?!

O **Orador**: — Ouvi a explicação do anterior ministro das Finanças, que teve a coragem de a dar — ao menos, façamos-lhe esta justiça —, embora seja, claro está, uma explicação que não me convence. Disse o anterior ministro das Finanças, Dr. Bagão Félix, que agora era fácil à «Comissão Constâncio» verificar que o défice, afinal de contas, iria ser, se nada fosse feito nestes meses, de 6,83%...

Vozes do CDS-PP: — Iria ser!...

O **Orador**: — Compreendo o vosso incômodo, mas vão ter de ouvir até ao fim.

Como estava a referir, disse o Dr. Bagão Félix que agora era fácil à «Comissão Constâncio» verificar que o défice, a não serem tomadas medidas, seria de 6,83%, pela simples razão de que a Comissão se estava a comportar como aquele que faz o Totobola à segunda-feira; mas ele teve de o fazer antes do jogo. Agora, percebo-o! É que os senhores faziam um orçamento como se fosse um totobola, ou seja, punham lá umas cruzinhas...!

Risos e aplausos do PS.

Punham lá umas cruzinhas, na esperança de acertar, porque, enfim, sempre são 11 contra 11 e a bola é redonda!...

Risos do PS.

Ó Sr. Deputado, desculpe que lhe diga mas é absolutamente inadmissível que alguém tenha feito um orçamento prevendo um défice de 2,9% e que uns meses depois uma comissão diga que, afinal de contas, a diferença entre o orçamentado e a realidade é de 5500 milhões de euros!... Desculpe mas isto não tem a mínima justificação!

Protestos do CDS-PP.

E a justificação de que isto se poderia dever a expectativas, que são sempre previsões, não convence ninguém.

Sr. Deputado, não se faz um orçamento como se fosse um totobola! O Orçamento é um instrumento de credibilidade da política económica.

O Sr. Guilherme d'Oliveira Martins (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — E já que o Sr. Deputado fez tantas citações, vou também fazer-lhe uma. Dizia um Deputado do CDS-PP, nessa altura: «Este Orçamento...» — ouçam bem, Srs. Deputados — «... é claramente um momento de viragem para Portugal. Demonstra acerto de previsões passadas, demonstra o cumprimento de promessas feitas para o tempo da Legislatura, como sempre foi afirmado». O Sr. Deputado acha que estas declarações são suas? Confirma-as? Está em condições de as manter e de dizer que, na altura, o que disse corresponde à realidade actual? Ou o Sr. Deputado entende que, em face do que disse no passado, deve agora uma explicação ao País? É que se o Sr. Deputado não está surpreendido com um défice de 6,83%, então, o caso muda de figura, porque, sendo assim, a questão é mais grave. É que, então, o Sr. Deputado votou aquele Orçamento com reserva mental,...

Aplausos do PS.

... então, o Sr. Deputado quis fazer daquele Orçamento um instrumento de campanha eleitoral. Bom...!

Parece-me que há aqui duas posições: a daqueles que estão surpreendidos e que confessam que não esperavam, que não sabiam, e a daqueles que consideram que isto tudo era previsível, como é o caso do PSD, que veio dizer que não estava nada surpreendido, que tudo isto era esperado, que tudo isto era natural. E, neste último caso, temos de chegar à seguinte conclusão: então, aquele Orçamento foi votado com uma fortíssima reserva mental — para não dizer outra coisa...

Sr. Deputado, o que está muito claro e que toda a gente percebe é que a única encenação que aqui está presente, perante todos os portugueses, e que é uma farsa trágica, é a encenação do último Orçamento do Estado, que é da sua responsabilidade, tal como de muitos Deputados da sua bancada e da bancada do PSD, que o votaram em 2005.

Aplausos do PS.

O Sr. Ministro de Estado e da Administração Interna (António Costa): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para replicar, dispondo de 3 minutos, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, há lapsos que não se cometem e que não são justificáveis num Primeiro-Ministro, o primeiro responsável pela governação deste País.

O Sr. Primeiro-Ministro: — O Orçamento não!

O Orador: — É que o Sr. Primeiro-Ministro deveria saber distinguir «défice» de «previsão do défice».

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

Risos do PS.

O Orador: — E sem querer dar-lhe qualquer lição, vou deixar-lhe aqui a diferença.

Quando, em 2003, o Governo da maioria PSD/CDS-PP assumiu funções, reportando-se a 2002 — o ano tinha terminado — e falando de «défice», podia, por exemplo, dizer que o Partido Socialista tinha previsto um défice de 1,8% — previsão! — mas que o défice em concreto, no final desse ano, tinha sido de 4,1%. E não preciso de recordar a V. Ex.^a o processo que, a propósito, a União Europeia levantou a Portugal, que foi o primeiro dos países objecto de uma sanção dessa natureza.

O Sr. Guilherme d'Oliveira Martins (PS): — Não houve sanção!

O Orador: — Mas essa é a diferença entre «défice» e «previsão de défice». Aquilo de que estamos hoje aqui a falar é de «previsão de défice», e de previsão de um défice que só poderemos contabilizar no final de 2005.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Um Primeiro-Ministro não pode cometer esse lapso ou, quanto mais não seja, tem de fazer essa destrinça e, na base dela, justificar o discurso, porque um Primeiro-Ministro não é um cidadão qualquer, o Primeiro-Ministro é o responsável pela governação do País!!

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Mas, Sr. Primeiro-Ministro, sabe o que VV. Ex.^{as} diziam, então, a este propósito? Recordo-lhe uma citação de Francisco Assis, com quem V. Ex.^a, há pouco tempo, andou de braço dado e a quem traçou os maiores elogios. A este propósito, dizia Francisco Assis e — veja bem, Sr. Primeiro-Ministro! — reportando-se às decisões do Governo da maioria, tendo em conta um défice que não correspondia àquelas que tinham sido as previsões do Partido Socialista: «Na realidade, no caso deste Executivo, bem poderíamos afirmar que, no princípio, estava a mentira. A primeira grande decisão que tomou consistiu numa revogação despudorada de um compromisso eleitoral emblemático. Durante a campanha tinha anunciado o propósito de baixar os impostos, mal chegou ao poder aumentou-os». E agora — note bem, Sr. Primeiro-Ministro! —, «Para justificar uma incoerência tão óbvia, invocou a gravidade da crise orçamental».

O que é que V. Ex.^a, hoje, aqui nos traz? A contradição é entre o aumento de impostos que anunciou ao País e a garantia que deu, durante a campanha eleitoral, de que não o faria. E, citando Francisco Assis, qual foi a invocação que fez para justificar incoerência tão óbvia? A crise orçamental, Sr. Primeiro-Ministro!

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Pelo caminho ficaram as respostas que aqui não deu! Em relação aos inconvenientes do IVA, que o Sr. Presidente da Comissão de Economia tão bem aqui salientou? Em relação a muito mais? Em relação ao IVA, que é bom, se decidido pelo Partido Socialista, ou mau, se decidido por outro governo qualquer?

Quanto a isto, o Sr. Primeiro-Ministro disse zero, porque não pode dizer nada! E nada pode dizer porque a incoerência é tão grande...

Vozes do CDS-PP: — Exactamente! Muito bem!

O Orador: — ... e o tempo decorrido, que justifica essa incoerência, é tão curto que V. Ex.^a, obviamente, não pode fazer outra coisa senão aquilo que aqui fez, que é manter-se silencioso, calado, perante essa incoerência.

O Sr. Presidente: — Queira concluir, Sr. Deputado.

O Orador: — Vou terminar, Sr. Presidente.

Quanto ao que eu disse, quanto ao que eu afirmei, claro que reafirmo, porque eu via e tinha razões para dizer o melhor possível dessa previsão orçamental. Só que, agora, há uma diferença: eu reportava-me ao Orçamento previsto para 2005 e quem tinha a responsabilidade dessa execução orçamental era um governo da maioria, um governo em quem eu acreditava e confiava, mas foram VV. Ex.^{as} que ganharam as eleições e eu não concedo a V. Ex.^a o mérito e o reconhecimento que reconhecia ao Governo da maioria.

Aplausos do CDS-PP.

Risos do BE.

Portanto, o que me parece é que o Sr. Primeiro-Ministro e o seu Governo não vão ser capazes de levar a cabo a execução orçamental que o anterior governo garantiria. Esta é a grande diferença!

O Sr. Mário Albuquerque (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Não tenho qualquer dúvida de que, no final de 2005, feita a respectiva contabilização, VV. Ex.^{as} farão muito pior do que aquilo que, certamente, o governo anterior conseguia.

Termino, dizendo-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, que o País não vai no bom caminho e V. Ex.^a nem sequer tem sido capaz de mostrar um rumo claro para o País ou, pior do que isso, tem demonstrado que não cumpre aquilo que prometeu. E, por isso, termino, fazendo minhas as suas palavras, num artigo muito significativo e ilustrativo, publicado no *Diário Económico*,...

A Sr.^a Celeste Correia (PS): — Outra citação?!

O Orador: — ... onde dizia: «Desta prática pode dizer-se tudo menos que revela um grande respeito pelos eleitores. É claro que o Sr. Primeiro-Ministro pode pensar que tudo isto há-de passar e esquecer. Pode ser! Mas tenho a certeza de que o Sr. Primeiro-Ministro perdeu a possibilidade de ser levado a sério nos seus anúncios e nas suas promessas. É que os eleitores nunca mais saberão se o que o Sr. Primeiro-Ministro promete em campanha se destina a ser pago ou apenas a ser apagado». V. Ex.^a, ao artigo, deu o título de «O apagador de promessas», não lhe queira agora, Sr. Primeiro-Ministro, o cognome!

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Nuno Melo, vou tentar explicar-lhe mais devagar, para ver se V. Ex.^a consegue compreender.

O Sr. Luís Rodrigues (PSD): — Mal educado! Não tem vergonha?!

O Orador: — Há uma diferença entre 4,2% e 6,83% e é uma diferença de muito dinheiro.

A segunda diferença é a de que, na campanha eleitoral de 2001, o então candidato a primeiro-ministro prometeu baixar os impostos e, já nessa altura, de forma absolutamente irresponsável, porque ele próprio assumia que o défice iria ser de 5,1%. Isso, sim, foi uma promessa absolutamente irresponsável!

Neste caso, o défice que estava previsto no Orçamento do Estado para 2005, sem receitas extraordinárias, era de 4,2%. Nunca lhe dei crédito mas dei-o, isso, sim, a todos os economistas que diziam que era de 5,1%. E há uma diferença entre 5,1% e 6,83%! Mas digo-lhe, Sr. Deputado: se o défice orçamental que a «Comissão Constâncio» apurou fosse de 5,1%, os impostos não seriam aumentados,...

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Não brinque connosco!

O Orador: — ... porque tenho bem consciênciia do impacto recessivo desse aumento. Todavia, a verdade é a seguinte: não há qualquer outra solução que permita a Portugal chegar ao final do ano com um défice que respeite a sua credibilidade internacional!!

Mas, Sr. Deputado, o que é absolutamente extraordinário é que o Sr. Deputado defenda a tese de que é legítimo a um Governo, a um Parlamento e a Deputados fazerem previsões orçamentais baseados num orçamento onde não se inserem, por exemplo, os aumentos de pensões. É uma previsão!... Nós aumentamos as pensões mas não escrevemos lá quanto custa esse aumento, pela simples razão de que pode ser que isso não se pague.

Protestos do CDS-PP.

Ó Sr. Deputado, peço desculpa, porque a palavra que vou utilizar tem peso: a isso não se chama um engano nas previsões, a isso chama-se um embuste no Orçamento!

Aplausos do PS.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — E a isto chama-se um embuste eleitoral!

O **Orador**: — E como é que é possível aumentarem-se os vencimentos e não se inscrever no Orçamento esse aumento dos vencimentos?! Isto, mais uma vez, não é um engano nas previsões; é um embuste, Sr. Deputado!

O Sr. José Junqueiro (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — Sr. Deputado, está muito enganado quanto às previsões, porque as previsões são para se assumir politicamente. O que assumimos no Orçamento tem um julgamento político! E, desculpe que lhe diga, o que o senhor devia fazer, neste primeiro momento, era dar uma explicação aos portugueses sobre a razão por que isto correu tão mal como correu.

Três anos!... Eu não quero falar do passado,...

Vozes do CDS-PP: — Não fez outra coisa!

O **Orador**: — ... o Sr. Deputado é que passa a vida a falar nisso, mas quero dizer-lhe uma coisa: todos os portugueses perceberam que entre o défice de 4,2% e o défice de 6,83% houve um caminho absolutamente claro, que foi o caminho do desastre da economia e das finanças públicas para Portugal.

Aplausos do PS.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — A «tanga», portanto!

O Sr. Presidente: — Para formular as suas perguntas, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã.

O Sr. Francisco Louçã (BE): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, discutimos aqui, hoje, contas públicas, o que é o mesmo que dizer que discutimos a confiança democrática. E os portugueses têm todas as razões para estarem preocupadíssimos, porque sabem agora que o Governo que foi derrotado lhes mentiu, o Governo que gostava de ficar até ao fim do ano mas que não está, e que o Governo que está não sabe, ou não sabia, das contas públicas.

O Sr. Primeiro-Ministro disse-nos que teve uma surpresa. Admito que a tenha tido, mas o Governo não tinha razão alguma para ser surpreendido por estes números. Veja, Sr. Primeiro-Ministro, o *deficit* registado no *Relatório do Banco de Portugal*: «Instituto das Estradas de Portugal — 460 milhões de euros» (já se sabia!); «Segurança Social e Caixa-Geral de Aposentações — 800 milhões de euros» (já se sabia!); «Dividendos da GALP e de outros — 740 milhões de euros» (já se sabia!), nisto estão mais de 2000 milhões de euros acima das contas fantasiosas do governo anterior! O que não se sabia era a conta do Serviço Nacional de Saúde — 1512,8 milhões de euros!! —, mas sabia-se de uma grande parte, porque, o ano passado, o seu *deficit* foi de mais de 900 milhões de euros!

Portanto, o Sr. Primeiro-Ministro só pode dizer-nos, para ser rigoroso — e hoje é preciso rigor nesta discussão —, que não sabia do desvio de cerca de 600 milhões de euros no Serviço Nacional de Saúde, ou seja, de cerca de 0,5% do produto. Todos tínhamos de saber, e o Governo em primeiro lugar, que o *deficit* estava, pelo menos, em 6%!!

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Muito bem!

O **Orador**: — Mas na campanha eleitoral, soubesse ou não soubesse esta verdade, o actual Sr. Primeiro-Ministro, então candidato, quando lhe perguntavam se iria aumentar o IVA dizia o seguinte: «Não vou aumentar o IVA. Quem aumentou o IVA foi o PSD, quem mentiu foi o PSD, porque prometeu, na campanha de 2002, baixar os impostos e depois aumentou os impostos.»

Sr. Primeiro-Ministro, os portugueses não se esquecem destas palavras, tanto mais que, como explicou num debate eleitoral antes de 20 de Fevereiro, a razão essencial para não aumentar o IVA era não conduzir ao «arrefecimento da economia». O candidato José Sócrates sabia — e tinha razão — que o aumento do IVA não só pune os mais pobres como, sobretudo, prejudica a recuperação económica, cria factores recessivos, acentuando a desigualdade social.

É por isso que a questão essencial, que ainda nem sequer foi falada nesta reunião, é a do emprego. Só há boa política económica se ajudar a criar emprego, se combater a recessão, se criar qualificação. Ora, a medida que aqui nos anuncia, Sr. Primeiro-Ministro, cria desemprego, cria incapacidade de resposta à crise económica, prejudica a recuperação, arrefece a economia, como um certo candidato bem sabia e disse ao País...!

Podemos misturar nisto outras questões, até ideológicas. Por exemplo, diz a direita sobre os serviços públicos, com toda a demagogia de sempre, que a despesa pública é exagerada, quando a despesa pública em Portugal, em percentagem do produto, é menor do que a da Bélgica, da Dinamarca, da Alemanha, da Grécia, de Itália, da França, da Holanda, da Finlândia, da Áustria ou da Suécia. A nossa despesa pública, quer em segurança social quer em serviços sociais, é menor do que a do resto da Europa.

O Sr. Luís Fazenda (BE): — Muito bem!

O Orador: — Onde precisamos de melhor despesa pública é no combate à ineficiência, que é gigantesca. Precisamos, por isso, de melhorar o nível da despesa pública em Portugal; do que não precisamos é de uma política de cortes cegos, o que não podemos sequer admitir é que se ataque hoje a qualificação dos trabalhadores da função pública, que são um pilar essencial dos serviços que garantem a democracia em Portugal, no acesso à saúde ou no acesso à educação, muito menos por aqueles que encheram o aparelho de Estado com os seus *boys* ao longo dos últimos 20 ou 30 anos.

Vozes do BE: — Muito bem!

O Orador: — Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, quero ser muito frontal consigo: há medidas com as quais nós concordamos e que são importantes e há medidas das quais discordamos e que são decisivas.

Dir-lhe-ei as quatro medidas com as quais concordamos e dir-lhe-ei as razões por que discordamos da estratégia que aqui nos apresenta.

Concordamos, em primeiro lugar, que o IRS tenha um novo nível de 42%. Assim propusemos nos últimos anos e assim votaremos em coerência.

O Sr. Luís Fazenda (BE): — Muito bem!

O Orador: — Concordamos, em segundo lugar, com o fim das regalias no que diz respeito às pensões especiais que os titulares dos cargos políticos tinham — aliás, devo lembrar-lhe, o único projecto de lei nesse sentido aqui apresentado foi o do Bloco de Esquerda.

Aplausos do BE.

Devo dizer-lhe, em terceiro lugar, que concordamos com uma auditoria aos sectores fundamentais do aparelho de Estado, porque não há outra forma de saber onde é que se gasta mal e onde é que se tem de gastar melhor, mas não percebemos sequer qual é o sentido da sua estratégia. Diz-nos que, de três em três meses entram dois ministérios, o que quer dizer que daqui a 21 meses estamos a começar a fazer essa auditoria numa parte do aparelho do Estado, ou seja, quase no fim do programa de três anos de ajustamento. Mas não nos disse sequer que isso se estende às autarquias, como tem de acontecer, que se estende igualmente aos fundos e serviços autónomos, como tem de acontecer.

Portanto, concordamos com a auditoria se ela se fizer, Sr. Primeiro-Ministro, mas não conseguimos perceber por que é que, tomada a decisão, se adia a sua concretização, porque esse é um recuo errado.

Em quarto lugar, concordamos com o levantamento do segredo bancário — e já direi também, adiante, uma palavra sobre isso — mas estamos em desacordo com a sua estratégia, que assenta em três pilares.

Em primeiro lugar, estamos em desacordo com o aumento do IVA — é errado —, porque provoca recessão, agrava as dificuldades da economia portuguesa, diminui a competitividade e cria desemprego.

Em segundo lugar, estamos em desacordo com as propostas sobre o sistema de segurança social. E aqui, Sr. Primeiro-Ministro, há algo que temos de esclarecer, porque estas medidas nada têm que ver com o programa de redução do *deficit* orçamental a não ser daqui a 10 anos! Daqui a três anos, qual vai ser o efeito?

Sr. Primeiro-Ministro, gostava que fixasse bem esta pergunta, para a ela poder responder: nestes três anos, quanto é que se poupa com a alteração da regra das reformas dos trabalhadores da função pública? Uma décima? Duas décimas? O Sr. Primeiro-Ministro tem, de certeza, os números, portanto, diga-me: em três anos, ou seja, até 2008, qual é a alteração que isto provoca?

Eu percebo o que é que os seus assessores quiseram fazer. Pensaram eles: já que estamos em grande dificuldade, misturamos tudo.

Sr. Primeiro-Ministro, nós estamos disponíveis para discutir, aqui, as regras de financiamento e sustentabilidade da segurança social, porque é preciso salvar a segurança social; com o que não estamos de acordo é que se faça «contrabando» a propósito da segurança social e do direito de centenas de milhares de trabalhadores, que dão o seu melhor por este país, em nome do combate ao *deficit* quando esta medida não tem interferência no seu combate.

Os seus assessores, Sr. Primeiro-Ministro, fizeram uma sugestão que segue o saber daquele tão conhecido treinador de futebol, o «Estebes», segundo o qual «já agora, que estamos em dificuldades, é tudo ao molho e fé em Deus». Pode ser que ninguém pergunte o que é que esta medida faz aqui, mas esta medida não tem significado algum do ponto de vista da discussão.

Querem discutir este assunto no Parlamento? Cá estaremos. É necessário fazê-lo, Sr. Ministro — aliás, não devemos perder tempo —, mas não nos diga que ela visa reduzir o *deficit*, porque o que ela visa é atacar direitos fundamentais de muitos trabalhadores!!

E foi por isso que o Deputado Luís Marques Mendes lhe fez a proposta de um pacto de cavalheiros: o PSD aceita que o PS aplique as suas propostas e o PSD não vai criticar o PS quando PS aceitar as suas propostas. Bem se percebe!... O País, hoje, sabe que o PSD propôs o aumento da idade da reforma e que o PS aplicou o aumento da idade da reforma.

O Sr. Presidente: — Queira concluir, Sr. Deputado.

O Orador: — No tempo próprio, Sr. Presidente, com certeza.

Há uma segunda pergunta que também queria fazer-lhe. O aumento do IVA em 2% significa receita de cerca de 500 milhões de euros este ano, quando são necessários 4000 milhões de euros para chegar a um *deficit* de 4%. Diga-me, Sr. Primeiro-Ministro — não disse uma só palavra sobre isso no seu programa —, de quanto vai ser o *deficit* deste ano? Estamos em 6,8%, com 500 milhões de euros reduzimos esse número em 0,5%, pelo que continuamos acima de 6%. Quanto valem todas as medidas, porque não nos disse e até tenho a suspeita que não quer dizer-nos?

É porque todos estes sacrifícios não têm incidência efectiva nem no *deficit* deste ano nem, significativamente, no *deficit* do próximo ano, quando, em contrapartida, Sr. Primeiro-Ministro, era tão fácil agarrar nas medidas fundamentais e ir ao cerne das questões!... Eu dou-lhe exemplos.

A fraude fiscal é o rendimento máximo garantido em Portugal e nós temos de levantar o segredo bancário, como noutros países, não por uma questão de combate ao *deficit* mas por uma questão essencial de democracia. Não se aceita que uma democracia moderna permita a fuga ao fisco!!

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Muito bem!

O Orador: — Há 15 000 milhões de euros...

O Sr. Presidente: — Queira concluir, Sr. Deputado.

O Orador: — Concluirei, Sr. Presidente.

Como dizia, há 15 000 milhões de euros de dívidas fiscais nos tribunais e as dívidas à Segurança Social foram, o ano passado, de 2000 milhões de euros! Não me diga que quer levantar o segredo bancário em Portugal somente quando houver indícios de crime! E o narcotraficante que não foi detectado pela Polícia Judiciária? Não se poderá saber, pela sua conta bancária, sem indícios de crime, descobrindo a diferença existente entre a sua declaração de IRS, o seu rendimento efectivo e o seu nível de vida? Não se pode, não se deve combater dessa forma esse crime?

Perguntar é responder, Sr. Primeiro-Ministro, porque é assim, no combate deste ponto de vista,...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, queira concluir.

O Orador: — ... que nós conseguimos reforçar a democracia e a confiança no Estado.

Sr. Primeiro-Ministro — e com isto conluso —, o Governo tem maioria absoluta e, portanto, o senhor sabe que pode fazer o que quiser neste Parlamento. Mas ter maioria absoluta não lhe dá a possibilidade de cometer o erro irresponsável de ajudar à recessão e prejudicar a maioria dos portugueses com as medidas que aqui anuncia.

Aplausos do BE.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Deputado Francisco Louçã, começemos pela matéria segurança social.

Um dos pontos essenciais da estratégia do Governo e deste plano é, justamente, não responder apenas às questões actuais; é responder também ao futuro!

Eu esperava que o Sr. Deputado visse isso como um mérito do plano do Governo e não o contrário, porque nós não devemos deixar de fazer hoje aquilo que tem consequências no futuro apenas porque é para o futuro. Espero que o Sr. Deputado aprove a ideia de que devemos fazer já mudanças que assegurem a sustentabilidade da Segurança Social.

Aplausos do PS.

Portanto, não comprehendo a sua crítica de que vamos fazer mudanças que não têm impacto no défice! Quero deixar bem claro que faremos tudo o que estiver ao nosso alcance, mesmo que as medidas tomadas não tenham impacto nos próximos quatro anos. E o Sr. Deputado saberá das contas, e muito rapidamente, porque, como já disse aos Srs. Deputados e à Câmara, o Sr. Ministro das Finanças virá aqui na próxima semana apresentar o Programa de Estabilidade e Crescimento, onde todas estas rubricas têm um número. E as rubricas daquilo que acabei de dizer... Não me refiro à aproximação do modelo de cálculo das pensões da função pública antes de 1993 e depois de 1993, porque aí, realmente, poderão haver impactos só depois; mas esse facto não nos dispensa de tomar já essa medida. Grande parte dos problemas que hoje temos, tanto na área da segurança social como na da saúde, devem-se ao facto de não terem sido tomadas medidas no passado. Se elas tivessem sido tomadas, não teríamos estes problemas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Quanto à idade da reforma, Sr. Deputado, essa é uma medida que tem efeito já. Na função pública os trabalhadores reformam-se com 60 anos e eu penso que — aliás, isso está no Programa do Governo — deve ser feita a aproximação dos sistemas de segurança social privado e público. O que nós vamos fazer é tornar igual uma situação que é absolutamente igual! Gostaria que me explicasse qual é, nos dias de hoje, a razão que fundamenta essa diferença! Na função pública reformamo-nos aos 60 anos e no sector privado aos 65! Não vejo razão para isso!

Aplausos do PS.

Segundo ponto, Sr. Deputado: anotei os pontos em que está de acordo com o plano que apresentei, mas esperava um pouco mais...

Primeiro, não lhe parece, Sr. Deputado, que é digno de nota positiva — não digo de elogio! — o facto de o Governo responder a este problema mantendo o investimento público ao longo dos próximos quatro anos — o Sr. Deputado não disse uma palavra sobre isso? Preservar o investimento público de origem nacional foi uma coisa que não foi feita no passado!

Espero que note essa diferença na estratégia do Governo. Pode estar em desacordo com muita coisa... e neste ponto está também em desacordo? Não acredito que esteja!

O Sr. Deputado também não se referiu à estratégia do Governo que não é reduzir o défice em nome do cumprimento de um pacto. Não! Para responder à sua pergunta, queremos reduzir substancialmente o défice este ano, mas não o vamos reduzir para menos de 3%, porque isso, sim, teria uma consequência absolutamente recessiva na nossa economia e conduziria ao encerramento de serviços públicos, pois só assim poderia ser feito. Não comprehendo como é que em seis meses se pode reduzir 3,68% do produto interno bruto — nem em dois anos. A única forma que vejo de o fazer seria à custa de prestações sociais ou, então, aumentando, de uma forma absolutamente desproporcionada, os impostos, porque não há muitas soluções.

Sr. Deputado, gostaria que esta opção do Governo, por assumir que Portugal este ano vai ter um défice excessivo, fosse também, da sua parte, merecedora de nota positiva, porque isso corresponde a uma opção.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — E digo-lhe, pela segunda vez, que nas regras do PEC são-nos dados dois anos para cumprir o Plano de Estabilidade e Crescimento e, portanto, pôr o défice orçamental abaixo dos 3%. A nossa proposta, em consciência, vai ser propor três anos. E propor três anos porquê? Porque queremos tomar as medidas menos recessivas possíveis, visto que a nossa economia tem estado a «arrastar os pés», nestes últimos quatro anos, com crescimentos muito medíocres.

O Sr. Deputado desculpe, mas isto é muito importante para mim: na campanha eleitoral, estava convencido, e disse-o várias vezes, de que o défice orçamental estava muito próximo dos 5%. Estava convencido exactamente disso! E estive também em debates com o Sr. Deputado e não me lembro de o ouvir dizer: «Desculpe, está enganado! O défice está em mais de 6%!» Não me lembro de o ter ouvido dizer isso.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Ao contrário: penso que o Sr. Deputado estava tão convencido quanto eu — era o que diziam todos os economistas — de que o défice andava na ordem dos 5%. Nunca pensei que a discrepança entre aquilo que estava orçamentado e a realidade fosse tão grande, como agora se veio a revelar. Nunca, Sr. Deputado! Pode considerar que mesmo essa diferença não justifica as nossas medidas, mas era exactamente disso que eu estava convencido.

O Sr. Deputado acabou de dizer que a desorçamentação na saúde são 1500 milhões de euros — mais de 1% do PIB!... —, somando-lhe os outros 600 milhões de euros da segurança social e também aquilo que diz respeito à desorçamentação do Instituto das Estradas de Portugal.

Sr. Deputado, não precisa de me recordar, porque já o referi, que o aumento dos impostos não é uma boa notícia para a economia. Tenho bem consciência dos efeitos recessivos que tem o aumento dos impostos.

No entanto, Sr. Deputado, há uma diferença entre mim e si, que é esta: penso que, se nada fizéssemos, a situação em Portugal era pior no final do ano. Tenho absoluta consciência de que não apresentar um programa credível que possa dar a Portugal a possibilidade de cumprir o défice em três anos, que desse uma resposta com resultados imediatos, iria afectar o *rating* da República, conduzir ao aumento das taxas de juro, prejudicar as empresas, o emprego e as famílias. É disso que estou convencido.

Foi por isso que aumentámos o IVA e fizemo-lo não porque o quiséssemos mas porque somos obrigados a fazê-lo.

Aplausos do PS.

Porque nos parece, de todos os impostos, aquele que menos consequências recessivas tem — e não estou a dizer que não tenha, porque tem, mas que, de todos, nos parece ser o mais apropriado para responder à situação.

Quero que acredite no seguinte, Sr. Deputado: durante muitas semanas, medimos todas as opções, estudámos todas as consequências e esta parece-nos ser a melhor solução para responder ao problema com o mínimo custo possível para a economia portuguesa.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para replicar, o Sr. Deputado Francisco Louçã.

O Sr. Francisco Louçã (BE): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, entendamo-nos bem: não fazer nada nunca foi uma opção. O que criticámos aos governos anteriores foi, precisamente, tomarem medidas falsas, tentarem enganar a crise através das receitas extraordinárias. É por isso mesmo que, há muitos anos, propusemos tanto a estratégia de auditoria às contas públicas, que sabemos bem quão exigente tem de ser, como medidas novas no combate à fraude fiscal. Pretendemos actuar do ponto de vista das receitas e do ponto de vista das despesas, porque nos parece essencial que, havendo uma moeda única, haja disciplina orçamental e credibilidade das políticas públicas. Sobre isso, não há grande discussão a ter.

Mas o que estamos aqui a discutir são duas matéria distintas.

O Sr. Primeiro-Ministro insiste em que é necessário agora, neste momento, tomar as medidas que propõe sobre a segurança social. Perceba bem, Sr. Primeiro-Ministro, que estamos prontos para enfrentar a enorme dificuldade que é pensar a sustentabilidade no século XXI da segurança social, com o envelhecimento da população e com a necessidade de novas fontes de financiamento. Estamos prontos para isso. Mas é «contrabando» colocar essa discussão no meio do rigor do ajustamento orçamental para 31 de Dezembro de 2005.

Vozes do BE: — Muito bem!

O Orador: — Não é sério, Sr. Primeiro-Ministro, porque não permite a discussão profunda sobre essa matéria. Lembre-se, aliás, que aquando do debate eleitoral disse que talvez se aumentasse a idade de reforma, mas eram precisos estudos. Onde é que estão os estudos? Já os fez? Já os tem?

O Sr. Primeiro-Ministro: — O Programa do Governo fala da convergência do regime da função pública com o regime geral!

O Orador: — Muito bem. Mas é disso que estamos a tratar no seu conjunto, ou seja, da convergência dos sistemas, da articulação dos dois sistemas.

O Sr. Primeiro-Ministro diz-me que só pode haver convergência para pior. Eu digo-lhe que pode haver convergência e aproximação para melhor. No entanto, não me explicou por que é que tem de ser agora que se dá essa «bofetada» nos portugueses.

Em segundo lugar, não me disse qual o impacto do sucesso ou do fracasso da sua proposta. Pode dizer-me que o Sr. Ministro das Finanças vem cá depois, mas o Sr. Primeiro-Ministro tem de saber. Qual é o impacto exacto? O que é que espera? O que é que quer? Por que é que toma esta medida a 25 de Maio de 2005? Quanto é que ela rende até 31 de Dezembro de 2005? Tem de saber dizer-nos isto, Sr. Primeiro-Ministro. Seria estranho que não o soubesse dizer.

Não nos soube dizer também quanto é que as suas medidas fiscais — no IVA e no imposto petrolífero — actuam sobre o défice total. É fácil de ver que, com essas medidas, teremos um défice entre 5 e 6%, mais próximo dos 6%. E os portugueses vão perguntar se se justifica a continuação do desemprego, se se justifica esta incapacidade de resposta aos problemas que se vai agravando e que se promete que se agrava em 2005, em 2006, em 2007 e até 2008.

O Sr. Presidente: — Queira concluir, Sr. Deputado.

O Orador: — Vou concluir, Sr. Presidente.

Dou-lhe só um número, Sr. Primeiro-Ministro: hoje, a taxa efectiva de IRC é de 14%, quando legalmente é de 25%. A diferença entre uma coisa e outra são 2500 milhões de euros. Os desempregados e os trabalhadores da função pública que hoje foram o alvo destas medidas perguntarão por que é que as empresas que deviam pagar a taxa legal de 25% ficam com 2500 milhões de euros, que é quase 2% do Produto.

Aplausos do BE.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para responder, o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Francisco Louçã, quero recordar não só a si mas também a todos os Srs. Deputados que a primeira vez que um líder de um partido na oposição, na discussão de um Orçamento, se opôs à descida dos impostos foi no momento em que, em nome da bancada do Partido Socialista, apresentei essa crítica, pois já na altura considerei absolutamente irresponsável essa descida dos impostos.

Se virem com atenção o relatório da «Comissão Constâncio», verificarão que só a descida dos impostos, quer do IRC de 30% para 25% quer também do IRS, corresponderam a 0,7% do PIB. Podiam ter-nos pougado a isso, porque esse «dinheirinho» foi exactamente tirado ao Estado em favor de uma campanha eleitoral. Não tem outra explicação!

Aplausos do PS.

Sr. Deputado, quero que também tome nota daquilo que referi: o aumento do IVA é uma medida social, uma vez que o mesmo ficará afecto à segurança social e à Caixa Geral de Aposentações e servirá para financiar os sistemas públicos de segurança social. Apesar de tudo, esta é uma diferença,...

O Sr. Luís Fazenda (BE): — Isso é uma habilidade!

O Orador: — ... pois não é para utilizar em qualquer coisa mas para subsidiar o desequilíbrio que se verifica e também para garantir os aumentos de pensões e as prestações sociais que queremos atribuir.

Sr. Deputado, registo que o Bloco de Esquerda está pronto para discutir as matérias que dizem respeito à segurança social. É uma discussão urgente que devemos ter sem preconceitos e com abertura, analisando o problema com base na realidade. No entanto, não é «contrabando» olhar, no momento em que temos esta crise orçamental, para os problemas do nosso estado social na segurança social. Pelo contrário: eu disse, no meu discurso e já várias vezes referi ao longo deste debate, que esta é também a oportunidade para olharmos para o Estado e verificarmos que há coisas a mudar.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — E uma das coisas que deve mudar, pois não há qualquer razão para que não mude — e está escrito no nosso Programa do Governo —, é a convergência do regime da função pública com o regime geral. Nesse sentido, a mudança da idade da reforma de 60 para 65 anos, feita de modo gradual em 10 anos, parece-me ser uma medida justa, medida que visa acautelar a sustentabilidade da segurança social. E tem impacto no défice — ó se tem!

O Sr. Francisco Louçã (BE): — Diga quanto!

O Orador: — Vou dizer-lhe, Sr. Deputado.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Diga, diga!

O **Orador**: — Com certeza que não passa pela cabeça do Sr. Deputado que, tendo o Sr. Ministro das Finanças marcada uma reunião na Comissão de Orçamento e Finanças para a próxima terça-feira a fim de falar sobre o Programa de Estabilidade e Crescimento, ele não esteja, no essencial, preparado.

Mas — e vou dizer-lhe — relativamente ao aumento gradual da idade da reforma e do número de anos de serviço, o impacto para 2006 é de 230 milhões de euros, para 2007 é de 460 milhões de euros, para 2008 é de 700 milhões de euros, e por aí fora. Espero, portanto, que acredite que estes cálculos estão todos feitos. E não perde pela demora, porque na próxima terça-feira terá oportunidade de discutir estas matérias com o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Primeiro-Ministro.

O **Orador**: — Mas, Sr. Deputado, não o ouvi falar sobre a transparência fiscal e a proposta que apresentámos de publicidade ao rendimento declarado. Espero que o Bloco de Esquerda esteja de acordo. Foi um ponto que se esqueceu de referir como positivo.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Eu disse!

O **Orador**: — Então, mais um ponto positivo. Deixam de ser quatro e passam a ser cinco.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para fazer uma pergunta, a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, a ética, na política como na vida, é algo que devemos preservar. Por isso, é justamente sobre comportamentos que gostaria de começar por falar.

Perante o que tenho ouvido nos últimos dias e o que já tive oportunidade de ouvir neste debate, a nítida sensação que tenho é a de que, de repente, estão a oferecer-nos um «cromo» repetido para colarmos numa página diferente da «caderneta». Então, há aqui qualquer coisa que não bate certo, o número do «cromo» não bate certo com a página da «caderneta».

A página da «caderneta», Sr. Primeiro-Ministro, foi virada com as últimas eleições legislativas em que a expectativa de políticas e de soluções diferentes se encontrou com o resultado das eleições legislativas.

De qualquer modo, o «cromo» repetido de que falo conta a seguinte parte da história: temos um primeiro-ministro, sentado na bancada do Governo, a dizer-nos que a situação financeira do País é muito mais difícil do que se esperava e ultrapassa todas as previsões possíveis. Disse que o problema é estrutural mas que a culpa foi, em grande medida, do governo anterior. Depois, disse que é preciso medidas que não estavam previstas para dar resposta a esta situação, é preciso, então, sacrifícios suplementares. Mais adiante, ainda, disse que, por isso, «não vamos cumprir uma parte do nosso compromisso eleitoral».

Este «cromo», Sr. Primeiro-Ministro, é exactamente igual ao que assistimos no ano 2002, com o então primeiro-ministro Durão Barroso, que, entretanto, pediu enormes sacrifícios aos portugueses. Hoje, podemos legitimamente perguntar: para quê?

A resposta do Partido Socialista a esse conjunto de medidas tomadas pelo anterior governo foi a seguinte, num debate na Assembleia da República, em Setembro de 2002, justamente pela voz do Eng.^º Sócrates: «este Governo disse aos portugueses que ia descer os impostos, no entanto, em vez de os descer, aumentou-os» — e qualificou isto como «uma fraude eleitoral».

Entretanto, no âmbito da campanha eleitoral, o Eng.^º José Sócrates foi confrontado, por diversas vezes, com a possibilidade de se aumentar ou não os impostos numa próxima legislatura. Houve até um jornal que, por escrito, fez perguntas directas aos partidos sobre esta matéria, a primeira das quais era a seguinte: «O seu partido propõe aumentar os impostos?» Reposta do Partido Socialista: «Não!»

Para além disso, num debate em que o Sr. Primeiro-Ministro participou, na televisão, concluía-se — e leio uma notícia de um jornal — que «Sócrates considerou a baixa de impostos uma ameaça, mas a subida também, por criar um ainda maior arrefecimento na economia».

Face a todas estas contradições, aliás já hoje invocadas neste debate, o Sr. Primeiro-Ministro veio dizer «Fui enganado! Estava convencido de que o défice rondava 5%, mas, afinal, prevê-se 6,8% para o ano 2005». Ora, Sr. Primeiro-Ministro, foi exactamente isso, com a mesma mágoa e a mesma surpresa, que ouvimos dizer a Durão Barroso quando afirmou que nunca na vida tinha esperado que, na altura em que tomou posse, o défice estivesse acima de 4% e que, portanto, era fundamental pedir aos portugueses aquele conjunto de sacrifícios. É exactamente à mesma lógica e à mesma história que estamos a assistir. Contudo, Os Verdes, tal como naquela altura, consideram que isso não legitima o conjunto de medidas que está apontado para ser tomado.

Daqui passo a pronunciar-me sobre algumas das medidas apresentadas.

É evidente que concordamos plenamente com algumas, como a da eliminação do subsídio vitalício dos titulares de cargos políticos, a do levantamento do sigilo bancário, a que o Governo chama «limitação» — ainda há que perceber isso.

No entanto, se olharmos para o conjunto de medidas, verificaremos que, fundamentalmente, incidem sobre dois aspectos: aumento dos impostos indirectos e carga sobre a função pública. É sempre a mesma coisa: os trabalhadores da função pública como o «papão» da história do défice. Exactamente na mesma lógica do governo anterior.

O Governo propõe, pois, o aumento dos impostos indirectos, designadamente o IVA, de 19 para 21%. Todos nos recordamos que, há uns tempos atrás, é certo que com o anterior governo, havia uma promessa de que o aumento do IVA era uma medida transitória. De facto, hoje, os portugueses percebem que foi uma medida transitória, não para regressar à taxa de 17% mas dar para dar o salto para a taxa de 21%!

Sobre o aumento do IVA, dizia o Partido Socialista, pela voz do Eng.º Sócrates, na altura em que o anterior governo o propôs, que tinha sido um erro cometido por esse governo: «o aumento do IVA foi uma decisão errada que em muito veio contribuir para o actual clima de estagnação económica». Por seu lado, o Sr. Eng.º Cravinho afirmava, também em nome do Partido Socialista, que «a subida do IVA é uma medida fácil mas claramente injusta. A subida do IVA é uma medida que sobrecarrega sobretudo os portugueses de menores recursos. O IVA é um imposto muito mais pesado para os pobres do que para os ricos. O aumento do IVA fará subir os preços e reduzirá o poder de compra dos salários».

A questão, que já aqui foi colocada e a que o Sr. Primeiro-Ministro não respondeu, é a de saber como é que, de repente, o Partido Socialista tem uma lógica completamente contrária à lógica relativamente ao aumento do IVA.

Há pouco, o Sr. Primeiro-Ministro respondeu a uma outra pergunta sobre esta mesma questão mas não percebi muito bem a lógica. É que, ainda assim, o Sr. Primeiro-Ministro afirmou que tem consciência de que o aumento do IVA conduz à recessão. Então, por que é que o propõe? Não «bate a bota com a perdigota» e, nesse caso, há que ser dada uma explicação clara aos portugueses.

O Governo diz que é com estas medidas que vai exigir sacrifícios a todos. Pois, Sr. Primeiro-Ministro, quero assumir aqui, em nome de Os Verdes, que consideramos que não devem ser todos a pagar a situação em que estamos, têm de ser aqueles que ainda não se sacrificaram e que mais podem sacrificar-se. Por isso, temos pena que o Governo não tenha vindo propor um alargamento da base tributária por via de operações financeiras que, vergonhosamente, não são tributadas ou que não tenha vindo propor um imposto sobre as grandes fortunas, a fim de pôr a população mais rica a contribuir em função da respectiva riqueza e, ainda, que não tenha vindo propor o fim de benefícios fiscais para a banca, designadamente em sede de IRC, banca esta que, em tempo de crise, continua a gerar grandes lucros.

Sr. Primeiro-Ministro, é evidente que consideramos que a questão da injustiça social e fiscal neste país tem sido permanente e é um problema que tem de ser resolvido com grande coragem política e numa muito grande lógica de justiça. Por isso, na nossa perspectiva, o combate à fraude e à evasão fiscais é fundamental.

O Sr. Presidente: — Faça favor de concluir, Sr.ª Deputada.

A Oradora: — Termine, Sr. Presidente, dizendo que outros problemas estruturais que nos levam a ter as contas públicas no estado em que hoje estão prendem-se com políticas dos sucessivos governos que, infelizmente, têm sido muito iguais umas às outras. Refiro-me à degradação do nosso aparelho produtivo e a uma sempre maior dependência do exterior, com o volume das importações a crescer, com o crescimento do desemprego, o que custa muito ao Estado. Aliás, a este propósito, o Sr. Primeiro-Ministro podia ter aproveitado o debate de hoje para vir explicar como e quando vai criar os 150 000 postos de trabalho que anunciou, o que, eventualmente, seria menos um encargo para o Estado.

Há, ainda, a questão do despesismo descontrolado em coisas que não têm qualquer nexo, como a derrapagem das contas de algumas obras públicas e a contratação a empresas externas de serviços que o próprio Estado podia prestar, mas relativamente aos quais, eventualmente, está a fazer favores a alguém.

Ora, Sr. Primeiro-Ministro, esta situação é da co-responsabilidade do PS e do PSD que se têm alternado no Governo.

O Sr. Francisco Madeira Lopes (Os Verdes): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada, peço-lhe que evite fazer julgamentos éticos porque estes têm a ver fundamentalmente com o nosso sistema de valores, e vou dizer-lhe qual é o meu próprio. A minha ética, em política, é pôr-me ao serviço do interesse nacional. É com base nisso que proponho estas medidas. Faço-o porque julgo, honestamente, em consciência, que são estas medidas que melhor servem o interesse nacional.

Durante este debate, já referi, sem qualquer problema, o significado recessivo do aumento de impostos. Qualquer pessoa percebe que um tal aumento não ajuda à economia. Mas a Sr.^a Deputada diz que há qualquer coisa que lhe escapa e talvez seja o seguinte: do meu ponto de vista, nada fazer ainda seria mais recessivo. É que não estamos a falar de um défice de 4,2% com que as agências de *rating* ainda podem conviver. Um défice de 4,2% ainda é, digamos, «apresentável», mas um défice de 6,83% não é «apresentável», é uma cifra negra na zona euro! A manutenção de um tal défice conduziria à marginalização de Portugal por todos os que detêm o poder de decisão nos mercados financeiros.

Por isso, estou absolutamente convencido de que se a resposta do Governo não fosse pronta, se não fosse uma resposta contendo medidas para produzirem resultados desde já, tal conduziria ao aumento do *rating* da República e consequente subida dos juros e a maiores encargos para as famílias e para as empresas, em Portugal. Do meu ponto de vista, isso, sim, poria em causa o crescimento e o emprego. Aliás, não tenho qualquer dúvida sobre a matéria e espero que a Sr.^a Deputada, ao menos, considere que esse é um cenário possível, mesmo que não esteja de acordo com ele.

Sr.^a Deputada, queria relembrar o que também propus: um novo escalão de IRS — 42% —, justamente para as pessoas que têm mais rendimentos. A Sr.^a Deputada não o assinalou. Esqueceu-se de assinalar este ponto como sendo um daqueles com que concorda, a não ser que entenda que deveríamos criar um escalão ainda mais alto. Pessoalmente, considero que uma taxa de 42% de IRS é já bem significativa para que se perceba que este é um plano de justiça que pretende resolver os problemas e distribuir os sacrifícios que são necessários fazer para que da resolução do problema resultem benefícios para todos.

Mais uma vez, Sr.^a Deputada, o essencial da nossa resposta está concentrado na redução da despesa do Estado que é injustificada e, também, no combate à fraude e à evasão fiscais.

Já me debrucei sobre todas as possíveis medidas de combate à fraude e à evasão fiscais e, sinceramente, não há imaginação para mais. Também neste domínio, ignoro se assinalou a medida que propusemos de tornar públicos os rendimentos declarados por todos os cidadãos. É que isso vai conduzir a uma nova plataforma de exigência ética da sociedade para com todos os cidadãos, já que os que têm grandes rendimentos mas sempre se apresentam ao fisco como sendo muito pobres sentirão um grande constrangimento social se continuarem a adoptar o comportamento anterior. Repito que o essencial do nosso programa visa combater a despesa que não é necessária, que é injusta, em nome do Estado social.

Gostaria que a Sr.^a Deputada reconhecesse que há muitas diferenças relativamente à estratégia anterior.

Por exemplo, a Sr.^a Deputada não referiu que este não é um plano para iludir nem para fingir, que este plano não conta com receitas extraordinárias que, na maior parte dos casos, levam o Estado a fazer maus negócios apenas porque pretende não resolver o problema mas fingir e mascarar o problema. A Sr.^a Deputada não se referiu a este ponto.

De igual modo, não se referiu ao tempo. Nós não vamos reduzir o défice este ano, vamos fazê-lo nos próximos três anos. Esta é uma diferença absolutamente assinalável relativamente à estratégia seguida no passado.

Julgo que este é o caminho, o caminho da verdade e o dos que, em consciência, entendem que é preciso fazer alguma coisa pelo nosso Estado social. É em nome desses valores que o Governo apresenta este programa.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para replicar, tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia, dispondo de 3 minutos.

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, em primeiro lugar, quero dizer-lhe que não fiz um julgamento ético sobre ninguém. Aliás, limitei-me a afirmar que a ética é algo que todos devemos preservar. Depois, referi o que, na minha perspectiva, é um conjunto de factos que aconteceram, de afirmações que foram feitas, e os portugueses que façam o seu próprio juízo de valor. Quem sou eu para fazer juízos de ética relativamente a cada uma das pessoas aqui presentes?

Sr. Primeiro-Ministro, para perceber este conjunto de medidas, que diz serem totalmente diferentes das do anterior governo porque não há a criação de qualquer tipo de ilusão, pois querem falar com verdade, então, era preciso perceber como é que, quantitativamente, cada uma das medidas se adequa aos objectivos que são propostos, designadamente em termos de redução do défice. Ora, apesar de já ter sido questionado quanto a isso, o Sr. Primeiro-Ministro ainda não respondeu.

No que se refere à criação de um novo escalão de 42% para o IRS, a medida será válida e positiva mas para quem declarar tal tipo de rendimentos. Portanto, é evidente que terá de haver todo um outro conjunto de medidas, que veremos se serão ou não tomadas em simultâneo, no que diz respeito ao combate à fraude e à evasão fiscais, que têm de ser tomadas. No entanto, o imposto sobre as grandes fortunas que referi seria algo diferente e, aí, as manifestações exteriores de riqueza teriam com certeza um peso extremamente significativo.

De igual modo, considero que outra medida fundamental seria o alargamento da base tributária com base num conjunto de operações financeiras que não são tributadas ou o fim dos benefícios fiscais para a banca que tem muitos lucros e sobre a qual, de facto, não há uma incidência de IRC equiparada à das outras empresas.

Portanto, há aqui um conjunto de medidas que consideraria muito certeiras em relação àqueles a quem ainda não foram exigidos sacrifícios e que podem fazê-los, mas penso que o Governo não está a ter coragem para tomá-las. Por isso, não nos iluda aqui, Sr. Primeiro-Ministro, com o mote «nós queremos fazer, os senhores não», porque não é disso que se trata.

É evidente que, a nosso ver, há medidas que têm de ser tomadas não só na área financeira mas também noutras sectores determinantes, medidas essas que vão contra aquelas que têm sido as políticas dos sucessivos governos.

Relativamente ao IVA, afinal, concordamos todos: é um imposto cego, que vai atingir de uma forma cega a população e a generalidade dos cidadãos. Afinal, concordamos todos: é uma medida que vai provocar recessão económica.

E, afinal, perguntaremos: o que é que estamos aqui a fazer e a debater?

Por outro lado, Sr. Primeiro-Ministro, quer que lhe dê um exemplo de uma medida que pode trazer, a médio prazo, problemas gravíssimos a uma parte das nossas finanças públicas? A inércia que os sucessivos governos tiveram relativamente a medidas internas que seriam fundamentais para alcançarmos os objectivos a que nos propusemos no domínio do acordo de partilha de responsabilidades para cumprir o Protocolo de Quioto no âmbito da União Europeia.

O Sr. Presidente: — Queira concluir, Sr.^a Deputada.

A Oradora: — Termino de imediato, Sr. Presidente.

Fizemos quase zero, em Portugal. Isso significa que, no ano de 2008, vamos estar sujeitos ou a pesadas multas ou à compra e venda de emissões — de muitas emissões —, para podermos atingir a meta a que nos propusemos. E isto pode significar, alguns dizem-no, que Portugal vai gastar cerca de 300 milhões de euros anuais devido a esta incompetência dos sucessivos governos.

O que é que o Sr. Primeiro-Ministro tem a dizer aos portugueses, relativamente a este caso concreto, a esta inércia do PS e do PSD?

O Sr. Francisco Madeira Lopes (Os Verdes): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia, já dei as explicações relativas à matéria do aumento dos impostos e julgo que foram claras. A verdade é que há uma alteração de circunstâncias. E quero que fique também absolutamente claro que, enquanto líder do Partido Socialista na oposição, sempre me opus, face à situação das finanças públicas que já se verificava nestes últimos três anos, à descida dos impostos. Sempre considerei isso absolutamente irresponsável, já que, no meu ponto de vista — e a Sr.^a Deputada deverá reconhecer que não há soluções fáceis —, as prestações sociais e o Estado social vivem de uma única coisa: impostos — impostos e contribuições, mas os impostos são decisivos. Não transformo os impostos num odioso, que se deve suportar, e não digo que há um mundo perfeito sem os impostos. Acho que os impostos são uma matéria que contribui para a promoção da igualdade social — este é o meu ponto de vista.

Quanto aos benefícios fiscais, Sr.^a Deputada, já elenquei aqui uma dúzia deles que vamos rever. Nomeadamente, no domínio do IRC e naquilo que se refere à zona franca da Madeira. Mas também disse que temos uma comissão a trabalhar por forma a que, no último trimestre deste ano, possamos apresentar a eliminação dos benefícios fiscais sem justificação económica e que não contribuem para o dinamismo da nossa economia.

Finalmente, Sr.^a Deputada, recordo o seguinte: na próxima terça-feira, o Sr. Ministro das Finanças virá à Comissão de Orçamento e Finanças apresentar as linhas gerais do Programa de Estabilidade e Crescimento, já que esse Programa será debatido neste Plenário alguns dias mais tarde. Mas estas medidas que aqui enunciei são as orientações que o Conselho de Ministros já aprovou, para que agora o Sr. Ministro das Finanças nos apresente, na próxima reunião, um Programa de Estabilidade e Crescimento, que discutirá aqui convosco na próxima terça-feira.

O Sr. Presidente: — Srs. Membros do Governo e Srs. Deputados, vamos iniciar a segunda volta de perguntas. Peço a todos rigor no acatamento dos tempos e também lembro que, no final deste debate, haverá votações.

Tem a palavra, por 3 minutos, o Sr. Deputado Miguel Frasquilho.

O Sr. **Miguel Frasquilho** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, veio V. Ex.^a apresentar-nos um conjunto de medidas de diversa natureza para combater o problema do défice em Portugal, um problema que todos reconhecemos grave e com raízes estruturais.

Para as soluções do lado da despesa, manifestámos já toda a nossa disponibilidade e abertura. O mesmo se passou com as medidas que nos foram apresentadas relativamente ao combate à fraude e à evasão fiscais. Já no que toca às medidas do lado do aumento da receita por via do aumento dos impostos, não podemos com certeza aprová-las, porque é a nossa competitividade, o nosso crescimento económico e a criação de emprego que estão em causa.

O Sr. **Luís Marques Mendes** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Mas, mais importante, Sr. Primeiro-Ministro — e nesta altura convém sermos muito claros —, é o seguinte: o Sr. Primeiro-Ministro disse, por mais do que uma vez hoje, que há várias semanas vem trabalhando nestas medidas que hoje nos apresentou. Muito bem. Então, não nos passa pela cabeça que não haja uma quantificação dessas medidas e que não se saiba que impacto é que essas medidas terão do lado da despesa e do lado da receita, para que este défice — que, convenhamos, é um défice estimado, se nada fosse feito até ao final do ano — possa ser reduzido.

Portanto, as minhas perguntas são muito claras: que impacto terão as medidas que o Sr. Primeiro-Ministro nos anunciou do lado da despesa?

O Sr. **Henrique Rocha de Freitas** (PSD): — Quantifique!

O **Orador**: — Que impacto terão no défice as medidas que o Sr. Primeiro-Ministro nos anunciou do lado da receita?

E, finalmente, com estas medidas, qual é o défice que o Sr. Primeiro-Ministro espera revelar, no final do ano, a todos os portugueses?

É muito importante ficarmos a conhecer a resposta a estas questões.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Miguel Frasquilho, nota uma evolução no seu discurso que dá gosto assinalar. Diz o Sr. Deputado que agora o défice, isto é, as contas públicas têm razões estruturais. Há três anos, não tinham. Há três anos, era só o governo anterior, o despesismo...

O Sr. **Miguel Frasquilho** (PSD): — Ó Sr. Primeiro-Ministro, por favor!

O **Orador**: — Recordo-me bem do seu discurso, Sr. Deputado!

Protestos do Deputado do PSD Miguel Frasquilho.

Do seu e de todos os discursos, Sr. Deputado!

O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD): — Responda às perguntas!

O **Orador**: — E registo com agrado que, finalmente, reconheça que há razões estruturais para isso. E as razões estruturais vêm muito de trás, nomeadamente de um anozinho...

O Sr. **Miguel Frasquilho** (PSD): — Pois vêm! De 1996!

O **Orador**: — Sr. Deputado, ouvi-o com atenção! Escute-me, por favor.

Como dizia, as razões estruturais vêm, nomeadamente, de um certo ano, no início da década de 90. Lembra-se quem estava no governo, nessa altura? Lembra-se quem era Primeiro-Ministro? Lembra-se do regime que foi aprovado para a função pública? E lembra-se das consequências que isso teve na despesa? Sei que lhe custa a ouvir, mas é a verdade. Aí pode encontrar o início estrutural daquilo a que agora — esse foi o autor — vem chamar o «monstro». É aí que verdadeiramente se assinala o seu início. Sei que lhe custa ouvir, mas tem de ouvir, Sr. Deputado. Porém, fico satisfeito por reconhecer que há — havia e há — razões estruturais para isso.

E também assinalo o seguinte: o Sr. Deputado foi o único do PSD a dizer que ficaria surpreendido se o défice fosse de 7%. É verdade. E isso age em seu favor, porque isso quer dizer que, quando votou o Orçamento do Estado para 2005, o fez em consciência, porque achava que aquilo iria ser cumprido. Verdadeiramente, não vi essa atitude por parte do PSD e ela deveria ter existido.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Mas responda às perguntas!

O **Orador**: — É que ninguém vota um Orçamento se não tem confiança em que aquelas metas vão ser cumpridas.

Sr. Deputado, quero também lembrar o seguinte: o senhor foi um dos maiores defensores...

Vozes do PSD: — Responda às perguntas!

O **Orador**: — Importam-se de ouvir, Srs. Deputados?

Vozes do PSD: — Responda às perguntas!

O **Orador**: — Bom, já vi que não vale a pena... Continuam a interromper-me...

Vozes do PSD: — Vale, vale!

O **Orador**: — Sr. Deputado Miguel Frasquilho, quero também lembrar que foi o seu discurso a propósito da competitividade fiscal que levou à irresponsabilidade de, há algum tempo, se ter corrigido o IRC de 30% para 25%, naquele estado da situação, o que conduziu — só essa redução! — a um aumento do défice em 0,48% do PIB. E a benefício de quê?

Vozes do PSD: — Responda às perguntas!

O **Orador**: — O Sr. Deputado não acha que é o momento de olhar de novo para essa sua teoria e de perguntar a si próprio o seguinte: que benefício tirou a economia portuguesa dessa redução do IRC? Tirou uma: 0,45% a mais no défice.

Pergunta-me o Sr. Deputado qual é o impacto de todas estas medidas no Orçamento. Todas estas medidas, Sr. Deputado, estão contidas...

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Primeiro-Ministro.

O **Orador**: — ... naquilo que vai ser o nosso Programa de Estabilidade e Crescimento. Ora, o Sr. Deputado não pode agora exigir-me que, em 3 minutos, lhe apresente aqui o Programa de Estabilidade e Crescimento!...

Vozes do PSD: — Ah!

O **Orador**: — Mas está aí tudo e, na próxima terça-feira, o Sr. Ministro das Finanças apresentar-vos-á as medidas e a sua quantificação.

O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD): — Diga qual vai ser o défice!

O **Orador**: — Se o Sr. Deputado quer saber quanto é que será o impacto financeiro de cada medida, faça favor de perguntar que eu dir-lhe-ei. Agora, não me peça, de forma absolutamente ridícula, que, neste momento, se faça o debate que, na próxima terça-feira, vai fazer-se em sede de comissão. Mas também não perde pela demora!

Aplausos do PS.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Sr. Presidente, é para perguntar se o Sr. Presidente aceita que o PSD prescinda do tempo que ainda dispõe, 3 minutos, para fazer a última pergunta ao Sr. Primeiro-Ministro e ceda esse tempo ao Governo para o Sr. Primeiro-Ministro poder responder à pergunta feita pelo Sr. Deputado Miguel Frasquilho sobre qual o défice que estima até ao final do ano.

Aplausos do PSD.

Parece que o Sr. Primeiro-Ministro não tem tempo, mas nós cedemos-lho para ele poder responder.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado tem à sua disposição, na última volta de perguntas, voltar a formular a pergunta e o Sr. Primeiro-Ministro tem à sua disposição responder também na última volta de perguntas ou dar a explicação que entender e VV. Ex.^{as} tirarem a ilação que entenderem.

Para formular as suas perguntas, tem a palavra o Sr. Deputado Mota Andrade.

O Sr. Mota Andrade (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, deixe-me saudá-lo. Saudá-lo pela coragem, pela determinação e pela frontalidade com que V. Ex.^a encara a difícil situação que o País vive, sem encobrimentos da verdade, sem falsas cortinas, dizendo «não» às receitas extraordinárias.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Esta é, pois, uma política de verdade, que convém sublinhar neste Governo.

Uma previsão do défice, para 2005, em 6,83% colheu a todos de surpresa e a todos tem de preocupar. Este é o legado do anterior governo.

O Sr. José Junqueiro (PS): — Exactamente!

O Orador: — E ainda há pouco tempo todos nos lembramos de aqui se anunciar que as contas públicas estavam controladas, que a economia recuperava e que, assim sendo, até era altura de baixar impostos. Também aí, o Sr. Primeiro-Ministro, na altura, líder da oposição, demonstrou uma grande coragem e uma grande firmeza, porque não cedeu ao populismo, à demagogia e ao eleitoralismo, que conduziram o País a uma previsão de 6,83% de défice, no ano de 2005.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Deixe-me também felicitá-lo no que à Administração Pública diz respeito. Há muito que defendemos a modernização da Administração Pública e, por essa via, a operacionalização, no sentido da eficiência, das funções do Estado. É fundamental, determinante, fazer auditorias a todos os serviços da Administração Pública para ganhar uma melhor eficiência e para que, assim, não existam encerramentos e aberturas de serviços públicos de forma avulsa, cega. Também aí entendo que o Governo está no bom caminho.

Mas a previsão do défice em 6,83% não é admissível, nem sustentável. Há, pois, que tomar medidas. Hoje, o Sr. Primeiro-Ministro anunciou aqui um conjunto de medidas, que são preventivas e selectivas, são medidas que vão provocar certamente incómodos e afrontar interesses instalados. Contará, Sr. Primeiro-Ministro, com esta bancada para levar essas medidas avante e para, assim, evitar medidas mais drásticas no médio prazo.

É imperativo para qualquer socialista preservar a sustentabilidade dos vários serviços de protecção social — da Caixa Geral de Aposentações, da Segurança Social e do Serviço Nacional de Saúde. Tal só é possível com um Estado forte e com finanças públicas sãs.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, queira terminar.

O Orador: — Termino já, Sr. Presidente.

Uma economia sã é a principal aliada no combate ao défice, uma economia geradora de riqueza e de emprego, que dê aos portugueses melhor qualidade de vida.

Pergunto, Sr. Primeiro-Ministro, se as medidas ora anunciadas podem fragilizar um crescimento da economia, que todos queremos maior, e, se isso acontecer, quais as medidas que o Governo tem para apoiar as empresas, quais as medidas que o Governo tem para levar avante uma política que faça com que a economia, que é ela que tem de resolver o problema do défice, continue a crescer no nosso país.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Sr. Primeiro-Ministro, para responder, tem a palavra.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Mota Andrade, se me permite, no tempo de resposta à sua pergunta, gostava de dizer algo a propósito da pergunta anterior. É que houve um equívoco: pensei que o Sr. Deputado Miguel Frasquilho me tivesse perguntado qual é o impacto financeiro de todas as medidas...

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Não, não!

O Orador: — ... e eu pedi-lhe para perguntar apenas por uma para eu poder responder. Afinal, parece que querem saber qual o défice estimado na proposta de Programa de Estabilidade e Crescimento que o Governo vai apresentar. Vou responder: 6,2%. Repito, 6,2%. Estão satisfeitos, Srs. Deputados? Agora acreditam que este trabalho já vem de trás, que já está construído?! Olhe, é de 6,2%, mas podia ser muito menor, se os senhores tivessem deixado um défice menor.

Aplausos do PS.

Sr. Deputado Mota Andrade, tem razão quando diz que um dos erros da resposta anterior ao problema foi o de se fixar de forma cega em tudo o que era possível cortar na Administração Pública. Isso conduziu a fusões e a extinções sem qualquer critério, assim como a cortes cegos que em muito prejudicaram os serviços públicos. A nossa política é a de promover a qualidade, a eficiência e a eficácia dos serviços públicos. É por isso que, antes de agirmos nessas reestruturações, devemos fazer uma avaliação a fim de que possamos cortar de forma inteligente naquilo que é dispensável, preservando e aumentando a eficiência e a eficácia.

Mas também quero dizer que em muitos sectores já sabemos o que deve ser cortado, alterado e reformulado. É por isso que, por exemplo, nos diferentes sistemas de saúde existentes na função pública, o nosso objectivo é o de os reunir por forma a que os benefícios sejam o mais coerentes e iguais para todos. Entendo que a diferenciação nos diferentes sectores é prejudicial, leva a deficiências e a grandes desperdícios na despesa do Estado. Essa é a nossa política e contrasta de forma gritante com a estratégia seguida no passado.

O Sr. José Junqueiro (PS): — Exactamente!

O Orador: — Mas há algo que não faremos: um discurso contra tudo o que é público. Não. Nós acreditamos na Administração Pública, na sua qualidade, nos funcionários públicos. Queremos, isso sim, fazer reformas para transformar a nossa Administração Pública numa administração mais eficiente, numa administração que tenha o que todas as organizações hoje em dia têm, ou seja, uma avaliação dos resultados, para que aqueles que são bons funcionários públicos possam ter mais orgulho na Administração Pública portuguesa.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para formular perguntas, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, penso que lhe podemos dizer, pois não levará a mal, que a surpresa que apresenta com estas contas é uma falsa surpresa. Tem de ser uma falsa surpresa! Isto porque, mesmo que o Sr. Primeiro-Ministro invoque as declarações que fez durante a campanha eleitoral, lembro-lhe que, no último debate do Programa do Governo de Santana Lopes, em Julho do ano passado, o líder parlamentar da sua bancada disse o seguinte: «Nós estamos convictos de que, neste momento, o défice real em Portugal é superior a 6%.» Disse-o ele, e todos nós sabíamos. E o Sr. Primeiro-Ministro também sabia.

Não quero atribuir esta questão, que, de resto, não é a mais importante, a qualquer dificuldade de comunicação entre o Sr. Primeiro-Ministro e o Sr. Deputado em causa, mas, na verdade, o PS sabia disto. E também sabia do «buraco» da saúde, porque o Partido Socialista disse, nesse mesmo debate, que faltavam 1200 milhões de euros no orçamento da saúde. Bem sei que não é a totalidade do que agora foi detectado, mas era uma fatia substancial.

O que há, pois, aqui é uma encenação de surpresa para aplicar medidas de fundo, algumas das quais, como, aliás, o Sr. Primeiro-Ministro disse, já previstas pelo Governo.

De facto, este programa de medidas não é só para cumprir o Pacto de Estabilidade e Crescimento. Este programa é também para impor medidas que o Governo já tinha previstas e que são medidas negativas e de retrocesso. É uma espécie de «cavalo de Tróia», dentro do qual vão coisas que não deviam lá estar, que não têm ligação ao problema do défice e que são negativas.

O Sr. António Filipe (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Quanto à questão dos sistemas de segurança social e dos vários sistemas públicos de saúde, do que se trata — o Sr. Primeiro-Ministro não o disse mas é isso — é de um nivelamento, por baixo, dos direitos, é de encontrar um ponto de equilíbrio, diz o Sr. Primeiro-Ministro, que é sempre mais próximo dos direitos mais baixos e mais distantes dos direitos mais elevados. É isso que está em causa.

Na área da saúde, vê-se bem que o Governo está a preparar um corte na despesa. Aliás, o Sr. Primeiro-Ministro devia ter reparado naquela parte do relatório da «Comissão Constâncio» em que se comprova —

aliás, o anterior ministro da Saúde ontem confirmou-o — que tem havido um subfinanciamento na saúde. Então, o que propõe o Governo? Propõe uma cativação de 5% nos hospitais, que já estão depauperados de recursos pelo anterior governo. É errado, Sr. Primeiro-Ministro! O Sr. Primeiro-Ministro devia, sim, olhar para as despesas com os sectores privados por transferência do Orçamento público, com as convenções, com os meios de diagnóstico, com a fixação de preços de medicamentos, contornando a lei que muitas multinacionais estão a fazer, com grave prejuízo para o erário público.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — Sr. Primeiro-Ministro, em relação às medidas que anunciou, foi concreto para os fracos e vago e indeterminado para os fortes. No que diz respeito a tudo o que são restrições aos direitos sociais, há medidas concretas e à vista; todavia, para os administradores de empresas públicas fala-se em limitar, em restringir, mas nunca em eliminar esses privilégios.

Quanto a medidas fiscais, compreenda a nossa dúvida. É que já vimos um governo do Partido Socialista aprovar medidas contra a injustiça fiscal e de maior tributação dos rendimentos financeiros e, antes que elas entrassem em vigor, revogar as próprias medidas que o governo e a bancada do Partido Socialista tinham aprovado!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador**: — Sr. Primeiro-Ministro, do que precisamos não é só de mais transparência fiscal, com a qual concordamos, é também de mais justiça fiscal.

Não basta dizer que vamos rever os benefícios fiscais, não se sabendo quais nem quanto.

Não basta dizer que se vão impor novos limites à transmissão de prejuízos e à reestruturação de empresas no que toca aos benefícios fiscais, pois não sabemos quanto.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de concluir, Sr. Deputado.

O **Orador**: — Vou terminar de imediato, Sr. Presidente.

Não basta dizer esta coisa extraordinária de que vão eliminar a possibilidade de reduzir por despacho a percentagem de lucro tributável das empresas do *offshore* da Madeira. Mas ela continua a existir no Orçamento, só deixa de ser possível por despacho. O que devia fazer era passar a eliminar definitivamente essa percentagem no próprio Orçamento. Ora, isso o seu Governo não tem coragem para o fazer.

Aplausos do PCP.

Para os fracos os sacrifícios estão aí; para os fortes ainda são, e continuam a ser, uma miragem.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, para responder, tem a palavra.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Bernardino Soares, eu não sabia que era ser vago anunciar a extinção dos verdadeiros privilégios que, hoje em dia, estão previstos no estatuto daqueles que detêm cargos políticos. É ser vago anunciar a extinção desses privilégios? Acha que isso é combater os fracos ou os fortes? Essa o Sr. Deputado não registou. Isso é vago?

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Em relação a essas medidas, já dissemos que estávamos de acordo!

O **Orador**: — Eu sei. Mas acha que isso é ser vago? Não. Isso não é ser vago, é ser muito concreto.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — E o IRC?! E o *offshore* da Madeira?!

O **Orador**: — Então, e o imposto de 42% para os altos rendimentos é ser vago, Sr. Deputado?

Já são duas medidas. Quer outra, Sr. Deputado?

Acha que a decisão do Governo de anunciar publicamente que vamos ter um regime em que o rendimento de todos aqueles que declaram o seu rendimento ao fisco passa a ser público é uma medida vaga? Acha que não vai condicionar ninguém? Não, Sr. Deputado, não tem razão.

O Sr. Deputado considera negativas algumas medidas que apresentamos para transformar, melhorar e dar mais garantias à sustentabilidade na nossa segurança social. O Sr. Deputado considera que é negativo e eu considero que é positivo.

O Sr. Deputado defende — e eu respeito, mas não é o meu ponto de vista — que, tendo em conta a nossa esperança de vida, se os funcionários públicos se reformam com 60 anos e se no regime privado, há anos, as

pessoas se reformam aos 65 anos, se devia aproximar a idade de reforma não para os 65 para os 60 anos. Desculpe, Sr. Deputado, mas não acredito nisso. Essa é apenas uma medida de facilidade e de grande demagogia, sobretudo para aqueles que defendem um sistema sério de segurança social!

Aplausos do PS.

Protecção na doença, sim! E igual para ambos!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Igual, baixando!

O **Orador**: — Não! Igual para ambos! Recordo-lhe que nos opusemos quando o anterior governo baixou de 65% para 55% a prestação devida em caso de baixa dos trabalhadores do sector privado. Nós queremos que essa prestação se fixe nos 65%, mas não estamos de acordo — porque isso não é benéfico para o sistema — em que se dê tudo, ou seja, em que se pague 100%. Penso que dar 65% da remuneração em caso de baixa é razoável e é também uma medida de combate ao absentismo, que todos nós sabemos existir.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Mas não vão dar! Vão tirar!

O **Orador**: — Não podemos mais disfarçar, Sr. Deputado! Ponhamos de lado o oportunismo político!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Qual oportunismo?!

O **Orador**: — A verdade é que toda a gente percebe que esta medida é mais do que justa. Aproximar a protecção na doença no sector público e no sector privado é uma medida justa.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Mas não estão a aproximar! Estão a baixar!

O **Orador**: — Finalmente, Sr. Deputado, não fiz qualquer encenação. A única encenação que está aqui perante todos é a do Orçamento do Estado para 2005.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Essa também é uma encenação, sim!

O **Orador**: — Já lho disse, mas repito-o: estava em absoluto convencido de que o défice real estava na casa dos 5% e nenhum economista do Partido Socialista nem nenhum economista que não seja do Partido Socialista algum dia se referiu a um défice superior a 6%. Aliás, nunca ouvi o Partido Comunista dizer que o défice ia ficar acima dos 6%.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Não? Olhe que dissemos!

O **Orador**: — Digo que nunca ouvi, mas posso ter perdido essa oportunidade. Como tal, este número estava absolutamente fora de todas as previsões dos que acompanhavam a situação orçamental e a situação económica em Portugal. Não fiz, portanto, qualquer encenação. Ela existe, sim, no dramatismo da situação. É isso que dá drama à situação, visto que este número é absolutamente «inapresentável» num país que quer ser membro de uma união monetária.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para formular uma pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Álvaro Castello-Branco.

O Sr. **Álvaro Castello-Branco** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro, começaria por lhe dizer, muito francamente, que V. Ex.^a me desiludi profundamente.

Vozes do PS: — Oh!

O **Orador**: — Mas, muito mais grave do que isso, desiludi os portugueses, nomeadamente aqueles que ainda há três meses lhe confiaram os seus votos. Todos eles esperavam bastante mais de si. Nestes últimos dias e hoje, perante a Assembleia da República, V. Ex.^a tem demonstrado uma total falta de decoro político, negando toda a sua intervenção e acção políticas do passado recente e pretendendo fazer crer a sua ignorância acerca das contas públicas portuguesas, num exercício de demagogia que só não releva porque é profundamente absurdo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Pelos vistos, V. Ex.^a será o único português que não se tinha apercebido da realidade da situação económica e financeira em Portugal. É lamentável!

Aplausos do CDS-PP.

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, vamos a factos. Em 25 de Outubro de 2002, escrevia V. Ex.^a num artigo de opinião do *Diário Económico*, já aqui referido pelo Sr. Deputado Nuno Melo, sob o título *O apagador de promessas*, o seguinte: «Não há nenhuma escola de pensamento económico que valorize tanto o défice como o tem feito o Governo. Todavia, esta permanência no discurso serve às mil maravilhas os seus objectivos simplistas: atacar os seus adversários e disfarçar a ausência de um programa político para o País que vá além desse objectivo».

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Bem lembrado!

O Orador: — «É claro que esta linha política tão primária e básica pode servir por agora. Mas, mais tarde ou mais cedo, os eleitores quererão saber mais e olharão para além da cortina. Se nada existir, a desilusão será grande e essa desilusão não se apaga.»

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Muito bem lembrado!

O Orador: — Não sei se V. Ex.^a escreveu este artigo de opinião em jeito de autocrítica premonitória, mas, se não o fez (e acredito que não o tenha feito), fica aqui demonstrada a fragilidade do pensamento e das convicções do Primeiro-Ministro de Portugal. E fica aqui provado pela mão de V. Ex.^a que o actual Governo do Partido Socialista é um Governo sem projecto, ideia ou rumo para Portugal.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E ficou provado através de citação!

O Orador: — Tal, aliás, traduz-se de forma significativa através das medidas que o Sr. Primeiro-Ministro acabou de nos apresentar. É que, Sr. Primeiro-Ministro, não há défices na previsão, mas, sim, na execução e a execução deste Orçamento pertence, desde Março e até ao fim do ano, ao seu Governo. Como tal, compete ao Governo a responsabilidade do valor do défice de 2005, que, como V. Ex.^a acabou de anunciar, será, previsivelmente, de 6,2%, o que consideramos francamente mau.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Podem criticar o défice de 2004, mas esse é outro!

O Orador: — O que é preocupante é constatar que V. Ex.^a não tomou as medidas adequadas a uma eficiente execução orçamental,...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Até agora, nada!

O Orador: — ... tudo levando a crer, como V. Ex.^a acabou de afirmar, que o défice em 31 de Dezembro será desastroso. Cifrar-se-á, como o Sr. Primeiro-Ministro acabou de afirmar e de acordo com a sua própria expectativa, em cerca de 6,2%, mesmo depois da aplicação das medidas que hoje nos trouxe.

Sr. Primeiro-Ministro, conte com o CDS para apoiar medidas que visem o redimensionamento do Estado e a contenção da despesa pública, na justa medida em que as consideremos oportunas. Não conte connosco, contudo, para aumentos de impostos.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Em primeiro lugar, porque tal é socialmente injusto. Em segundo, porque é o caminho errado para resolver o problema, pois afectará de forma grave a competitividade e o desenvolvimento económico.

Termino, Sr. Primeiro-Ministro, deixando-lhe uma questão. V. Ex.^a, na sua intervenção, referiu que, relativamente ao subsídio de doença, entendia que era injusto o regime geral ser de 55% da retribuição e o da função pública ser de 100%, anunciando que queria harmonizar estes dois regimes em 65%. O Sr. Primeiro-Ministro não está dentro dos assuntos e, por isso, não sabe que o subsídio de doença no regime geral não é de 55%. É de 55%, sim, mas apenas para as baixas de curta duração. Para as baixas que vão de três meses a um ano a participação é de 70% e para as baixas superiores a um ano essa participação é de 75%, em consequência, aliás, de medidas socialmente justas tomadas pelo anterior governo, visto que quem está mais tempo doente, mais necessidades tem.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. Primeiro-Ministro quer harmonizar esta prestação em 65% para o sector público e privado e, como tal, o que lhe pergunto é se todos aqueles que, por motivos de doença, por mais de 90 dias ou por mais de um ano se encontram de baixa vão ver reduzidos os seus subsídios de doença para 65%, uma vez que neste momento recebem mais.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, respondo-lhe com o respeito que me merecem todos os Deputados desta Casa.

Antes de mais, V. Ex.^a diz que eu o desiludi. Devo dizer-lhe, contudo, que isso pouco me preocupa!

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Nós sabemos!

O **Orador**: — O que penso que o devia preocupar é a desilusão que os portugueses sentem para convosco. VV. Ex.^{as} deviam olhar com maior humildade para os resultados eleitorais e talvez o devessem fazer como quem tem a estrita obrigação de deles retirar uma lição. Vejo, porém, que não aprenderam essa lição.

Mas é absolutamente espantoso que, depois do que foi revelado sobre o Orçamento de 2005, o Sr. Deputado se atreva a vir aqui falar de decoro. O Sr. Deputado falou de decoro?! Por amor de Deus! Decoro era uma coisa que o Sr. Deputado devia ter quando fala de matérias que dizem respeito ao défice e à previsão orçamental que VV. Ex.^{as} fizeram para o ano de 2005!

Aplausos do PS.

O que é espantoso é que o Sr. Deputado confesse que não ficou surpreendido e que tudo isto é normal. Fazer uma previsão de um défice de 2,8% em Outubro e chegar a Maio com um valor 6,8% é, para o Sr. Deputado, normal! Faz parte da vida!... O Sr. Deputado, desculpe mas não é assim! É, aliás, absolutamente chocante que o senhor assuma isso no seu discurso político. Constatou que o CDS vai por esse caminho da total irresponsabilidade, achando que o que fez no governo com as previsões do Orçamento para 2005, incluindo receitas extraordinárias que não existiam, não orçamentando os gastos da saúde e não orçamentando as pensões, é normal e faz parte da vida! Fizeram o Orçamento como se tivessem feito o totobola! Depois, à segunda-feira, quando viram os resultados, ficaram muito surpresos!

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — E sobre o subsídio de doença?

O **Orador**: — O Sr. Deputado reconhecerá também que não vim para aqui para atacar os meus adversários. Não! Dirigi-me ao País e expliquei nesta Assembleia da República, como é próprio, as medidas que o Governo quer tomar para responder à situação. A este propósito, quero recordar-lhe que há três anos atrás ouvi, sentando naquela bancada, o então primeiro-ministro e o líder do seu partido dizer que iam governar, não a favor do povo, mas contra os socialistas. Isso o Sr. Deputado não ouviu nesta sessão!

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Ele não disse isso!

O Sr. **Ministro de Estado e da Administração Interna** (António Costa): — Disse, disse!

O **Orador**: — Disse, sim! Lembro-me bem! Disse que ia governar contra os socialistas! Olhe, Sr. Deputado, eu não venho aqui para anunciar que vou governar contra ninguém. Vou governar baseado naquilo que considero ser o interesse de Portugal.

Aplausos do PS.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Para que efeito?

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Presidente, verificámos que o Sr. Primeiro-Ministro quis ser rigorosamente cumpridor dos 3 minutos que regimentalmente lhe eram atribuídos, mas, usando a tolerância que V. Ex.^a tem dado a todos os grupos parlamentares e certamente continuará a dar ao Governo, peço que conceda tempo para o Sr. Primeiro-Ministro responder à questão que lhe foi colocada sobre subsídio de doença e que, em bom rigor, não mereceu uma única palavra na intervenção do Sr. Primeiro-Ministro. Mas como é uma questão muito importante, porque se trata de um direito e de uma garantia, em Portugal, e o Partido Socialista tem preocupações sociais fortes, assim o tem anunciado, certamente o Sr. Primeiro-Ministro quererá esclarecer e não duvido que a Mesa lhe dará o devido tempo.

O Sr. Presidente: — Fica registada a interpelação da qual o Sr. Primeiro-Ministro tomará nota e ainda terá tempo para usar da palavra até ao encerramento do debate.

Para fazer uma pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Velosa.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, queria em primeiro lugar registar a serenidade que teve ao longo deste debate, não digo em todo, mas numa parte substancial, uma vez que não foi sempre sereno.

Gostaria também de dizer-lhe que só no fim do debate é que o Sr. Primeiro-Ministro, e depois de muita insistência, disse qual era a previsão do Governo em relação ao défice para o fim do ano, com o impacto das medidas que veio aqui anunciar. Esta previsão era de 6,2%, tal como disse o Sr. Primeiro-Ministro e ficou registado em Acta.

Desde logo, parece-nos falta de ambição e podemos perguntar: será que vale a pena implementar estas medidas para reduzir o défice para 6,2%, com o impacto que elas vão ter a nível social e económico? É socialmente mais justo aumentar o IVA, com o impacto que isso tem na economia e nas empresas?

Até gosto muito de ouvir dizer que a economia está sempre em primeiro lugar, mas já admitiu que essas medidas têm um efeito na economia real e nas empresas e, portanto, será socialmente mais justo aumentar o IVA ou acabar com as SCUT? É que, ao não acabar com as SCUT, há muitos cidadãos que não vão utilizar o serviço e vão ter que o pagar. Quanto ao IVA, todos o vão pagar e o IVA tem impacto na economia, como já foi dito pela generalidade dos grupos parlamentares — não o foi dito pelo Partido Socialista, que suporta neste momento o Governo, mas tem efectivamente esse impacto. Portanto, quanto a nós, este é um resultado insuficiente.

Vou colocar ainda mais três perguntas concretas ao Sr. Primeiro-Ministro.

Gostaria de saber qual é, até ao final do ano, a poupança que o Estado vai obter com as medidas anunciadas de redução da despesa. Era bom que soubéssemos, porque este é o lado fundamental da redução da défice. Parece que a redução do défice vai ocorrer este ano só à custa do aumento do IVA, o que, deixe-me que lhe diga, para nós é muito pouco.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Pergunto: qual é, até ao final do ano, a receita que o Estado pensa arrecadar com o anunciado aumento de impostos? Será só o montante em euros para baixar o défice de 6,8% para 6,2%? Deixe que lhe diga, Sr. Primeiro-Ministro, que nos parece curto.

Portanto, a questão fundamental é esta: considera ser mesmo mais justo, melhor para a economia e para os cidadãos, para reduzir este montante do défice, aumentar o IVA ou acabar com o regime das SCUT?

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Hugo Velosa, permita-me também que não deixe de responder a uma pergunta que foi feita pela bancada do CDS-PP, só para dizer que me referi às baixas de curta duração e só pela cabeça de alguns Deputados é que poderia passar a ideia de que tudo isso se estenderia a todas as outras baixas. Dei isso como exemplo daquele que é o nosso propósito, que é o de aproximar os sistemas público e privado, porque isso é condição de justiça.

Depois, Sr. Deputado Hugo Velosa, serenidade, sim, mas também combatividade, porque o Sr. Deputado desculpe mas, quando se pretende insinuar que o défice de 6,83% se deve ainda ao então Primeiro-Ministro António Guterres, tenho obrigação de ser combativo e não posso responder de outra forma.

Quero que o Sr. Deputado perceba uma diferença muito significativa entre a abordagem que fazemos do problema do défice e a que os senhores fizeram. O défice não é para nós uma obsessão, é um dado do problema, mas é um instrumento ao serviço do crescimento. E nós não queremos tomar medidas recessivas que, embora podendo contribuir para diminuir o défice, agravam as condições já débeis da economia portuguesa.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — E o aumento do IVA?

O Orador: — Foi esta a regra que não foi seguida no passado e nós não queremos repetir o erro que foi cometido no passado. Queremos chegar ao final do ano com um número suficientemente reduzido no défice para sermos credíveis em Bruxelas, e só temos seis meses para o fazer, Sr. Deputado!

Como sabe, todas as reduções na despesa que têm efeito estrutural, todas as reduções na despesa que têm efeito significativo, não o têm já este ano, porque é absolutamente impensável para alguém fazer uma operação de redução de despesa que vise efeitos imediatos sem tomar medidas absolutamente injustas, que não se justificam, como, por exemplo, encerrar serviços públicos ou coisas do género.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Não se justificam?!

O Orador: — Essa seria a única possibilidade, mas é isso que eu recuso! E é só por causa disso que se aumentam os impostos.

Digo-lhe mais, Sr. Deputado: se o défice fosse de 5,1% não aumentaríamos os impostos e propor-nos-íamos chegar ao final deste ano com um défice próximo dos 5%, abaixo dos 5%, mas a redução ainda era menor. Isto só acontece porque o défice é de 6,83%, se não, não o faria!

Sr. Deputado, quero também lembrar-lhe que há uma diferença entre nós e a vossa estratégia, no passado, o que se deve ao facto seguinte: nós não queremos reduzir o défice já este ano, queremos reduzi-lo em três anos!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Nós queríamos reduzi-lo em quatro anos!

O Orador: — Finalmente, Sr. Deputado, em matéria de SCUT, o Sr. Deputado tem de compreender de uma vez por todas que os senhores tiveram três anos para pôr portagens nas SCUT e não o fizeram! E se o Governo, hoje, decidisse pôr portagens nas SCUT, elas só lá estariam daqui a um ano, talvez, porque — Sr. Deputado, quero recordar-lhe — era preciso renegociar com os concessionários, coisa que não foi feita,...

Protestos do PSD.

... era preciso construir as praças de portagens — foi esse o esquecimento que houve da vossa parte —, era preciso tudo isto antes impor portagens!

Aplausos do PS.

Por outro lado, Sr. Deputado, mais uma vez digo que não queremos desistir do desenvolvimento regional. Queremos que essas auto-estradas sejam pagas pelos impostos dos portugueses como expressão de coesão nacional.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para fazer uma pergunta, tem a palavra a Sr.^a Deputada Maria de Belém Roseira.

A Sr.^a Maria Belém Roseira (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, tenho para mim há já bastante tempo que o problema mais grave do País, que se manifesta como uma doença insidiosa que mina a confiança entre os cidadãos e aqueles que os governam ou que têm poder de decisão, é a degradação ética das elites: elites políticas, elites dirigentes e elites profissionais.

Não é possível continuarmos indiferentes ao combate eficaz a essa doença, porque ela tem conduzido o País à falta de confiança dos cidadãos nas suas instituições, que se reflecte na forma como os cidadãos e as empresas, cujo papel é o de criar emprego e riqueza, respondem aos apelos que lhes são feitos.

Neste momento, vão ser pedidos, mais uma vez, mais sacrifícios aos portugueses, não em nome do que eles fizeram mas por causa do que os políticos não fizeram ou fizeram mal.

A situação grave em que se encontram as finanças públicas não pode ser encarada como uma catástrofe que se abate sobre nós mas, antes, como um estímulo que deve ser aproveitado para quebrarmos definitivamente as amarras que nos têm agrilhado, o que nos permitirá dar um passo no caminho do crescimento da riqueza produzida e do desenvolvimento, como é nosso designio comum, sendo que o Programa do Governo é profícuo em medidas nesse sentido.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Oradora: — Porque o estado em que o nosso país se encontra não é culpa dos funcionários públicos, que são na sua maioria bons, dedicados e competentes, não é culpa da dimensão do Estado, e muito menos do Estado social,...

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — É, é!

A Oradora: — ... mas é antes culpa das políticas incompetentes, que não têm sabido atacar as nossas debilidades estruturais e que apostam sempre no imediato, no efeito de curto prazo e nos resultados dos actos eleitorais que se avizinharam.

Portanto, gostaria de saudar o Sr. Primeiro-Ministro por vir aqui, nesta altura, na proximidade de actos eleitorais, apresentar medidas concretas que, se o seu sentido fosse efectivamente o dos calendários eleitorais e não o do interesse no desenvolvimento do País, não seriam apresentadas hoje mas, sim, daqui a alguns meses.

Dito isto, Sr. Primeiro-Ministro, gostaria de acrescentar que, no meu entender, para que seja ganha a mobilidade dos portugueses, é essencial que eles percebam bem que os sacrificados não vão ser apenas os «sacrificados do costume».

Vozes do PS: — Exactamente!

A Oradora: — Desta vez, em especial os detentores de privilégios indevidos vão ser chamados, de uma vez por todas, a abdicar para dar o exemplo, e considero essencial que os políticos comecem por dar o exemplo.

Gostaria, pois, de pedir ao Sr. Primeiro-Ministro que nos desse uma ideia mais concreta do que tenciona o Governo propor, nesta Câmara, neste domínio.

Em segundo lugar, Sr. Primeiro-Ministro, é essencial termos a certeza de que o combate à fraude e à evasão fiscais vão deixar de ser retórica e afirmação de princípio para passarem a produzir resultados práticos.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada, o tempo de que dispunha terminou.

A Oradora: — Vou terminar, Sr. Presidente.

Isto porque a situação actual castiga os contribuintes cumpridores, quer os individuais quer as empresas.

Assim, o que gostaria de saber é se este combate à economia paralela, ao *dumping* social e à cobrança do IVA aos consumidores que não é entregue aos cofres do Estado vai finalmente ser feito e se vai ser feito através do cruzamento de dados, uma vez que já temos muitos processos de atingir a verdade fiscal por forma a que não sejam sempre os mesmos a ser sacrificados. Os portugueses precisam dessa palavra do Sr. Primeiro-Ministro.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Maria de Belém Roseira, agradeço-lhe o facto de ter recordado o nosso calendário eleitoral, porque, ao contrário do que tem sucedido nos últimos dois meses, até agora não ouvi quem quer que fosse referir que o Governo não estava a tomar medidas por estar à espera que passassem as eleições autárquicas. Essa crítica não a ouvi! Que será feito dessa crítica?!

Risos do PS.

Essa crítica é mais uma previsão errada! Previram! Não acertaram! A única conclusão que nesse ponto se tira deste debate é que, mais uma vez, não acertaram. E não acertaram porque o Governo não está, neste ponto, disponível nem para adiamentos nem para hesitações. O que há que ser feito deve ser feito, e já!

Depois, Sr.^a Deputada, quero dizer-lhe, quanto ao regime especial dos titulares dos cargos políticos, que vamos naturalmente acabar com as subvenções extraordinárias e também com os privilégios no cálculo das pensões e do número de anos de pensões. Trata-se de privilégios que não têm o mínimo sentido e que devem acabar, e devem acabar porque também a classe política, para ter autoridade moral para levar a cabo aquilo que é justo, não pode dispensar-se de estar fora desse universo.

Aplausos do PS.

O Sr. António Filipe (PCP): — Incluindo os autarcas?

O Orador: — Inclui os autarcas! Falei dos políticos, Sr. Deputado, e os políticos são todos: Deputados, membros do Governo, Ministros, Primeiro-Ministro e também autarcas, com certeza.

O Sr. António Filipe (PCP): — Ah, vá lá!

O Orador: — Falei dos políticos! Também estou incluído nesse grupo, Sr. Deputado.

Vozes do PSD: — Mau era!

O Orador: — Com certeza! Mau era!

Mas quero que não se esqueçam que esta é uma obrigação não apenas política mas também moral. Porque as reformas em curso, sendo reformas justas, não podem ser feitas esquecendo este corpo especial.

Depois, e finalmente, Srs. Deputados, o mais importante é dar uma palavra de confiança a Portugal e aos portugueses. Vamos resolver o problema! E vamos resolvê-lo a favor do crescimento económico e a favor da criação de emprego. É absolutamente fundamental para Portugal, para responder à confiança e à necessidade de investimento, que se perceba que este problema é com o Estado e que o Estado o vai resolver.

Este é um programa credível, que visa resultados imediatos, mas que não se dispensa de agir naquilo que é estrutural, por forma a que o Estado social possa ser preservado destas crises cíclicas de défice, aumento dos impostos, novo défice e novo aumento dos impostos. Este é o nosso propósito.

Quero ainda dar uma palavra de confiança à sociedade portuguesa, às empresas e aos portugueses. Estamos aqui para resolver o problema, e este problema vai ser resolvido também com o crescimento da economia. Não vamos «virar costas» à economia!

É por isso que o nosso programa prevê que o investimento público nos próximos anos se mantenha, por forma a dinamizar a economia. É por isso também que apresentaremos, já no mês de Junho, o nosso plano de infra-estruturas dos projectos essenciais para que, numa parceria público/privado, se possa apostar em projectos de modernização infraestrutural, ao mesmo tempo que apostamos na criação de emprego.

O Sr. Presidente: — Sr. Primeiro-Ministro, o tempo de que dispunha terminou.

O Orador: — Vou terminar, Sr. Presidente, recordando a todos os Srs. Deputados que esta medida do combate ao défice é apenas uma peça daquilo que é a estratégia do Governo em matéria económica.

O nosso objectivo é este: lutar por um futuro de crescimento e de mais emprego no nosso país.

Aplausos do PS, de pé.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está concluído o debate de interesse relevante com o Primeiro-Ministro, sobre a situação orçamental do País.

Agradeço a presença e a participação do Sr. Primeiro-Ministro e também de todos os parlamentares.

Vamos entrar no período regimental de votações, começando por proceder à verificação do quórum, utilizando o cartão electrónico.

Pausa.

Srs. Deputados, temos quórum deliberativo, pelo que podemos passar às votações.

Em primeiro lugar, vamos votar o voto n.º 10/X — De congratulação pela designação do Eng.º António Guterres para Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados (PS).

Tem a palavra a Sr.ª Secretária para proceder à sua leitura.

A Sr.ª Secretária (Maria Carrilho): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, o voto é o seguinte:

A designação do antigo Primeiro-Ministro Eng.º António Guterres para o cargo de Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados, pelo Secretário-Geral Kofi Annan, constitui uma decisão da maior relevância não apenas para Portugal mas também para aquela importante instância internacional.

Estamos perante o reconhecimento das excepcionais qualidades políticas, cívicas, humanas e profissionais do Eng.º António Guterres bem evidentes ao longo de uma vida caracterizada pelo empenhamento e entrega em inúmeras causas humanitárias e de serviço público.

Deve ainda enaltecer-se os resultados da acção da diplomacia portuguesa, mobilizando apoios e criando as condições favoráveis a esta importante designação.

A Assembleia da República congratula-se, assim, publicamente, pela designação do Eng.º António Guterres para Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados, augurando as maiores felicidades para o exercício de tão importante cargo e regozijando-se com uma decisão que prestigia Portugal e que constitui mais um reconhecimento internacional da democracia portuguesa.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos proceder à votação do voto.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Aplausos do PS e de Deputados do PSD.

Srs. Deputados, vamos votar, na generalidade, o projecto de lei n.º 27/X — Altera a Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, que estabelece o quadro de competências e o regime de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias, bem como a Lei n.º 27/96, de 1 de Agosto, que regula o regime jurídico da tutela administrativa (PS)

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PS e abstenções do PSD, do PCP, do CDS-PP, do BE e de Os Verdes.

O projecto de lei que acabámos de votar baixa à 1.ª Comissão.

Srs. Deputados, vamos votar, também na generalidade, o projecto de lei n.º 66/X — Altera a Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro (Estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias) (PCP).

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PCP, do BE e de Os Verdes, votos contra do CDS-PP e abstenções do PS e do PSD.

Este projecto de lei baixa à 1.ª Comissão.

Srs. Deputados, vamos votar, ainda na generalidade, o projecto de lei n.º 76/X — Alarga as competências dos órgãos deliberativos das autarquias locais (BE).

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PCP, do BE e de Os Verdes, votos contra do CDS-PP e abstenções do PS e do PSD.

Este projecto de lei baixa também à 1.ª Comissão.

Srs. Deputados, vamos agora proceder a votação de diversos pareceres da Comissão de Ética, que peço à Sr.ª Secretária para anunciar.

A Sr.ª **Secretária** (Maria Carrilho): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, de acordo com o solicitado pelo 1.º Juízo do Tribunal Judicial da Anadia, Processo n.º 734/2002, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado José Manuel Ribeiro (PSD) a prestar depoimento por escrito, como testemunha, no âmbito dos autos em referência.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar o parecer.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

A Sr.ª **Secretária** (Maria Carrilho): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, de acordo com o solicitado pelo 3.º Juízo do Tribunal Judicial de Águeda, Processo n.º 253/01.7 — JAAVR, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado Guilherme Silva (PSD) a prestar depoimento por escrito, como testemunha, no âmbito dos autos em referência.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar o parecer.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

A Sr.ª **Secretária** (Maria Carrilho): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, de acordo com o solicitado pela 1.ª Secção do 3.º Juízo Criminal do Porto, Processo n.º 5001/02.1 — TDPRT, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado **António Montalvão Machado** (PSD) a prestar depoimento por escrito, como testemunha, no âmbito dos autos em referência.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar o parecer.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

A Sr.ª **Secretária** (Maria Carrilho): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, de acordo com o solicitado pela 3.ª Secção do 3.º Juízo Criminal de Lisboa, Processo n.º 7486/02.7 — TDLSB, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado Rui Gomes da Silva (PSD) a prestar depoimento por escrito, como testemunha, no âmbito dos autos em referência.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos votar o parecer.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

A Sr.^a Secretária (Maria Carrilho): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, de acordo com o solicitado pela 3.^a Secção do 3.^º Juízo Criminal de Lisboa, Processo n.^º 7486/02.7 — TDLSB, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado António da Silva Preto (PSD) a prestar depoimento por escrito, como testemunha, no âmbito dos autos em referência.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos votar o parecer.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, terminámos a nossa ordem de trabalhos de hoje.

A próxima reunião plenária realizar-se-á na próxima sexta-feira, dia 27, às 10 horas, tendo como ordem do dia a discussão conjunta, na generalidade, dos projectos de lei n.^º 44/X — Consagra as associações dos direitos e interesses dos utentes do sector da saúde (BE) e 83/X — Lei das Associações de Defesa dos Utentes de Saúde (PS) e a apreciação do Decreto-Lei n.^º 77/2005, de 13 de Abril, que estabelece o regime jurídico de protecção social na maternidade, paternidade e adopção, no âmbito do subsistema previdencial de segurança social face ao regime preconizado na legislação de trabalho vigente [apreciação parlamentar n.^º 1/X (PCP)].

Srs. Deputados, está encerrada a sessão.

Eram 19 horas e 5 minutos.

Srs. Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS):

Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
Manuel António Gonçalves Mota da Silva
Maria Isabel Coelho Santos
Nuno André Araújo dos Santos Reis e Sá
Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves
Susana de Fátima Carvalho Amador

Partido Social Democrata (PSD):

António Alfredo Delgado da Silva Preto
Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva

Partido Comunista Português (PCP):

Maria Odete dos Santos

Srs. Deputados não presentes à sessão por se encontrarem em missões internacionais:

Partido Socialista (PS):

Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz

Partido Social Democrata (PSD):

Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco

Srs. Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS):

Fernando dos Santos Cabral
Jacinto Serrão de Freitas
Luísa Maria Neves Salgueiro
Manuel Maria Ferreira Carrilho
Maria Matilde Pessoa de Magalhães Figueiredo de Sousa Franco
Victor Manuel Bento Baptista

Partido Social Democrata (PSD):

Joaquim Virgílio Leite Almeida Costa
Jorge Fernando Magalhães da Costa
José de Almeida Cesário

Partido Comunista Português (PCP):

Francisco José de Almeida Lopes

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL